

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 1.400,00

cadernos do
**terceiro
mundo**

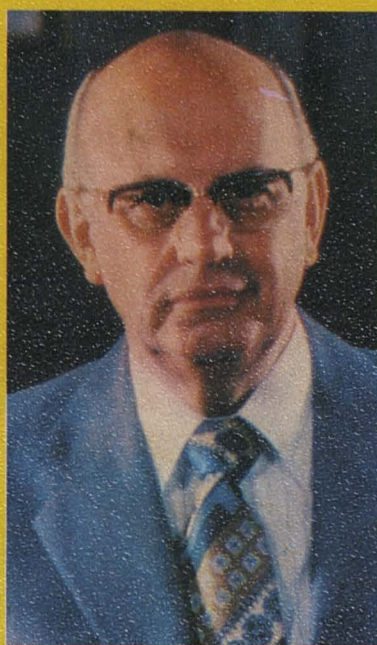
Cr\$ 1.300,00 - Ano VII - Nº 65

SÍRIA-LÍBANO
O fracasso de Reagan

Samora Machel



Pieter Botha



José E. dos Santos



África Austral: a negociação

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AERÉAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

Advertência ou desabafo?

"Agora é para valer". Esta foi a única frase ouvida pelos jornalistas no diálogo direto entre os chefes de governo da África do Sul e de Moçambique, no dia 16 de março, às margens do rio Nkomati. Era o presidente Samora Machel falando ao primeiro-ministro P. W. Botha pouco depois da assinatura formal do acordo de não-agressão entre os dois países. Para os que ouviram a frase de Machel, ficou a dúvida. Era uma advertência ou um desabafo? Para os moçambicanos, vítimas de uma guerra não-declarada pela África do Sul, o acordo do rio Nkomati foi assinado de boa fé, na esperança de que a paz permita a recuperação econômica. Já com relação à África do Sul, existem as mesmas dúvidas provocadas pelo comentário de Samora Machel.

Mais ou menos as mesmas circunstâncias cercam as negociações entre o regime de Pretória e Angola visando também um fim nas hostilidades na fronteira com a Namíbia. Afinal, a reviravolta diplomática que sacudiu a África Austral "é para valer" ou não? Elas significam o fim definitivo de um conflito que dura sete anos entre governos nacionalistas e um Estado racista, ou não passa de uma manobra diplomática do *apartheid*? Essa pergunta é o tema central da matéria de capa desta edição, com reportagens de nossos colaboradores João Melo, de Luanda e de Maputo, Etevaldo Hipólito. Neste número, também destacamos a complexa situação no Oriente Médio, a crise político-militar em El Salvador e as incertezas da democratização no Uruguai.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bisio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett+

Revista Mensal nº 65
Abril - 1984
Preço de Capa: Cr\$ 1.300,00
NOS atrasados: ao preço do
último exemplar

• **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna
Jessie Jane V. de Souza

Composição
Ronaldo Fonseca

**Depto. de Circulação,
Assinaturas e Promoção**
Henrique Menezes
Inácio dos Santos
Macário Costa

Representantes
Clávis Senz (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Josemar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1
65000 - São Luís (Maranhão)
Horacio Verbitsky
Lavalle 1282 - 1º piso
oficinas 12 y 14
Tel.: 358194
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile
Rafael Roncagliolo
Apartado 270031, Lima 27 - Peru

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Fotos de capa: Camera Press/Keystone, Carlos Pinto Santos

**ANGOLA - CABO VERDE
GUINE-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guiomar Belo Marques

Documentação e Arquivo
Cristina Assis

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Representantes
Angola
Luis Henriques, CP 3593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• **Edições em espanhol**
**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 - Peru - Telefone: 724-712

• **Edições em inglês**
**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **ECUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 301 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijota, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - News World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINE-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenseun Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendidoras y Vocadoras de Periódico, Humboldt No. -7, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, Managua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paramera, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Dijournal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esc. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A. Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

*LEITOR: Você é indispensável
na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS
aos amigos e participe desta promoção.*

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

Escolha entre: ● uma assinatura grátis para você ou de presente a um amigo(a), ou ○ 3 (três) livros da "Estante do Terceiro Mundo" constante desta edição

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Agência Central) no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher o seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 12.400,00). Remeto ○ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ○ **vale postal** no valor acima. 65

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 12.400,00). Remeto ○ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ○ **vale postal** no valor acima. 65

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 12.400,00). Remeto ○ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ○ **vale postal** no valor acima. 65

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de cadernos, pelas quais remeto Cr\$ 37.200,00 em ○ **cheque nominal** ou ○ **vale postal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de cadernos ou () três livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos (), () e (). 65

Nome: Idade:
Profissão: Bairro:
Endereço: Cidade:
CEP: Estado:

estante do **terceiro mundo**

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 65, válida exclusivamente, para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: não-assinante
 já assinante
 assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito adodesconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



PALMARES - A GUERRA DOS ESCRAVOS

de *Décio Freitas*

Este livro é a reconstituição histórica mais completa e documentada, e é também a reflexão crítica mais severa de que se dispõe até agora, sobre um acontecimento fundamental da história brasileira: Palmares - um século de luta armada dos negros contra o regime escravocrata de trabalho em que se fundava a economia colonial. 219 pág. (4ª ed.)

E-34 Cr\$ 5.500,00



Biblioteca de Economia

A ECONOMIA DA DEPENDÊNCIA IMPERFEITA

de *Francisco de Oliveira*

O livro condensa os resultados básicos de um esforço que, sistematicamente, Francisco de Oliveira desenvolveu ao longo de sua vida de economista: saber a quem serve, no Brasil, o desenvolvimento capitalista. Mais que nunca é preciso discutir os rumos da economia brasileira, principalmente agora que o tempo do milagre "já era". 159 pág. (4ª ed.)

E-35 Cr\$ 4.500,00



POR QUE MARX?

Org.: *Leandro Konder, Gisálio C. Filho e Eurico de Lima Figueiredo*

Com: *Fernando H. Cardoso, Marilena Chauí, Maria da Conceição Tavares, Nelson Werneck Sodré, Moniz Bandeira, F. Engels, K. Marx e outros.*

Embora tenha morrido há 100 anos, Karl Marx é uma presença extremamente forte na cultura atual, na história que se está fazendo - dramaticamente - no mundo inteiro. 360 pág.

E-36 Cr\$ 8.500,00



6 Cartas

10 Panorama Tricontinental

18 Editorial – África Austral, um passo para a paz

21 Matéria de capa – África Austral: a hora da negociação

- 22 Negociando com um pé atrás, *João Melo*
28 As razões do acordo
33 Em busca da paz, *Etevaldo Hipólito*
34 O encontro de Nkomati, *Carlos Pinto Santos*
37 África do Sul: O recuo do “apartheid”, *Carlos Castilho*

África

43 Sudão: À beira da secessão

América Latina

- 46 Peru: A esquerda já aspira ao poder, *Horacio Verbitsky*
53 Uruguai: Sete meses decisivos, *Micaela Ramada*
58 EUA-Cuba: Um quarto de século de desencontros, *Ash Narain Roy*

Oriente Médio

- 62 Os pontos críticos, *Neiva Moreira*
67 Uma nova etapa de um velho drama, *Pablo Piacentini*

Ásia

70 Iriã: A guerra quase esquecida, *Albert Evert Ermste*

Cultura

- 76 Carnaval do Rio: Quem não gosta de samba...?,
Roberto Nascimento
80 Carnaval de Angola: Em busca das raízes, *José Carlos Gondim*
84 Notas de Comunicação

86 Livros do 3º Mundo

Especial/Documento

- 87 El Salvador: O futuro da guerra, *Guillermo Ungo*
93 Proposta de integração e plataforma do Governo
Provisório de Ampla Participação

96 Humor: Roger



Barrantes: surge um líder



Kuneitra arrasada



A Passarela do Samba

Cartas

Clube de Amigos

Estou convidando todos os leitores dessa revista, ou quem estiver interessado nos problemas dos países do Terceiro Mundo residente em Teresina, para a gente discutir os problemas abordados nos cadernos. Existem muitos assuntos que precisam ser discutidos, como a ofensiva do presidente Reagan à Nicarágua, a democratização da Argentina, as manifestações no Chile e no Uruguai etc. Meu nome é Teófilo Cavalcante, end.: Quadra 06, casa 25, setor "C", Conjunto Mocambinho, Teresina, ou no Diretório Central dos Estudantes da UFPI.

Viva Angola!

(...)Quero elogiar a impecável matéria (cadernos nº 61) "Angola — vinte anos de guerra — oito de independência", que reflete com absoluta nitidez as atrocidades cometidas pelo regime racista sul-africano contra Angola. Mas o bravo povo angolano demonstra vitalidade e força e com certeza saberá defender sua revolução contra a "gana" imperialista, contra a canalha do *apartheid*. Pretória receberá uma histórica lição por seus bárbaros crimes praticados contra um povo sedento de justiça e paz social. Viva a Revolução de todo o povo angolano! Carlos Henrique Garcia — Juiz de Fora — MG — Brasil.

Economia: balanço de 20 anos

(...)Teríamos muito prazer em ver publicado um número sobre a política econômica brasileira nestes 20 anos de regime militar, apontando os erros e os pontos positivos. Um esclarecimento sobre o que será do nosso povo subnutrido quando se fala em desenvolvimento da nação. Aduato Elias Moreira — presidente do Diretório Municipal do PMDB — Paraguai Paulista — SP — Brasil.

Leitor cuidadoso

Com certa surpresa e receio, li, hoje, a revista de janeiro. Surpresa pela carta do leitor Rubismar Galvão; apreensão pela resposta da revista, prometendo "estudar aprimoramento da encadernação". Ora, temos um custo de vida cada vez mais alto, e todo "aprimoramento" implica aumento de preço e perda de assinantes e compradores. Isso é de vital importância. Mas há outro aspecto: esta revista é para ser lida. Eu a leio, de ponta a ponta, até os anúncios, como também sublinho numerosas e importantes observações. (...)Depois tomo a revista que continua tão firme que, posta numa banca, seria vendida sem que ninguém notasse a diferença. (...)Ora, cadernos é para ser lido, não para servir de leque ou abanar para os amigos na rua, ou pôr nas mãos das crianças para que vejam as figuras. (...)O problema de saírem folhas é só questão de educarmos a maneira certa de usar um livro ou revista. Silas C. de Moraes — Itaquí — RS — Brasil.

Quadrinhos: efeito nocivo

Com vistas à sugestão do leitor Geraldo Loureiro (cadernos, nº 63), apraz-nos transmitir o seguinte: realmente, a nosso ver, um dos aspectos da invasão cultural estrangeira manifesta-se na publicação de revistas em quadrinhos e outras histórias, dissociadas das realidades nacionais da América Latina. Observe o caso, para citar um, da famigerada história em quadrinhos cuja personagem principal é um menino muito rico (o "Riquinho"), cujas vontades são satisfeitas num passe de mágica. É uma personagem importada dos Estados Unidos e representa a valorização que se dá naquele país à riqueza material. Imagine uma criança que mal tem o que comer, lendo as histórias aparentemente inofensivas do Riquinho! Que contradição violenta! Provavelmente, ela desejará ser o Riquinho, pois, além de não passar fome, terá tudo o que deseja e será admirada por todos. Será admirada pelo que possui de bens materiais e não pelo que é como

ser humano. Além de histórias em quadrinhos, que deformam o desenvolvimento das crianças e adultos, existem livros de literatura infantil que despertam um sentimento de inveja pelo mundo estrangeiro, e consequentemente, um sentimento de inferioridade no leitor. São histórias de fadas, de príncipes, reis, onde geralmente se valoriza o branco, o louro. Cria-se um mundo irreal, onde se estimula a *submissão* do ser humano e onde a mulher está sempre na dependência da chegada do príncipe encantado (Bela Adormecida, Branca de Neve). Essa literatura incentiva a *resignação* do ser humano, pois afirma que as coisas acontecem, é só esperar e ter paciência. Deodato Cypriano Pinto — Cruzeiro — SP — Brasil.

Omissão sobre a CUT

Gostaria de expressar meu integral apoio e concordar veementemente com a leitora Clarice Coppetti (cadernos nº 62) a respeito da omissão sobre a divulgação de um evento da importância da criação da CUT, na primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras em São Bernardo. Essa omissão também me surpreende muito e penso que cadernos está devendo a todos nós leitores, uma análise e informação precisas e abrangentes, como sempre se caracterizaram seus artigos, avaliando e debatendo este fato de tanta importância para os brasileiros. José A. Souza — Belo Horizonte — MG — Brasil.

Exemplo maior

(...)Parabenizo a toda equipe dos cadernos pela excelente cobertura da posse do presidente da Argentina Raúl Alfonsín, um homem que implantou naquele país o regime democrático há muito sonhado pela sua população. Espero que os cadernos continuem sempre com esta filosofia de informar o que realmente seja um exemplo maior para outras nações, como foi o caso da eleição de Alfonsín, principalmente para nós brasileiros que atravessamos uma difícil crise econômica. Nelson dos Santos Alves — Natal — RN — Brasil.

Cultura e libertação

Oportuna a matéria sobre cultura e libertação dos povos (nº 60). O Terceiro Mundo necessita urgentemente deixar de ser tratado como "curral da cultura americana". A cultura tem papel fundamental na irradiação da consciência participativa e democrática. Gostaria de trocar idéias com leitores de *cadernos* nos países de língua portuguesa e espanhola. **Arildo Socatelli** — Coronel Vivida — PE.

Papa cruel

Leitor assíduo da vossa revista, encontrei na edição de junho de 1980 o seguinte período no artigo "O projeto do papa Wojtila": "Não encaixando dentro desta visão os países socialistas, Wojtila acusa-os de violadores dos direitos humanos. E procura situá-los da mesma forma que as ditaduras repressivas". Penso que o papa foi um tanto cruel na maneira como julgou os países socialistas. **Sebastião Roberto de Almeida da Conceição** — Luanda — Angola.

Psicopata na Casa Branca

A atual etapa da história da humanidade apresenta certos acontecimentos que nos fazem lembrar o Império Romano em sua fase de decomposição. As grandes conquistas da ciência vieram criar problemas ao imperialismo, que se vê na contingência de tomar medidas belicistas para poder garantir o domínio sobre os povos economicamente dependentes. Como exemplos recentes, podemos citar a invasão de Granada e as tentativas para desestabilizar o governo progressista da Nicarágua, além das constantes intervenções no Oriente Médio. São as contradições existentes no sistema capitalista na sua fase imperialista.

(...)Na África, nações secularmente dominadas libertam-se e muitas delas optaram pelo socialismo. (...) Neste quadro de decomposição do imperialismo, as corporações, aliadas ao complexo industrial-militar dos Estados Unidos, colocaram no poder um psicopata, (...)a serviço de um sistema arcaico e em decomposição. **Lourenço Reis** — Petrópolis — RJ — Brasil.

Negligência

Tomei conhecimento de *cadernos* através de um amigo e pude constatar a seriedade e profundidade das análises sobre os problemas que afetam o nosso Terceiro Mundo. Apesar disso, notei que a revista se prende a determinados países e negligencia outros. Até agora nada vi sobre certos países como: Etiópia, Afeganistão, Birmânia, Congo, China, Laos, Irã, Somália etc. Gostaria que fosse feita uma análise criteriosa sobre estas e outras nações. Afinal, estes também são países do Terceiro Mundo. **Pedro Gonçalves de Gouveia** — São Paulo — SP — Brasil.

Em edições passadas, cadernos já publicou matérias sobre esses países, Pedro. Só para citar dois exemplos, publicamos um especial sobre o Afeganistão no nº 26, e um sobre a China no nº 52.

Seca

(...)Quero fazer uma sugestão: seria possível dedicar um artigo sobre o problema da seca no nordeste? Deveria se partir de um enfoque que demonstre que ela pode ser solucionada desde que se mude a estrutura agrária, que haja um governo popular realmente interessado em aplicar capital e recursos técnicos para a construção de obras contra as secas, par-

tindo do próprio *know-how* que o país já tem em grandes construções. Sugiro, inclusive, que se dê conhecimento aos leitores da grande obra que a União Soviética realizou na irrigação do deserto, através da construção de um canal de 1.100km, o que permitiu a cultura de uvas, algodão, trigo etc. **Ana R. Dantas** — Antenor Navarro — PB — Brasil.

Represas: quem ganha, quem perde

Tendo em vista que a construção de 25 represas na bacia do rio Uruguai provocará graves consequências sociais, principalmente para os agricultores que serão obrigados a deixar suas terras, e que as represas só atenderão aos interesses dos países ricos, sugiro seja elaborada uma reportagem por *cadernos* detalhando objetivos, quem ganha e quem perde, consequências sociais, formas de impedir ou prorrogar a construção, organização dos agricultores etc. Creio ser um assunto válido e oportuno na medida em que os leitores tomarão conhecimento do sofrimento do povo, além de ser uma oportunidade para o povo se conscientizar da necessidade de se organizar e se unir na defesa dos seus interesses. **Armando Triches Enderle** — Frederico Westphalen — RS — Brasil.



Seca: um problema que exige uma solução política

Cartas

Erro de pessoa

Ao receber a vossa revista do mês de fevereiro, deparei com o meu nome mencionado num artigo sobre "dificuldades de intercâmbio", do companheiro Renan Falcão. Por este meio, comunico que até o momento já recebi dezenas de cartas do Brasil, sendo impossível responder a todas, por vários motivos, sejam eles financeiros ou por falta de tempo, mas nunca recebi qualquer carta do mesmo companheiro. **Carlos Alberto Lemos** - Vila Nova de Gaia - Portugal.

Errata

1. Na matéria de capa de nossa edição passada sobre a Nicarágua, por um lapso, demos a informação (p. 49) de que o salário-mínimo naquele país centro-americano é de mil dólares. Corrigimos, em tempo: é de cerca de cem dólares.

2. Em nossa edição nº 62 ("Argentina, moratória e processo aos torturadores"), faltou o crédito da adaptação e tradução do "Diário do ANC": são do Instituto de Estudos Africanos (Ineafric).

Intercâmbio

José Teófilo Cavalcante
Quadra 06/casa 25/Setor "C"
Conjunto Mocambinho - Zona Norte
CEP: 64.000 - Teresina - PI - Brasil

Maria Lúcia Marques
Caixa Postal 163 - CEP: 14.940
Ibitinga - SP - Brasil

José Eurípedes Berágua
Rua Piauí, 2622 - Vila Albertina
CEP: 14.100 - Ribeirão Preto - SP
Brasil

Carlos Henrique Garcia
Av. Marginal, 176 - CEP: 36.100
Bairro Santa Rita - Juiz de Fora
MG - Brasil

8 - terceiro mundo

Orivaldo Flor Carvalho

Rua Angelo Mogioni, 364
CEP: 95.100 - Bairro Rio Branco
Caxias do Sul - RS - Brasil

Luiz Antônio Borges

Rua Jorge Tibiriçá, 277
CEP: 04.126 - Vila Mariana - São
Paulo - SP - Brasil

Roberto Natal Silva Saorim

Rua Valdomiro Gonzaga da Silva,
1.090 - CEP: 08.170 - Jardim das
Oliveiras - São Paulo - SP - Brasil

Beto Armando

Largo Katady, 8 - Luanda -
República Popular de Angola

Aristeu Bento de Souza

Rua Maestro Moreira Lopes, 68
Vila Nova - CEP: 13.100 - Campinas
SP - Brasil

Geraldo de Oliveira Loureiro

Cx. Postal 10.091 - Rio de Janeiro
RJ - CEP: 23.000 - Brasil

Levy Geralte da Silva

Rua Noronha Torrezão, 407/202
Bl. 6 - CEP: 24.240 - Cubango
Niterói - RJ - Brasil

Darci Bacarin

Av. Getúlio Vargas, 31 - CEP: 89.200
Joinville - SC - Brasil

Felipe Matias Francisco

Av. Comandante Hoji ya Henda, 84
Cx. Postal 1119 - Luanda
República Popular de Angola

Dilson Corrêa Marinho

Rua Vaticana, 180 - CEP: 09.000
Jardim Santo André - Santo André
SP - Brasil

Elias Disengomoka

C. P. 6084 - Luanda - Angola

Antônio Alves Neto

Rua das Orquídeas, 1901
CEP: 64.000 - Vila Amalfi 2 - Bairro
de Fátima - Teresina - PI - Brasil

João Daniel da Conceição

Cx. Postal 935 - Huambo - Rep.
Popular de Angola

Frederico Luiz Matt Corrêa

Rua Maranhão, 308/101 - fundos
CEP: 20.720 - Méier - Rio de
Janeiro - RJ - Brasil

Sebastião V. C. Campos

Rua da Assunção, 222 - CEP: 03.005
Brás - São Paulo - SP - Brasil

José das Graças C. da Silva

Rua São José, 50 - CEP: 60.000
Bairro Serviluz - Fortaleza - CE
Brasil

Mário Sérgio

Cx. Postal 5606 - Luanda - Rep.
Popular de Angola

F. Alberto da Conceição

D.N.G.I.M. - CP 18293
Vila Alice - Luanda - Angola

Mateus Antônio Martins Filipe

R. Penafiel, 3-1, casa 3 - C. P. 6696
Luanda - Angola

André Ndumba Túdi

a/c de André Paulino
Carpintaria - Lundo Diamang
Lunda Norte - Angola

Florenço Miguel Ferreira

Rua 110 - C. P. 2155
Luanda - Angola

Lucamba Magalhães

C. P. 318 - Maku - Kungo Cela K.
Sul - Angola

Claudio dos Reis Berzagui

Rua Santo Antônio, 54 - CEP: 93.250
Esteio - RS - Brasil

Makanda Pedro de Marcela

C. P. 10443 - Luanda - Angola

Mário Rui Pires

Largo João Seca, 5-A
Maianga - Luanda - Angola

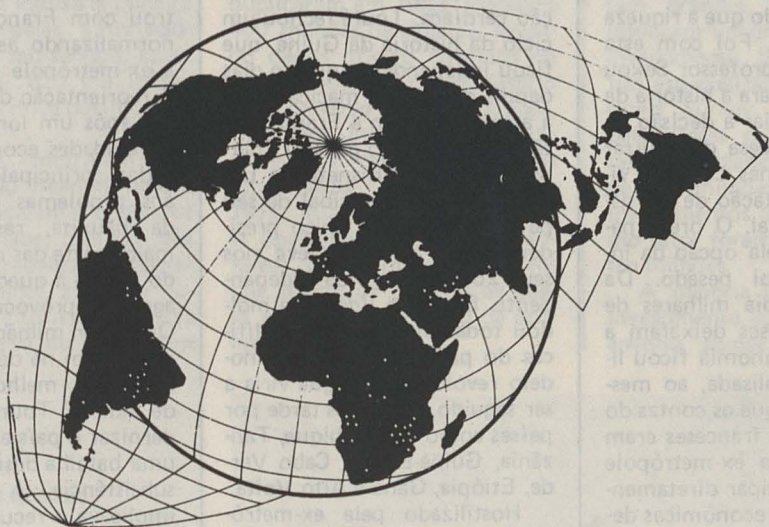
Luciano Antônio Segunda

C. P. 54 - CORM - Kacuaco
Kacuaco - Luanda - Angola

Gadjay Choquisso Francisco (Djay)

C. P. 238/1
Nampula - Moçambique

UMA EMPRESA PORTUGUESA VOLTADA PARA O MUNDO



Prestigiamos a indústria nacional ao longo de 40 anos de atividade devido à nossa elevada tecnologia e garantia de qualidade, equipando o Mundo com produtos essenciais, dos quais destacamos os seguintes equipamentos: hidromecânicos para barragens, eletromecânicos para centrais; industriais para as indústrias química e petrolífera; material circulante de estrada de ferro.

Dignificamos a presença de Portugal nos seguintes mercados:

Angola, Arábia Saudita, Argentina, África do Sul, Brasil, Camarões, Costa Rica, EUA, França, Guatemala, Índia, Irã, Iraque, Islândia, Kuwait, Malauí, Marrocos, México, Moçambique, Nicarágua, Paquistão, Senegal, Sudão, Turquia, Uganda, Venezuela, Zaire e Zimbábue.

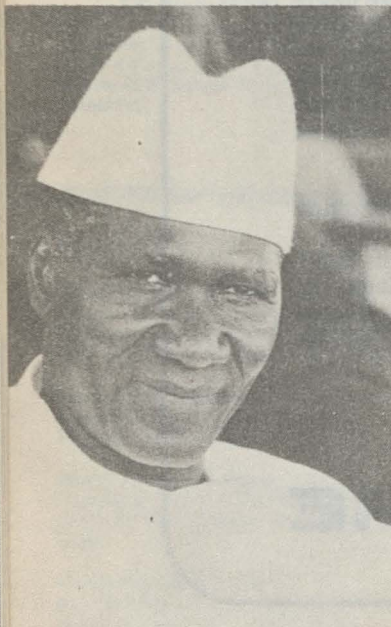


SOREFAME

Sekou Touré (1922-1984)

□ "Preferimos a pobreza em liberdade, do que a riqueza na escravidão". Foi com esta frase que o ex-professor Sekou Touré entrou para a história da África ao desafiar a decisão da metrópole francesa de realizar um plebiscito nas colônias visando a implantação de um sistema neocolonial. O preço pago em 1958 pela opção da independência foi pesado. Da noite para o dia milhares de técnicos franceses deixaram a Guiné, cuja economia ficou literalmente paralisada, ao mesmo tempo em que as contas do país em bancos franceses eram bloqueadas e a ex-metrópole passava a participar diretamente de manobras econômicas desestabilizadoras.

Ao morrer em Cleveland,



Touré: um ciclo que se fecha

10 - terceiro mundo

nos EUA, depois de uma operação cardíaca, Touré fechou um ciclo da história da Guiné, que ficou independente quatro dias depois de rejeitar maciçamente a associação com a França, então presidida pelo general Charles De Gaulle. Bisneto de um importante chefe tribal de seu país, Touré foi o único presidente que a Guiné teve nos seus 26 anos de vida independente. Ele foi o líder que moldou todas as estruturas políticas do país, adotando um modelo revolucionário que viria a ser seguido anos mais tarde por países como Moçambique, Tanzânia, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Etiópia, Gana e Alto Volta.

Hostilizado pela ex-metrópole e isolado pelas outras ex-colônias que aceitaram a associação neocolonial chamada Comunidade Francófona, Touré criou o partido único (Partido Democrático da Guiné), um dos primeiros do gênero a surgir na África negra. Depois, desenvolveu estruturas originais de organização popular e de associação entre o partido e o Estado. No plano externo, Touré foi desde 1958 um defensor intransigente da independência completa de todas as ex-colônias européias na África e um incentivador dos movimentos de libertação nacional. O Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) contou com o apoio da Guiné até alcançar a independência em 1975.

Mas, em 1979, no final do terceiro mandato presidencial, Touré resolveu se reaproximar da França dentro de uma política de romper o isolamento a

que foi submetido pelas potências ocidentais que o consideraram um aliado incondicional da União Soviética. Touré esteve em Paris onde se encontrou com François Mitterrand normalizando as relações entre a ex-metrópole e a ex-colônia. A reorientação diplomática surgiu após um longo período de dificuldades econômicas provocadas principalmente devido aos problemas na exportação da bauxita, responsável pela maior parte das rendas externas do país e à queda da produção agrícola provocada pela seca. Quase um milhão de guineenses emigraram na década de 70 em busca de melhores condições de vida. E Touré resolveu modernizar o país após 20 anos de uma batalha desigual pela auto-subsistência. A modernização implicava o recurso a empréstimos externos, daí a mudança na posição diplomática.

Ao morrer, Sekou Touré recebeu em seu país honras semelhantes às conferidas a outros chefes nacionalistas africanos como Jomo Kenyatta, Agostinho Neto e Kwame Nkrumah.

Uma semana após a morte de Sekou Touré, a Guiné foi sacudida por um golpe de estado organizado pelos militares. Os golpistas prometeram fidelidade aos ideais anticolonialistas do presidente morto, mas anunciaram o afastamento de vários parentes de Sekou Touré, acusados de corrupção e nepotismo. Os novos governantes militares prometeram também impedir qualquer tentativa futura de "ditadura pessoal". O Partido Democrático da Guiné foi dissolvido, o mesmo acontecendo com a Assembléia Nacional e todas as organizações de massa. A Constituição foi suspensa.

"Apartheid": Discriminação salarial e acidentes de trabalho

Na África do Sul, os trabalhadores negros recebem menos 20% de salário relativamente aos trabalhadores brancos. Cerca de 40% da indústria mineira é dominada pelas transnacionais, tendo a seu serviço, aproximadamente, 620 mil mineiros, dos quais nove décimos são negros.

Em 1983, morreram 400 pessoas e 800 ficaram feridas em diversos acidentes ocorridos nas minas. Nos últimos dez anos, 8.200 trabalhadores pereceram nas minas, sendo o número dos feridos na ordem dos 230 mil. Cerca de 95% eram negros.

TNT contra populações árabes

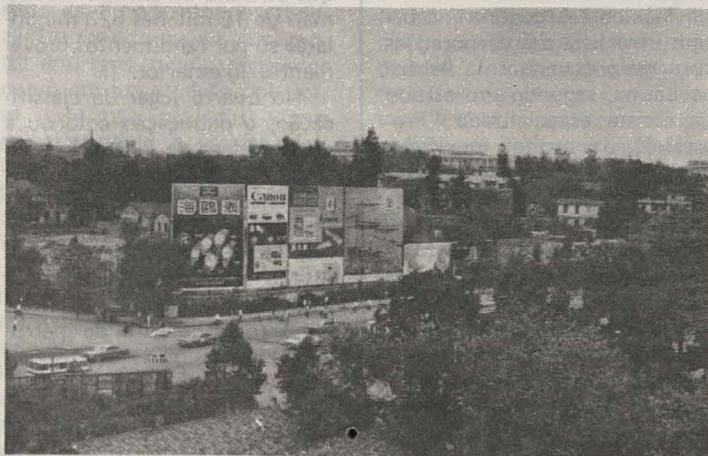
"Terror contra terror" é a designação de um grupo terrorista antiárabe que agora reapareceu nos territórios ocupados por Israel, após algum tempo de trégua. A finalidade dessa organização (sigla: TNT) é semear o pânico entre a população árabe. Segundo denúncias, os terroristas gozam de certa impunidade devido à complacência com que a sua ação seria encarada pelos setores militares mais "duros" da ocupação judaica. No mês de dezembro passado, o TNT reivindicou três atentados, incluindo um contra a mesquita de Hebron. Os terroristas lançaram granadas contra a mesquita e feriram várias pessoas. O exército sionista reconheceu que lhe tinham sido roubadas duas mil granadas. O "inquérito profundo" prometido pelos israelenses não surtiu ainda quaisquer efeitos.

China: Crescem investimentos ocidentais

Os investimentos de companhias transnacionais de origem ocidental na China se duplicaram em 1983, somando 400 milhões de dólares, segundo dados oficiais contidos no último boletim do ministério do Comércio Exterior chinês. Os dados indicam uma forte progressão dos investimentos estrangeiros no país desde 1979, quando se abriu a porta às operações mistas (*joint ventures*) com empresas ocidentais, depois de 30 anos de quase absoluto isolamento da economia chinesa.

veitamento petrolífero no mar, concedidos a companhias ocidentais, que até agora não deram grandes resultados mas implicam um grande volume de investimento. Segundo o boletim especializado *Far East Business Survey*, as companhias petrolíferas ocidentais investiram até dezembro último cerca de 530 milhões de dólares. Os investimentos chineses no mesmo setor foram de apenas quatro milhões.

A maioria dos projetos de investimento iniciados em 1983 envolve somas em geral bai-



Uma nova visão da economia chinesa, depois de 30 anos de isolamento

As sociedades entre empresas estatais chinesas e companhias estrangeiras totalizam 188 desde 1979, em sua grande maioria em participações por metade, em que os estrangeiros fornecem tecnologia e capital e os chineses bens de capital básicos, instalações, mão-de-obra e controle operacional.

As cifras não incluem os contratos de exploração e apro-

xas (uma média de 6-8 milhões de dólares) e se centram particularmente em tecnologia e produção de geradores e equipamento elétrico pesado, maquinaria eletromecânica e instrumentos de precisão. Os projetos autorizados em 1983 (não os efetivamente iniciados) foram 105, para um total de 515 milhões de dólares, prevalecendo entre eles as firmas britânicas e norte-americanas.

América Latina: Petroleiras estatais entre as empresas com maiores vendas



□ As empresas petrolíferas estatais da Venezuela, Brasil, México e Argentina encabeçam uma lista das corporações com maiores vendas na América Latina, segundo um estudo da revista especializada "Progreso", da capital mexicana. *Petroleos de Venezuela* ocupou o primeiro lugar em 1982 com 16.441 milhões de dólares em vendas, seguida da Petrobrás, do Brasil, com 13.997 milhões e por *Petroleos Mexicanos* (Pemex) com 7.615 milhões de dólares, segundo a revista. Esta última cifra não coincide com a

informação oficial mexicana que atribuiu à Pemex em 1982 mais de 15 milhões 623 mil dólares só por rendimentos provenientes do exterior.

No quarto lugar da classificação, a publicação colocou a distribuidora da Petrobrás e no quinto a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* da Argentina. Outras quatro empresas brasileiras, incluindo filiais estrangeiras do setor petrolífero, estão situadas nos lugares seguintes: Shell (distribuidora de petróleo), Souza Cruz (tabacos), Esso (distribuidora de petró-

leo) e Eletrobrás (eletricidade).

No décimo lugar da classificação de 1982, a publicação coloca a Cervejaria Polar, da Venezuela, seguida das colombianas Ecopetrol (petróleo) e Federacafé (exportadora de café), a filial brasileira da Volkswagen, a Corporação do Cobre do Chile (estatal) e, no décimo-quinto lugar, a subsidiária brasileira da petrolífera norte-americana Texaco.

Das 500 maiores empresas latino-americanas, 300 se encontram no Brasil, 62 na Argentina, 58 na Venezuela, 30 no México, 28 na Colômbia, 12 no Chile, sete no Peru e três no Uruguai, afirma a revista "Progreso".

As corporações com maiores lucros em 1982, indica a publicação, foram a *Petroleos de Venezuela* com 2.534 milhões de dólares, seguida das brasileiras Eletrobrás com 988 milhões e Telebrás com 713 milhões.

E as que obtiveram as perdas mais vultosas no mesmo ano foram, em primeiro lugar, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), da Argentina, com 7.577 milhões de dólares, seguida de outras quatro empresas também argentinas: Ferrovias Argentinas, Gás do Estado, Acindar e Entel, com montantes que flutuam entre 959 e 507 milhões de dólares.

Mauritânia reconhece a Rasd

A República Islâmica da Mauritânia reconheceu *de jure* a República Árabe Saarauí Democrática, proclamada pela Frente Polisário há oito anos. O reconhecimento, que coincidiu com o próprio 8º aniversário da proclamação, foi comunicado em mensagem enviada

pelo presidente mauritano, coronel Mohamed Kouna Ould Haidallah, ao secretário-geral da Frente Polisário e presidente da Rasd, Mohamed Abdelaziz.

A República Árabe Saarauí Democrática foi proclamada pela Frente Polisário no dia 27 de fevereiro de 1976, um dia após a retirada das últimas tropas da até então potência colonial, a Espanha.

A decisão agora tomada pe-

las autoridades mauritanas nem sequer constitui uma surpresa. Durante o mês de dezembro passado, o presidente mauritano havia declarado que o seu país reconheceria o Estado saarauí caso Marrocos persistisse na recusa em adotar o plano de paz africano para o Saara Ocidental, aprovado na última reunião de cúpula da OUA. A Mauritânia é o 27º Estado africano a reconhecer a Rasd.

Sri Lanka: ONU apóia conferência étnica

□ A Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas apóia "todas as medidas de reabilitação e reconciliação" para solucionar o conflito que opõe a maioria singalesa à minoria tamil em Sri Lanka, informaram porta-vozes do organismo. Uma conferência multipartidária para buscar solução para os conflitos étnicos do país foi convocada pelo presidente Julius Jayewardene.

A minoria tamil, que habita especialmente a zona norte e oriental da ilha, reivindica a autonomia política e várias organizações recorreram à violência para conseguí-la. Em julho de 1983, um grupo tamil emboscou uma patrulha do exército, de maioria singalesa, causando vários mortos. O ataque provocou uma onda de violência étnica na qual pereceram 400 elementos do grupo tamil e milhares ficaram desalojados.

A autonomia regional reivindicada pelo segmento tamil é o aspecto crucial do problema. Sobre ela, os singaleses manifestam grandes reservas. O presidente Jayewardene instou os singaleses a refletirem sobre o quanto poderiam ceder às posições autonomistas, enquanto solicitou aos tamis que analisassem em que medida poderiam moderar as suas idéias separatistas.

A conferência de reconciliação nacional analisa os problemas em dois comitês. O primeiro estuda possíveis sistemas de administração interna para o país e o segundo considera as causas da violência étnica de julho e medidas para erradicá-la.

1984 - Abril - no. 65

México: PRI anuncia reestruturação

□ O Partido Revolucionário Institucional (PRI) iniciará um processo de reestruturação e democratização internas, particularmente com vistas ao processo eleitoral. O PRI, fundado em 1929 e de cujas fileiras saíram todos os presidentes mexicanos, celebrou o 55º aniversário de sua fundação com um gigantesco comício na capital do país, do qual participaram o presidente Miguel de la Madrid, seu gabinete ministerial, altos funcionários de governo, governadores de estados e prefeitos do partido governante de todo o país.

Juntamente com os propósitos de "modernizar e atualizar" o partido governante, tanto em seus níveis dirigentes como em sua atuação política, as reformas previstas visam principalmente o âmbito eleitoral, terreno no qual o PRI teve algumas flagrantes derrotas nas eleições municipais de importantes cidades do norte do país. Pela primeira vez em seu meio século de existência, o PRI — que nasceu como Partido Nacional Revolucionário e logo se chamou Partido da Revolução Mexicana — perdeu, ano passado, estratégicas posições municipais para as mãos

do direitista Partido de Ação Nacional (PAN).

Embora essas derrotas não diminuam substancialmente seu forte poderio eleitoral que supera os 70% dos sufrágios, seu impacto prejudicou a tradicional imagem vitoriosa do partido governante e gerou uma relativa crise interna que o leva agora a este processo de reestruturação.

Basicamente, e apelando para uma expressão popular mexicana, os analistas locais sustentam que se trata de pôr fim ao velho sistema conhecido como *dedazo*, isto é, a designação de candidatos eleitorais a partir de cima, sem levar em conta a opinião dos dirigentes de base a nível local e regional. As reformas previstas prevêem um "ensaio experimental" nas eleições de dez municípios em Nayarit, no oeste do país, em junho próximo, para as quais os candidatos serão propostos diretamente por organizações operárias, camponesas e populares de cada entidade.

As tentativas prosseguirão em outros congressos até estendê-las às eleições municipais e de deputados locais que se realizarão no decorrer do presente ano.

O presidente De la Madrid, do PRI: "Modernizar o partido"

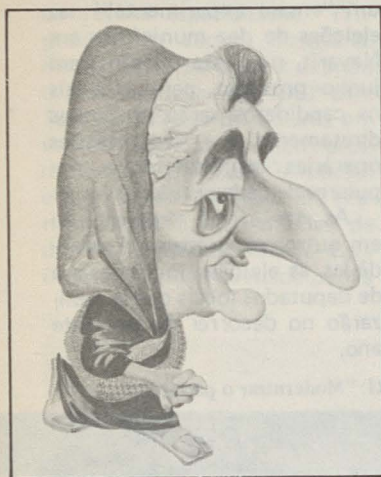


Índia: Novo equipamento militar soviético

□ A União Soviética concordou em fornecer urgentemente à Índia equipamentos militares sofisticados, informaram fontes oficiais de Nova Déli.

O material incluirá equipamentos com maior poder de ataque para as três divisões dos serviços indianos de defesa, assim como um sistema aéreo que cobrirá necessidades atuais e futuras. A decisão foi resultado de conversações realizadas na capital da Índia entre uma delegação soviética de alto nível chefiada pelo ministro de Defesa desse país, marechal Dimitri Ustinov, e a primeira-ministra Indira Gandhi.

"O aparelhamento militar do Paquistão pelos Estados Unidos, a possibilidade de ins-



Indira Gandhi

Palestina: 75 mil mulheres detidas desde 1967

A presidente da União de Mulheres Palestinas, Issam Abdul Hadi, declarou por ocasião do Dia Internacional da Mulher, que as autoridades de Israel prenderam 75 mil mu-

talação de novas bases navais norte-americanas nas proximidades da Índia e a construção de novas bases aéreas chinesas no Paquistão aumentaram a necessidade da Índia estar preparada para qualquer emergência", assinalou o ministro da Defesa da Índia, R. Venkataraman. Os navios de guerra indianos atualmente em construção serão equipados com os mais recentes sistemas de radar soviéticos com o propósito de incrementar sua capacidade de vigilância, detecção e visual, assinalaram as fontes indianas.

Os participantes das deliberações decidiram, igualmente, desenvolver na Índia, por meio da cooperação com a União Soviética, a capacidade eletrônica necessária para enfrentar e controlar o que as fontes qualificaram de ameaças crescentes no oceano Índico.

A União Soviética assinalou que reconhece a necessidade de que este país asiático produza seus próprios equipamentos de defesa e sistemas de avaliação, tão rápido quanto possível, como meio de reduzir sua dependência. A União Soviética comprometeu-se a cooperar nesse sentido no maior grau possível. A capacidade de defesa das três armas da Índia "cresceu no transcurso desses anos, mediante o apoio soviético que nos é valioso", manifestou, por seu lado, Venkataraman. (*Venugopala Rao*)

lheres palestinas, entre 1967 e 1983. Essa cifra inclui mulheres encarceradas desde cinco dias até 15 anos. Acrescentou que o campo de concentração israelense de *Al Ansar*, no sul do Líbano, está repleto de mulheres e homens palestinos.

África: Causa alarme a taxa de crescimento

□ A taxa africana de crescimento populacional, de 3% anuais, é a mais alta do mundo. Continuando nesse ritmo, a população do continente, atualmente de 530 milhões de habitantes, aumentará para quase 870 milhões até o final deste século.

A taxa mundial de crescimento de população é de 1,7%. A cifra cai para 0,7% nos países desenvolvidos e sobe para 2% nas nações em vias de desenvolvimento. O diretor executivo do Fundo das Nações Unidas para Atividades em Assuntos de População (Fnuap), Rafael Salas, apresentou essas cifras a 200 delegados de 30 países na 2ª Conferência Africana de População, recentemente encerrada em Arusha, Tanzânia.

"A partir da 1ª Conferência Africana sobre População, realizada em Acra, Gana, em 1971, verificou-se uma melhor compreensão dos fatores demográficos e de sua incidência sobre o desenvolvimento", disse Salas. "Conseguiu-se uma coleta de dados básicos através dos censos nacionais na maioria dos países nos últimos dois anos.

Durante as deliberações, a Organização de Unidade Africana (OUA) se pronunciou abertamente a favor do direito das mulheres "em decidirem livre e responsabilmente o número e frequência de sua maternidade e que se lhes ofereça informação e educação que as capacitem a tomar essas decisões". (*John Worrall*)

Líder oposicionista brasileiro condena planos do FMI

□ "A América Latina será riscada do mapa como região" se insistir em aceitar os programas de ajustes do Fundo Monetário Internacional (FMI), advertiu em Caracas o presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Ulysses Guimarães, em um discurso ao Congresso venezuelano. Guimarães, virtual candidato presidencial do PMDB, formulou enérgicas críticas ao FMI e propôs a "renegociação soberana da dívida externa", sob novas condições compatíveis com o desenvolvimento econômico.

O dirigente brasileiro, que realizou em fevereiro passado uma visita de 48 horas a Caracas, convidado pelo partido



Ulysses Guimarães

governante social-democrata Ação Democrática (AD), falou perante o Congresso em uma sessão especial da Câmara de Deputados. Guimarães se referiu à grave crise econômica que

a América Latina enfrenta e à necessidade de fortalecer a integração regional através da constituição de um mercado comum latino-americano.

"Os senhores das finanças mundiais parecem imaginar que nosso continente pode viver sob contínua recessão até o fim da década, estendendo o desemprego até o final do século", enfatizou.

Guimarães exortou a rechaçar os "termos infames do FMI" e empreender novas negociações, seguindo o exemplo dos governos democráticos da Argentina e Venezuela que procuram "condições de pagamento compatíveis com a preservação da economia".

Durante sua estadia em Caracas, Guimarães entrevistou-se com o presidente Jaime Lusinchi, e com o ministro da Presidência, Simón Alberto Consalvi, os quais expressaram seu apoio ao pleno restabelecimento da democracia no Brasil.

Brasil: praça Sandino em Belo Horizonte

O bairro do Barreiro de Cima, na periferia de Belo Horizonte (MG), tinha uma rua com o nome de Dan Mitrione. Isso desagradava os vizinhos, pois Mitrione era o tristemente célebre agente da CIA que atuou no Brasil, Uruguai e República Dominicana ensinando técnicas de tortura aos policiais desses países e que finalmente foi executado pelo Movimento Tupamaro. No fim do ano passado o nome da rua foi trocado. E mais ainda: de acordo com ato assinado pelo prefeito Hélio Garcia, o bairro passará a ter uma praça com o nome do herói nicaraguense, Augusto César Sandino. Os moradores, agora, dormem com a consciência em paz.

Chile-África do Sul: colaboração militar

Um membro da Corporação de Armamentos da África do Sul (Armscor) afirmou que existe "uma grande possibilidade de transferir tecnologia sul-africana para a indústria de armas do Chile". A Armscor participou como expositora na Feira Internacional do Ar (Fida-84), instalada na base aérea militar *El Bosque* da capital chilena.

O diretor da corporação, Piet Marais, declarou que embora não existam compromissos de vendas de armas sul-africanas ao Chile, há um compromisso de colaboração técnica entre ambos os países. "Há grande interesse do Chile em nosso armamento, porque está efetuando uma guerra contra o

terrorismo, que ao que parece é o tipo de guerra mais travada no mundo", ressaltou em uma reunião de imprensa. Acrescentou que "a África do Sul está preparada para oferecer toda a sua experiência aos países com os quais tem uma amizade militar".

Marais informou que o material bélico produzido pela empresa apresenta "uma completa gama de qualidades", resultantes em parte, do boicote de armas que fora fomentado pelas Nações Unidas (ONU) contra a África do Sul a partir de 1977, "fazendo da Armscor um fornecedor extremamente atraente para os eventuais clientes, porque fabrica 143 tipos de munições". Na exposição da Fida-84, a empresa sul-africana exibiu o *Kukri*, um sistema de projétil ar-ar "altamente avançado".

EUA-México debatem caso de 8.000 crianças contaminadas

□ A intoxicação de oito mil crianças mexicanas pelas emanções químicas de uma refinaria norte-americana na fronteira entre os dois países foi debatida entre peritos governamentais do México e dos Estados Unidos.

Os especialistas, reunidos na cidade fronteiriça de Tijuana, a 2.700 quilômetros da capital mexicana, integram uma comissão mista de cooperação criada no quadro do Convênio para a Proteção e Melhoramento do Meio-Ambiente Fronteiriço, assinado a 14 de agosto passado pelos presidentes Miguel de la Madrid e Ronald Reagan.

A subsecretária mexicana de Ecologia, Alicia Barcenas, e o diretor da Agência Norte-Americana para a Proteção do Meio-Ambiente, Fitzhugh Green, presidem as respectivas delegações. A funcionária mexicana explicou que a reunião de peritos constatará os níveis que a deterioração do meio-ambiente está alcançando ao longo dos 3.326 quilômetros de fronteira comum e nas águas divisórias e também atualizará propostas e estratégias de solução.

Um dos problemas mais dramáticos se refere a oito mil crianças de um a nove anos, de

Ciudad Juárez, no estado mexicano de Chihuahua, intoxicadas pelas emanções de uma refinaria da *American Smelting and Refining Company* (Asarco), situada na cidade vizinha norte-americana de El Paso. O estudo, elaborado em departamentos do governo mexicano, corresponde a 1982 e indica que essas crianças apresentavam sérias alterações hematológicas e neuropsicológicas. Citando fontes norte-americanas, a pesquisa indicou que a refinaria da Asarco, instalada há um século, apesar de contar com equipamentos antipoluentes, está expelindo anualmente 1.116 toneladas de partículas de chumbo, 560 toneladas de zinco, 12 de cádmio e meia tonelada de arsênico. (*Mario de Cautín*)

África do Sul: novo bantustão

O governo racista de Pretória privará outras 500 mil pessoas de sua cidadania quando um quinto bantustão, Kwandebele, obtenha sua pseudo-independência em fins de 1984.

O regime sul-africano criou os "bantustões", que não são mais do que unidades administrativas constituídas no interior do território do país, com base em critérios "étnicos", passando assim os negros a serem *estrangeiros e emigrantes*. O bantustão de Kwandebele, que é integrado por assentamentos na parte norte do país (Transvaal), seguirá os passos dos bantustões de Transkei, Bophuthatswana, Venda e Ciskei, informa a agência independente *Press Trust* da África do Sul.

A última medida do governo sul-africano significará que sete milhões de pessoas foram privadas de sua cidadania: três milhões no Transkei, dois milhões no Bophuthatswana, 500 mil

em Venda, 750 mil no Ciskei e 500 mil em Kwandebele.

O governo sul-africano está procurando acelerar a consolidação de partes dispersas de Kwandebele em uma unidade única para que esteja pronta para a "independência" em dezembro deste ano.

BOLÍVIA: 2.400 milhões de dólares para o plano quadrienal de desenvolvimento

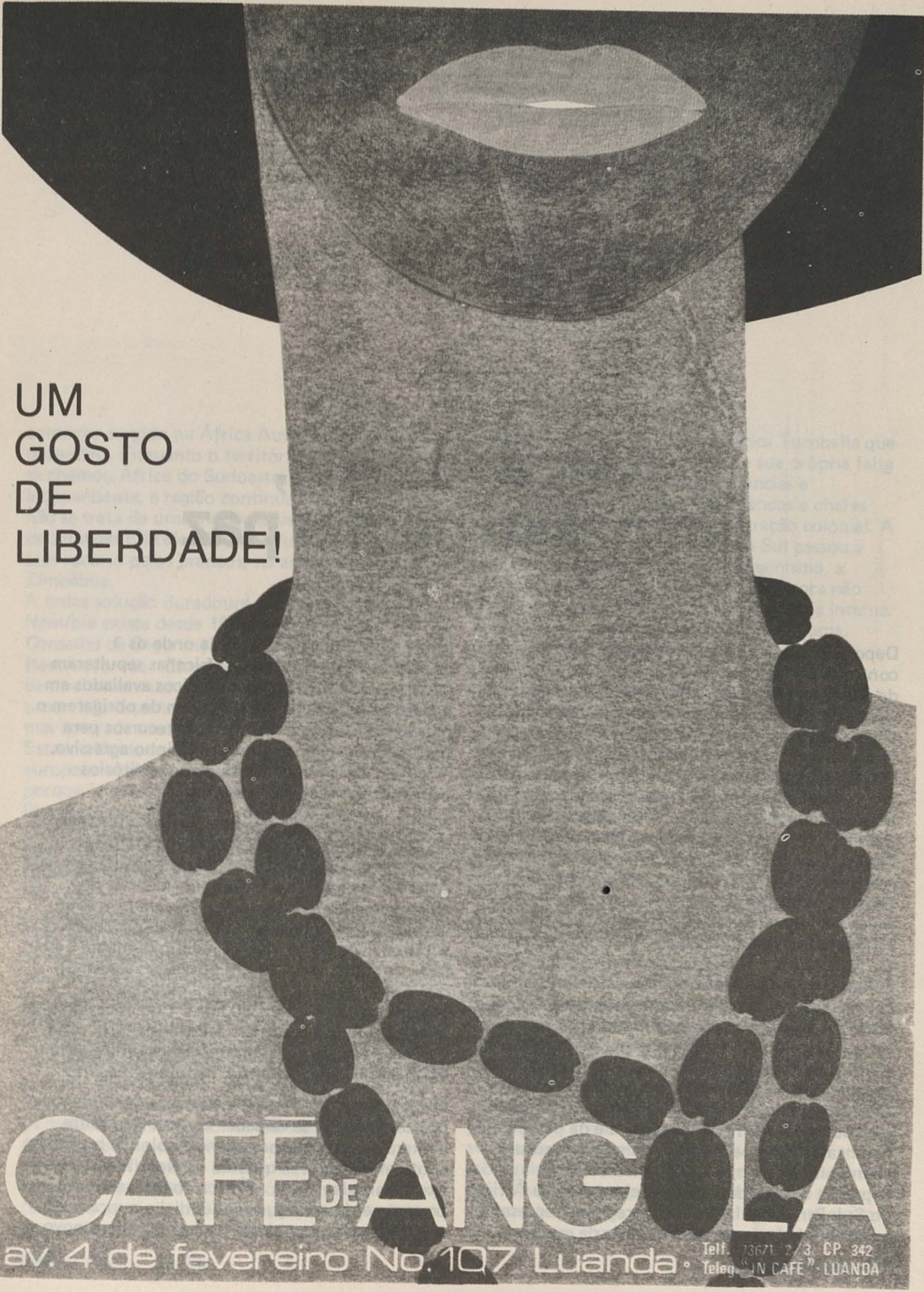
O Plano Quadrienal de Desenvolvimento 1984-1987, que os organismos especializados do governo boliviano elaboram, exigirá um investimento total de 2.400 milhões de dólares, com fluxos anuais de 600 milhões a partir da presente gestão. A informação é do Ministério do Planejamento e Coordenação da Bolívia, que controla e dirige os trabalhos de formulação do plano.

O plano quadrienal, no atual processamento, consta de 289 projetos a serem executados

em diversos campos e que têm em comum o fato de estarem orientados para a diversificação da economia do país.

CHILE: Valdés na presidência da Aliança Democrática

O presidente do Partido Democrata-Cristão Chileno (PDC), Gabriel Valdés, assumiu a presidência da Aliança Democrática (AD), uma coalizão que reúne partidos opositores ao governo militar. Valdés foi o primeiro presidente que a AD teve quando se constituiu a 6 de agosto do ano passado, com base no PDC, na direita republicana, o Partido Radical, a social-democracia e um setor socialista. Permanecerá no cargo durante dois meses, segundo o sistema rotativo estabelecido pela coligação política. O dirigente foi chanceler durante todo o período presidencial do democrata-cristão Eduardo Frei (1964-1970).



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda • Tel. 73671 2/3, CP. 342
Teleq. "IN CAFE" LUANDA

África Austral, um passo para a paz

Depois de quase oito anos de guerra não declarada contra seus vizinhos, a África do Sul resolveu falar de paz e coexistência. A mudança formalizada na virada do ano despertou inicialmente ceticismo, depois surpresa, passou pela dúvida e alcançou a fase da expectativa. Foi uma virada de posição radical demais e excessivamente rápida para ser aceita imediatamente sem restrições. Mas Angola e Moçambique resolveram correr o risco, mesmo após uma série de reuniões anteriores com representantes da África do Sul e que não deram resultados positivos. Em poucas semanas, a partir de janeiro último, sucederam-se contatos de alto nível, visitas e acordos que pela primeira vez desde 1975 apontam na direção de um degelo nas tensões militares na África Austral.

Para o governo de Moçambique, o início das conversações provocou de imediato um alívio na dramática luta pela sobrevivência diante das agressões sul-africanas diretas, das sabotagens promovidas por grupos terroristas subsidiados pelo *apartheid*, dos efeitos do bloqueio econômico promovido por Pretória, das consequências da pior seca desta década no sul da África e da pesada herança deixada pelo colonialismo na estrutura econômica do país, que além de Portugal, dependia e ainda depende estreitamente da África do Sul. Para Angola, a *détente* regional representa a possibilidade de reduzir o estado de guerra ao

longo da fronteira da Namíbia onde os bombardeios e invasões sul-africanas sepultaram custosos projetos sócio-econômicos avaliados em quase dez bilhões de dólares; além de obrigarem o país a dedicar quase 50% de seus recursos para uma guerra provocada por um vizinho agressivo. Angola poderá também recuperar territórios ocupados por tropas *afrikaaners*.

A África do Sul, por seu lado, já não pode mais ocultar os sinais de desgaste provocado pelas agressões aos vizinhos, nem os reveses sofridos na tentativa de manter a anacrônica idéia de que existem raças superiores. Os *afrikaaners*, que se consideravam imunes à deterioração das relações sociais e capazes de manter indefinidamente a sua idéia de supremacia, foram obrigados a admitir que o seu "paraíso" enfrenta a pior recessão econômica dos últimos 50 anos. Uma recessão que já não comporta mais nem a intransigência total nas leis do *apartheid* e muito menos uma guerra expansionista em busca de "fronteiras seguras".

Mas o dilema da sociedade *afrikaaner* é ainda mais profundo. Trata-se de saber como a República deixará de ser a última potência colonial branca no continente negro. A questão da Namíbia, uma ex-colônia alemã que a África do Sul ganhou de presente após a 1ª guerra mundial e nunca mais abandonou, é o problema chave em todo o novo

contexto surgido na África Austral a partir de dezembro. Enquanto o território, que no passado se chamou África do Sudoeste, não ficar independente, a região continuará conflagrada. E não se trata de uma independência qualquer, nem de soluções híbridas do tipo Muzorewa, tentada sem sucesso pelos brancos, na antiga Rodésia, hoje Zimbábue.

A única solução duradoura para a questão da Namíbia existe desde 1978 e foi dada pelo Conselho de Segurança da ONU, através da Resolução 435. Ela prevê, no essencial, o sistema de um homem-um voto, num pleito direto sob supervisão internacional. A 435 continua de pé, mas ignorada tanto pela África do Sul como pelos Estados Unidos com a cumplicidade de governos europeus ocidentais. Ela foi colocada no limbo porque através dela a Swapo, o movimento de libertação da Namíbia fundado há 24 anos, chegaria tranquilamente ao poder com mais de 50% dos votos, depois de ser reconhecida até pela ONU como a legítima representante do povo da Namíbia.

Até agora os brancos sul-africanos acreditavam que seria possível derrotar a Swapo e sepultar o ideal de liberdade e independência dos estóicos namíbios. As transnacionais mineiras instaladas no território também se consideravam isentas de prestações de contas perante os donos legítimos da ex-colônia alemã. Para elas, tratava-se de tirar o mais possível de urânio, cobalto, diamantes, ferro e níquel para abastecer reatores atômicos e altos fornos na Europa e nos Estados Unidos. Até agora os descendentes de colonos alemães e os novos colonos de origem *afrikaaner* não tinham o menor escrúpulo em inventar as mais variadas fórmulas, em geral abençoadas por Pretória, visando criar no território administrações que pudessem ser uma alternativa para a Swapo. Houve a fracassada

experiência da Aliança Democrática Turnhalle que acabou naufragando por causa de sua própria falta de representatividade, das divergências e personalismos entre dirigentes brancos e chefes tribais corrompidos pela administração colonial. A partir do ano passado, a África do Sul passou a estimular a criação de um novo organismo, a Conferência Multipartidária, que até agora não conseguiu sequer estabelecer uma unidade interna. O dirigente máximo da Swapo, Sam Nujoma, propôs conversações diretas com o governo de Pretória sobre o futuro da Namíbia, ao mesmo tempo em que revelava que um eventual acordo entre a África do Sul e Angola não significava automaticamente o fim da luta de libertação contra a ocupação colonial no seu país. O primeiro-ministro P. W. Botha, por seu lado, quer que Angola, a Unita, e a Conferência Multipartidária também participem das negociações, numa proposta que, obviamente, não conta com as simpatias nem de Luanda e nem da Swapo. Diante do impasse, há informações de que Pretória proporia a mediação dos Estados Unidos, enquanto a Swapo exigiria a participação das Nações Unidas. De qualquer maneira, o processo de negociação sobre o futuro da Namíbia será longo. Algumas fontes falam em até sete meses, prazo que interessaria ao presidente Ronald Reagan, tendo em vista as eleições presidenciais de novembro nos Estados Unidos. A retirada das tropas sul-africanas, o cessar-fogo ao longo da fronteira com a Namíbia (se concretizados) e a criação de mecanismos bilaterais para vigiar a trégua representam para Angola um avanço considerável no sentido da defesa de sua soberania e da reconstrução nacional. Mas a paz definitiva só virá depois que a Namíbia se tornar independente, com um governo livremente eleito por seu povo. Todas as manobras

Editorial

desestabilizadoras promovidas nos últimos oito anos pela África do Sul acabaram se mostrando infrutíferas. Pretória partia do pressuposto de que a Swapo só existia por causa do apoio angolano, e que enfraquecendo o governo do MPLA-Partido do Trabalho através de invasões e pelas sabotagens da Unita, o problema da Namíbia ficaria mais fácil de ser resolvido. Hoje, P. W. Botha reconheceu o fracasso desta estratégia, porque apesar de provocar sérias dificuldades a Angola, o governo do MPLA não se rendeu, nem a Swapo sucumbiu e os próprios sul-africanos reconhecem a impossibilidade de vencer militarmente os angolanos. Agora trata-se de salvar o que for possível da ocupação colonial.

No caso de Moçambique, os *afrikaaners* acreditavam que o crescimento dos últimos anos do Congresso Nacional Africano (ANC), a maior e mais antiga organização anti-racista da África do Sul, resultava — principalmente — do apoio recebido do governo de Maputo. A estratégia escolhida em 1975 foi a de desestabilizar o governo moçambicano achando que com isto os problemas internos com o ANC ficariam reduzidos. Mas, a exemplo de Angola, também esta política agressiva em relação a Moçambique não deu certo. Mesmo suportando dificuldades enormes por causa de ataques diretos e sabotagens de grupos títeres, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) se consolidou no governo e o ANC não deixou de crescer. Em grande medida, a estratégia sul-africana também foi anulada pelo avanço da unidade regional no plano político e econômico, através da organização dos Países da Linha de Frente (Angola, Moçambique, Zimbábue, Botsuana, Zâmbia e Tanzânia) e da Conferência da Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC — formada por Angola, Zâmbia, Zimbábue, Moçambique, Botsuana, Lesoto e

Malauí). Estas duas organizações lograram uma coordenação das ações diplomáticas, e da luta contra a dependência econômica da África do Sul, tornando possível uma soma de esforços capaz de superar as dificuldades e prejuízos materiais causados pela estratégia de desestabilização promovida por Pretória.

O restabelecimento dos contatos de alto nível entre os dois países e a possibilidade de que as relações econômicas sejam normalizadas são bem mais concretos do que no caso angolano. Mas mesmo assim, estarão sujeitas a possíveis turbulências futuras, e até mesmo um eventual colapso se as tensões raciais no interior da África do Sul se agravarem, o que é previsível e quase inevitável.

Assim, a distensão iniciada agora representa um inegável alívio para os sofridos governos de Angola e Moçambique, com repercussões também no Lesoto, Zâmbia e Zimbábue.

Poderia até se falar em vitória para estes governos nacionalistas se não existissem ainda problemas como o da Namíbia e do próprio *apartheid*, de solução a mais longo prazo. Só depois disto é que estará assegurada a pacificação definitiva da África Austral, através do fim das hegemonias coloniais e das supremacias raciais. O fracasso da estratégia desestabilizadora reduz a margem de manobra do Partido Nacional, no poder na África do Sul desde 1948. Já não será mais possível jogar sobre os países vizinhos a culpa pela resistência dos negros contra o racismo dos *afrikaaners*. A minoria branca terá que reavaliar a sua posição, encarando de frente o problema do *apartheid* como um assunto exclusivamente doméstico. Será um processo traumático e muito provavelmente longo. Mas deve terminar com a mesma lição aprendida por Hitler: a de que não existem raças superiores, nem privilégios eternos. ●

ÁFRICA AUSTRAL

A hora da negociação

Angop



José E. dos Santos
— Angola



Pieter Botha
— África do Sul



Samora Machel
— Moçambique

Carlos Callado

Depois de um longo processo que durou aproximadamente 18 meses, Angola e Moçambique chegaram nas últimas semanas a acordos com a África do Sul envolvendo um cessar-fogo ao longo das respectivas fronteiras. As negociações abrem novas perspectivas para a situação dos países da África Austral, uma região que estava escorregando perigosamente na direção de um conflito em larga escala. Apesar disso, os acordos alcançados recentemente não garantem uma pacificação completa. Questões como a independência da Namíbia e a do *apartheid* continuam sem solução, podendo a qualquer momento reacender o estopim da guerra. A nova realidade da África Austral alivia as pressões bélicas sobre Angola e Moçambique, que podem agora dar mais atenção ao seu desenvolvimento econômico. Mas levanta ao mesmo tempo uma série de indagações sobre o relacionamento futuro entre os vários países e movimentos anti-racistas da área. O

processo de reavaliação política de alianças e confrontos está apenas começando. Nesta reportagem especial, nossos correspondentes e especialistas mostram o que deu origem às negociações e que consequências elas podem ter.



Negociando com um pé atrás

O governo angolano aprofunda os contactos com a África do Sul, sem no entanto "baixar a guarda"

João Melo *

O acordo assinado no dia 16 de fevereiro passado, em Lusaka, capital da Zâmbia, entre os governos angolano e sul-africano, no sentido de uma total interrupção de hostilidades no sul de Angola, talvez tenha colhido de surpresa muitos observadores, pela rapidez com que ocorreu. Essa surpresa, porém, não pode ser substituída por um otimismo exagerado, pois os caminhos da paz na África Austral ainda não estão nada claros, devido ao simples fato de a África do Sul não ter ainda dado garantias absolutas acerca de suas reais intenções.

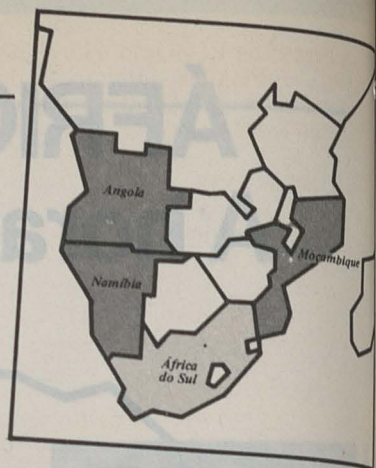
Conforme o comunicado conjunto divulgado no final do encontro tripartite de Lusaka (segundo foi noticiado no momento, uma delegação dos Estados Unidos também participou das conversações), ficou decidido constituir uma comissão militar conjunta angolano-sul-africana, "para implementar o processo de desocupação do sul de Angola e detectar, investigar e informar qualquer violação dos compromissos de ambas as partes".

O comunicado acrescenta que a tarefa da comissão conjunta, nas semanas seguintes, seria a de "contribuir para o êxito completo do processo de desocupação e estabelecer, por outro lado, um cessar efetivo das hostilidades".

Uma semana depois, em Luanda, o chefe da delegação angolana nas conversações de Lusaka, tenente-coronel Alexandre Rodrigues (Kito), em entrevista coletiva à imprensa, fornecia alguns dados precisos acerca do acordo obtido com as autoridades de Pretória.

Assim, e conforme ele declarou, a África do Sul consentiu em retirar os seus efetivos militares das

* O autor é chefe do Serviço Internacional da agência de notícias angolana, Angop



áreas angolanas ocupadas à força desde 1981, enquanto Angola se dispôs a interditar as movimentações dos guerrilheiros da Swapo e das unidades cubanas no interior das citadas áreas. Um prazo de quatro semanas foi previsto para a retirada total dos soldados sul-africanos do território angolano. Essa retirada será supervisionada pela comissão conjunta e, à medida que ela se for materializando, unidades angolanas passarão a ocupar as posições abandonadas pelo exército de Pretória.

O dirigente angolano revelou que, durante o encontro efetuado na capital zambiana, Angola manifestou a sua preocupação pela presença de grupos da Unita (quatro batalhões, segundo algumas fontes) nas zonas desocupadas, o que, sublinhou, "só é possível dada a proteção que eles têm das forças sul-africanas". Acrescentou que Pretória tem evitado dar garantias formais de que interromperá o seu apoio à Unita. Porém, mostrou-se convencido de que a interrupção dessa ajuda será um corolário lógico do andamento positivo da comissão conjunta e da retirada sul-africana de Angola, o que, disse, "vai culminar com a aplicação da Resolução 435" das Nações Unidas.¹

Alexandre Rodrigues declarou ainda que, em Lusaka, não foi discutido o chamado "problema cubano" e reiterou as quatro condições colocadas pela República Popular de Angola (RPA) para reexaminar com o governo de Havana um novo plano de retirada gradual das suas tropas: retirada incondicional das tropas sul-africanas de Angola;

¹ A Resolução 435 foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU em setembro de 1978, seguindo as instruções contidas num relatório elaborado pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim. A resolução prevê: cessar-fogo e desmobilização das várias forças armadas envolvidas no conflito; realização de eleições livres para uma assembleia constituinte, anistia geral e fim das leis do *apartheid*; elaboração de uma constituição; e independência total. As eleições e o cessar-fogo seriam monitoradas pela ONU.

aplicação da Resolução 435/78 das Nações Unidas sobre a Namíbia; interrupção das agressões sul-africanas contra Angola; e fim de todo apoio logístico e militar à Unita.

Posição de força

Angola partiu para o encontro de Lusaka numa posição de força relativa, reconhecida inclusive por numerosos observadores ocidentais.

A partir de setembro do ano passado, o exército angolano iniciou uma ofensiva generalizada contra os grupos da Unita, a qual tem tido frutos notáveis. Por outro lado, na sua última grande incursão contra o território angolano (dezembro de 1983), Pretória foi, na prática, derrotada militarmente: além de não ter conseguido os seus objetivos (expandir as áreas ocupadas), perdeu numeroso material bélico, inclusive uma dezena de aviões, e sofreu importantes baixas humanas. Apesar do enorme controle que as autoridades sul-africanas exercem sobre as informações militares, não podem impedir que esses fatos contribuam para a degradação da sua própria opinião pública.

As crescentes dificuldades experimentadas pelo exército sul-africano nos seus confrontos com as unidades angolanas, acrescentem-se os problemas econômicos causados ao governo de Pretória não só por um conflito militar que dura desde 1975, mas também pela maior seca que jamais afetou o país.

Segundo certas fontes, quem estava interessado na precipitação das conversações eram as autoridades sul-africanas e norte-americanas. Incapazes de destruir militarmente o governo de Luanda e diante da firmeza demonstrada por este último no terreno diplomático, com êxitos visíveis (veja-se a condenação praticamente universal do *linkage*, assim como as duas resoluções adotadas no início de 1984 pelo Conselho de Segurança da ONU em relação à África do Sul), Washington e Pretória decidiram apressar as conversações, a fim de impedir a consolidação, cada vez maior, das posições de Angola. A essa decisão não esteve também alheio, por certo, o receio causado pelo compromisso público da URSS e de Cuba, na reunião tripartite com a RPA, em Moscou, no sentido de reforçarem a capacidade defensiva desse país (janeiro do corrente ano).

Todos esses fatores levaram a maioria dos analistas da situação na África Austral a considerar que a carta do governo sul-africano ao secretário-geral das Nações Unidas, anunciando um cessar-fogo unilateral a partir de 31 de janeiro, constituiu uma tentativa de "jogar a bola" para o campo angolano. Por outro lado, e tendo em conta a velocidade inesperada com que um outro país da área — Moçambique — decidiu iniciar conversações com

1984 — Abril — no. 65



O angolano "Kito" Rodrigues e o sul-africano "Pik" Botha

Pretória (disseram-nos algumas fontes que as autoridades moçambicanas não puseram previamente Angola — o país que paga a fatura mais alta da guerra contra a África do Sul — a par dessa sua decisão. . .), é provável que os governantes sul-africanos tenham caído na tentação de apanhar Luanda na seguinte armadilha: ou recusar-se a negociar, dando, portanto, a impressão de não estar interessada na paz, ou negociar, abdicando de certos princípios que desde sempre vinha defendendo.

A resposta de Angola foi clara: o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, fez saber que o seu governo estava pronto para se sentar à mesa com representantes sul-africanos, desde que a Swapo concordasse com a idéia do cessar-fogo e as conversações com Pretória constituíssem o primeiro passo para a aplicação da Resolução 435 sobre a Namíbia. Obtidos esses acordos, os dirigentes angolanos partiram para Lusaka perfeitamente tranquilos e moralizados.

A jogada norte-americana

Em todo esse processo, os Estados Unidos levam a cabo uma clara tentativa de passar por mediadores bem-intencionados.

Ronald Reagan, em plena campanha eleitoral, necessita de um sucesso em política externa que faça o público norte-americano esquecer-se de fracassos clamorosos em outras partes do globo, particularmente no Líbano.

É praticamente impossível impedir que os Estados Unidos tirem dividendos, pelo menos propagandísticos, da atual situação criada depois de 16 de fevereiro. Seja como for, os dirigentes angolanos

terceiro mundo - 23

lanos não abdicam das suas posições políticas em relação à administração norte-americana.

Assim, no encontro de Lusaka, Angola recusou-se a aceitar a participação de observadores dos EUA nos trabalhos da comissão militar conjunta, em especial se esses trabalhos decorrerem em território angolano. Indagado, em Luanda, sobre essa questão, Alexandre Rodrigues disse que não fazia sentido a presença de representantes oficiais norte-americanos dentro de um país cujo governo ainda não foi reconhecido por Washington.

Quanto à possibilidade da Casa Branca acelerar esse reconhecimento, na sequência do processo de diálogo ora iniciado na África Austral, Kito declarou: "Nós não estamos apressados. Para fazer a nossa política, nós não temos necessidade des-

se reconhecimento. No entanto, a nossa política, de relacionamento com todos os povos amantes da paz, é conhecida". Acrescentou que Angola não aceita quaisquer condições prévias para que esse reconhecimento seja efetivado. "O nosso país não mendiga o seu reconhecimento pelos Estados Unidos", enfatizou ele.

Note-se que, segundo nos confidenciaram algumas fontes, os Estados Unidos teriam modificado ligeiramente, nos últimos meses, a sua posição em relação ao *linkage* (princípio que liga a independência da Namíbia à retirada dos cubanos de Angola). Suavizando a sua linguagem, teriam manifestado a sua concordância com o ponto de vista angolano, segundo o qual a presença das tropas cubanas é uma questão bilateral, entre Luanda e

Uma proposta pouco séria

O governo de Pretória tornou pública, no dia 11 de março (menos de um mês depois do acordo de Lusaka), uma proposta sobre o problema namibiano, cujo conteúdo veio reforçar não só algumas análises feitas no presente artigo, mas sobretudo as reservas da República Popular de Angola em relação à seriedade de propósitos da África do Sul.

Efetivamente, o ministro sul-africano de Relações Exteriores, Roelof "Pik" Botha, num comunicado divulgado na Cidade do Cabo, propôs a realização de uma conferência internacional sobre a Namíbia, com as seguintes presenças, que ele considerou "partes envolvidas" na questão namibiana: África do Sul, Angola, Swapo, partidos internos existentes na Namíbia e a organização contra-revolucionária angolana Unita.

Botha rejeitou implicitamente, por outro lado, qualquer possibilidade de negociação de um cessar-fogo com a Swapo, pois — disse ele — "a África do Sul não declarou guerra a nenhum partido do território". (A agência Angop, comentando essas afirmações, perguntou se os comandos sul-africanos já se esqueceram que sempre justificaram as suas agressões contra Angola como perseguições aos guerrilheiros da Swapo.)

Angola refutou pronta e claramente essas propostas apresentadas por Pretória. Menos de 24 horas depois do respectivo anúncio, o ministério angolano de Relações Exteriores fez saber, por um lado, que a RPA jamais participará de uma conferência sobre a Namíbia nos moldes delineados por "Pik" Botha e, por outro lado, que o

partido e governo angolanos rejeitam totalmente toda e qualquer hipótese de diálogo com a chamada Unita.

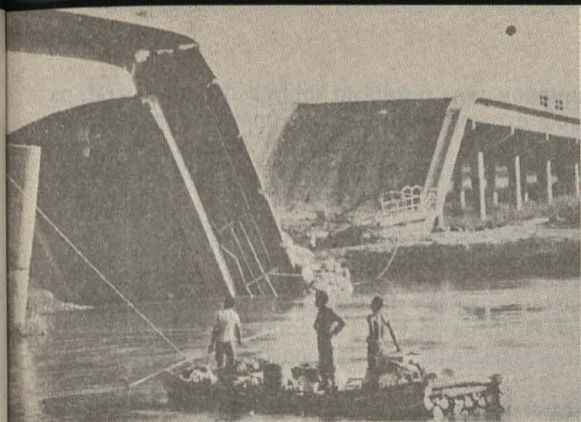
"É importante destacar", diz o comunicado angolano, "que as partes envolvidas no conflito namibiano são a Swapo e a África do Sul e não a República Popular de Angola".

Acrescenta o comunicado: "(...) Uma conferência sobre a Namíbia só poderá ter sentido se ela se realizar sob os auspícios do Secretariado Geral da ONU e no âmbito do estudo e do estabelecimento das modalidades tendentes à implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, sem quaisquer considerações estranhas ao seu conteúdo."

O ministério angolano de Relações Exteriores definiu, igualmente, que a RPA poderia participar eventualmente de uma conferência desse tipo (organizada pela ONU) apenas dentro do "quadro unitário" dos países da Linha de Frente e tão só como "observador" (o que já aconteceu, note-se, em 1981, quando da conferência de Genebra, boicotada precisamente por Pretória).

A respeito da inclusão da Unita numa reunião sobre a Namíbia, diz o comunicado: "O Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho e o governo da República Popular de Angola rejeitam categoricamente todo e qualquer diálogo ou negociação com o bando de criminosos e traidores angolanos a soldo do regime de Pretória, o qual pretende, em vão, legitimar o referido bando".

Em suma, o ministério das Relações Exteriores angolano sublinha, no seu comunicado, que "os propósitos assim enunciados pelo governo sul-africano não só contrariam o espírito dos compromissos de Lusaka, como tenderão a comprometer o processo ora desencadeado, o que põe em causa a seriedade do engajamento e a credibilidade do regime de Pretória". (João Melo)



As marcas da guerra no ar e em terra, na província do Cunene (à dir.) e em N'Gunza (à esq.)

Havana, mantendo, porém, a opinião (e não a exigência) de que essa presença seria um obstáculo à aceitação, por parte de Pretória, da Resolução 435.

De toda forma, os dirigentes angolanos não escondem as suas cautelas em relação à sinceridade e boa-fé das autoridades norte-americanas. Como comentava a agência de notícias oficial do país, a Angop, um dia depois do início das conversações de Lusaka, "o governo norte-americano é parte interessada na solução do conflito namibiano, e por isso não pode representar um papel neutro".

"A Swapo está de acordo"

É indubitável que o acordo de Lusaka limita parcialmente a ação militar da Swapo. Os próprios dirigentes angolanos são os primeiros a reconhecê-lo. Mas o citado acordo foi obtido depois de consultas mútuas entre Angola e a organização nacionalista namibiana, tendo em conta o seu propósito comum: criar um clima de paz propício à aplicação da Resolução 435.

No dia 25 de fevereiro, o presidente da Swapo, Sam Nujoma, confirmou em Nova Iorque que a sua organização estava de acordo com o entendimento alcançado entre as autoridades angolanas e sul-africanas.

Mais recentemente, no decurso da 40ª sessão da Conferência de Ministros da Organização de Unidade Africana (OUA), o representante da Swapo, Peter Mueshinhanga, considerou que o processo de independência da Namíbia está ligado à retirada de Angola das tropas do regime de Pretória. Depois de ter manifestado a sua plena certeza de que Angola continuará a apoiar a Swapo, concluiu: "Os propósitos angolanos e namibianos são comuns".

Ao mesmo tempo, a Swapo tem manifestado a sua disposição de continuar a luta armada até alcançar a independência da Namíbia. Essas duas posições aparentemente são contraditórias. Porém, na verdade, o recente acordo entre Angola e África do Sul apenas prevê o fim das hostilidades no interior do território angolano até agora ocupado

militarmente por Pretória (toda a faixa sul do rio Cunene). Não houve acordo de cessar-fogo na Namíbia. Portanto, nada mais legítimo para a Swapo do que prosseguir a luta dentro do território namibiano, até que a África do Sul aceite as conversações diretas já propostas pela referida organização nacionalista.

Aliás, alguns observadores fazem notar que a luta armada levada a cabo pela Swapo é anterior à independência de Angola, quando esse movimento ainda não podia dispor de centros de trânsito em território angolano. Como disse Sam Nujoma numa entrevista coletiva em Londres: "A Swapo luta por si própria dentro da Namíbia".

Incompreensão ou intriga?

Determinados meios de comunicação mal avisados, principalmente africanos, manifestaram, nos primeiros dias depois do acordo de Lusaka, a sua incompreensão no que se refere à natureza e às implicações do mesmo. Curiosamente, a imprensa de alguns países cuja solidariedade para com os Estados da Linha de Frente foi sempre pouco menos que fictícia, não hesitou em vir à arena insinuar um hipotético relaxamento e mesmo abandono do apoio prestado pelos referidos Estados (nomeadamente Angola e Moçambique) aos movimentos de libertação da África Austral.

Nos círculos jornalísticos angolanos e moçambicanos, essas insinuações são consideradas, pelo menos, uma demonstração de cinismo. Há mesmo quem receie, inclusive, que elas façam parte de uma tentativa de intriga e de divisão dos países africanos inspirada por Washington e Pretória.

O representante da Swapo para a África Ocidental, Eddy Amkongo, teve a oportunidade de comentar essas atitudes, em Dacar: "É com pesar que nós constatamos que certos meios de informação da África independente acreditem nessas manobras, a ponto de criticarem, sem analisá-las corretamente, as ações deste ou daquele movimento de libertação ou Estado da Linha de Frente. Nós

achamos que essa atitude é muito prejudicial para os objetivos africanos”.

Por sua vez, o secretário-geral do ANC, Alfred Nzo, em entrevista concedida no Zimbábue, qualificou as conversações que Angola e Moçambique vêm mantendo com a África do Sul de “contribuição importante para a salvaguarda da paz na África Austral”.

Nos círculos oficiais angolanos, sublinha-se que, na história, existem numerosos exemplos da importância das negociações políticas em tempo de guerra. A idéia de base prevalecente é que todas as iniciativas que visem criar um estado de espírito propício à solução do problema namibiano devem ser aproveitadas.

Como que corroborando esse ponto de vista, a recente sessão do Conselho de Ministros da OUA

aprovou uma resolução sobre a África Austral, na qual expressa a sua “compreensão e simpatia” pelos esforços desenvolvidos por Angola e Moçambique, no sentido de contribuir para uma “solução duradoura” para a grave situação que prevalece na área geográfica em que estão inseridos.

Com essa resolução, pode-se dizer que os responsáveis políticos africanos demonstraram a sua clara percepção do delicado processo atualmente em curso na parte sul do continente. Todas as tentativas de dividi-los serão, portanto, vãs.

O próximo passo

Ao ser escrito este artigo, mantinha-se a presença de tropas sul-africanas em território angolano, embora já se tivessem iniciado algumas movimen-

Herói da SWAPO pede unidade

□ No dia 19 de março, milhares de pessoas se aglomeraram em torno de uma casa modesta no subúrbio de Katatura, perto de Windhoek, capital da Namíbia. Eram parentes, amigos e admiradores de Herman Toivo ja Toivo, um dos homens que se transformaram em símbolo da resistência contra a ocupação sul-africana. Toivo fora libertado no dia anterior depois de passar 16 anos na prisão de Robben Island, onde estão detidos todos os principais líderes da guerra de libertação da Namíbia e os dirigentes da luta contra o racismo na África do Sul.

Fundador da Swapo em 1960, foi professor antes de se tornar ativista da luta de libertação nacional na Namíbia. Em 1966, Toivo foi preso e, no ano seguinte, condenado a 20 anos de prisão. Durante o seu julgamento, ele pronunciou um discurso que acabou se transformando num dos textos básicos de todos os nacionalistas de seu país: “Nós somos namibianos, não somos sul-africanos. Nós não reconhecemos agora, e nem no futuro, o direito dos brancos fazerem as nossas leis sem nos consultar, de nos governarem sem nosso consentimento, de tratarem o nosso país como propriedade privada e a nós como servos”.

Em 1976, Herman Toivo ja Toivo, hoje com 59 anos, recusou uma proposta de anistia em troca de um rompimento público com a Swapo. A proposta havia sido feita pelo governo sul-africano na tentativa de explorar antigas divergências de Toivo com o líder atual da Swapo, Sam Nujoma, a propósito do início da luta armada. Na época, o ex-detento de Robben Island achava que não havia condições de êxito face à desigualdade de forças.



Herman Toivo ja Toivo (ao lado, em cima), depois de solto, pediu a união da Swapo em torno de Sam Nujoma (embaixo)



Mas na sua primeira entrevista logo depois de ser solto, Toivo disse ao jornal *Windhoek Observer* que “o mais importante agora é a manutenção da unidade” do principal movimento de libertação nacional da Namíbia. Ele se mostrou também disposto a cooperar com Sam Nujoma, com quem já tinha marcado um encontro em meados de março, num lugar desconhecido. As autoridades sul-africanas não deram qualquer explicação para a libertação antecipada de Toivo.

tações de tropas em direção à Namíbia. A comissão conjunta angolano-sul-africana já tinha efetuado três sessões, nos dias 16 de fevereiro (Lusaka) e 25 de fevereiro e 19 de março (ambas na localidade angolana de Cuvelai). Das conclusões obtidas nessas reuniões por essa comissão, depende, exatamente, o prolongamento ou não do prazo de quatro semanas previsto para a completa retirada dos efetivos sul-africanos.

Os dirigentes angolanos têm repetido várias vezes, depois do acordo de Lusaka, que este último tem necessariamente de ser seguido da implementação da Resolução 435 sobre a Namíbia. "Pensamos que esse será o próximo passo", disse Alexandre Rodrigues, em Luanda. "Caso contrário, não terá sentido restringir a Swapo, sem que haja um instrumento legal que lhe garanta cessar as suas ações e iniciar um processo de resolução pacífica". Por outro lado, o ministro angolano das Relações Exteriores, Paulo Jorge, afirmou ao jornal argelino *El Moudjahid*: "A retirada das tropas sul-africanas de Angola constitui um primeiro passo para o cessar-fogo entre a África do Sul e a Swapo, antes de uma redução gradual das forças sul-africanas da Namíbia, a qual deve preceder à realização de eleições nesse território, tendo em vista a sua independência".

É necessário acentuar que o comunicado conjunto publicado depois do acordo obtido na capital zambiana declara textualmente: "(...) O encontro de Lusaka constitui um passo importante e construtivo para a solução pacífica dos problemas da região, incluindo a implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas".

A África do Sul, ao aceitar a inclusão no comunicado da referência à Resolução 435, comprometeu-se, perante a opinião pública mundial, a respeitá-la. Resta saber, simplesmente, se ela está disposta a passar das palavras aos atos.

Os dirigentes angolanos consideram muito difícil saber até que ponto o governo de Pretória está resolvido a honrar os seus compromissos. Sabe-se, por exemplo, que Roelof Botha, ministro das Relações Exteriores da África do Sul, logo após o seu regresso de Lusaka, afirmou que não sabia quando poderia ser concretizada a Resolução 435, como se essa concretização não dependesse exclusivamente de Pretória...

As reservas angolanas são igualmente alimentadas pelo fato de a África do Sul não ter ainda abdicado de defender o chamado princípio do *linkage*, apesar da sutil modificação dos Estados Unidos a esse respeito, já citada no presente artigo. Do mesmo modo, nos corredores diplomáticos, Washington e Pretória não desistiram das suas pressões para englobar a Unita no processo de negociações em curso na África Austral.

Como comentava recentemente a agência Angop, "Angola não pretende uma paz apressada e provisória, na medida das necessidades eleitorais dos seus inimigos".

Seja como for, a "bola" agora está no campo sul-africano e norte-americano. Os próximos tempos nos dirão se a RAS e os EUA (é difícil dissociá-los, pois o próprio acordo de Lusaka demonstra que a Casa Branca só não exerce o seu poder de dissuasão sobre Pretória porque não quer...) estão verdadeiramente interessados numa paz séria e duradoura na África Austral. ●

Luanda/Pretória O jogo de pressões

□ O acordo entre Angola e África do Sul em Lusaka abriu possibilidades de um diálogo, mas não eliminou o jogo de pressões. No dia 17 de março, o presidente José Eduardo dos Santos foi a Havana para um encontro com o primeiro-ministro Fidel Castro, durante o qual foi assinado um comunicado conjunto afirmando que as tropas cubanas só deixariam Angola depois da retirada total das tropas sul-africanas que ocupavam a parte sul do território angolano. O comunicado exige também a aplicação da Resolução 435 da ONU, a independência da Namíbia, a retirada das tropas sul-africanas da ex-colônia alemã e o fim das agressões contra o sul de Angola.

Em resposta, o governo de Pretória ameaçou "recorrer a outras alternativas" caso os cubanos não saiam logo de Angola. A África do Sul disse também que não teria condições de aplicar a 435 que prevê a independência da Namíbia. Durante a assinatura do acordo de Lusaka foi previsto que a retirada sul-africana seria feita no prazo de quatro semanas a partir de 16 de fevereiro. Quando o prazo se esgotou o regresso dos sul-africanos ainda não fora oficialmente confirmado, e os dois países passaram a usar as pressões diplomáticas visando a fixação de uma nova data limite. O comunicado cubano-angolano parte dos princípios acertados na reunião de Lusaka e visa acelerar a retirada sul-africana. A resposta de Pretória procura aparentemente confundir a opinião pública internacional para ganhar mais tempo. A troca de notas mostrou que o desdobramento das negociações entre África do Sul e Angola não será fácil e nem rápido.

As razões do acordo

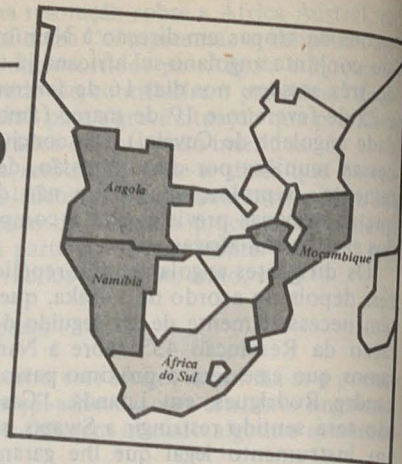
A herança colonial, tragédias naturais e agressões levaram a uma negociação que criou agora uma nova, e ainda incerta, relação política entre regimes antagônicos no sul da África

Desde a independência, o governo de Moçambique perdeu o equivalente a 5,5 bilhões de dólares em consequência de prejuízos causados por secas ou enchentes, atos de sabotagem, manobras desestabilizadoras por parte da África do Sul, boicote econômico e desvalorização dos produtos de exportação do país em comparação com as importações. Esta cifra corresponde a mais de seis vezes o valor de todas as exportações moçambicanas desde 1980 e é oito vezes maior do que todas as receitas do governo em 1983.

Esta situação levou o país a acumular uma dívida externa que em abril de 1983 estava calculada em cerca de US\$ 1,693 bilhão, com pagamentos previstos para 1984 no valor de US\$ 302 milhões, total este que em 1990 deve subir para US\$ 550 milhões. Ou seja, este ano, Moçambique terá que pagar somente em amortizações e juros, US\$ 30 milhões a mais do que o país ganhará com todas as suas exportações. A soma de todas estas condições indica que o país necessitará durante o ano de 1984 de no mínimo um bilhão de dólares em novos empréstimos para poder cobrir os 300 milhões da dívida que vencem até dezembro, e o déficit na balança comercial que nos últimos dois anos foi da ordem de US\$ 716 milhões.

Levando em conta as atuais condições do mercado financeiro internacional, onde os governos e os bancos estão cada dia mais resistentes a pedidos de novos empréstimos, é possível chegar-se à conclusão de que o governo de Moçambique terá muitas dificuldades para obter no mercado internacional os recursos que necessita para sobreviver.

28 - terceiro mundo



A herança colonial

Nos quase cinco séculos de hegemonia lusitana, os colonizadores organizaram a economia de Moçambique não a partir das necessidades do próprio país, mas sim em função de nações vizinhas e dos interesses da metrópole. Durante a maior parte do período colonial, as receitas de Moçambique não vieram da exportação de matérias-primas, como na maioria das outras ex-colônias africanas, mas sim da prestação de serviços, notadamente à África do Sul e à antiga Rodésia (atual Zimbábue). Noventa e quatro por cento de todas as mercadorias que transitavam por ferrovias, portos ou estradas de rodagem de Moçambique iam ou vinham para outros países. Esta estrutura monoexportadora de serviços pode ser avaliada pela inexistência de comunicações terrestres no sentido norte-sul. Todas as ferrovias e rodovias construídas no período colonial eram no sentido leste-oeste, ligando o litoral ao Malawi, ao atual Zimbábue, ao Transvaal sul-africano etc, etc.

A colônia portuguesa no Índico também foi organizada de forma a funcionar como exportadora de mão-de-obra para as minas de ouro da África do Sul. No início da década de 70 havia mais de 113 mil moçambicanos trabalhando no exterior. Portugal ficava com 60% do salário dos mineiros fornecidos à África do Sul, que pagava em ouro, segundo uma cotação inferior à cotação oficial da época. Desde 1928 o salazarismo recebia pagamentos em ouro, que depois era levado para Lisboa e vendido na cotação oficial com um lucro de em média 30%. Estes recursos nunca foram devolvidos à colônia e serviam para pagar a manutenção do aparato militar do salazarismo.

Um importante dirigente moçambicano explicava que depois da independência, muitos países africanos simplesmente deixaram de depender das exportações agrícolas para as antigas metrópoles, passando a oferecer seus produtos em outros mer-



FAÇAMOS DE 1980-1990 A DÉCADA DA VITÓRIA SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO

A pesada herança colonial tornou muito difícil a recuperação econômica de Moçambique nos anos 80

cados. Mas Moçambique não pode mudar os seus portos, suas usinas elétricas e as suas ferrovias. Nem pode deixar de fornecer trabalhadores para a África do Sul para dirigi-los a outro país.

Outro exemplo de como o colonialismo estruturou a economia de Moçambique em função de dependências externas está no caso da energia elétrica da represa de Cahora Bassa, a maior da África subsaariana. Toda a energia fornecida pela hidrelétrica era vendida à África do Sul por preços 4,5 vezes menor do que os do mercado, e Moçambique recomprava os quilowatts que produzia por preços seis vezes mais altos.

A dependência externa

Na época da independência, em junho de 1975, a agricultura de Moçambique absorvia 75% da mão-de-obra útil do país, que no entanto só produzia alimentos para seu próprio consumo, porque o rendimento das plantações e criações era baixíssimo. Apenas 2% dos moçambicanos trabalhavam na indústria, que por sua vez estava concentrada em apenas duas cidades, a então Lourenço Marques (hoje Maputo) e Beira. Praticamente tudo o que o país consumia era importado e muitos produtos comprados no exterior eram obrigatoriamente adquiridos em Portugal, graças à Lei de Fomento introduzida pelo salazarismo. As rendas originárias das exportações de energia elétrica, trabalhadores ou da prestação de serviços eram creditadas a Portugal, onde as divisas fortes eram transformadas em escudos, obrigando Moçambique a ter que usar

apenas a moeda lusitana nas suas transações internacionais.

A herança deixada pelo colonialismo no terreno da saúde e da educação foi ainda mais trágica. Quando a Frelimo assumiu o poder teve que dedicar imediatamente grandes somas para satisfazer as necessidades da população carente e que depositara na independência todas as suas esperanças de uma melhoria de vida. No final do colonialismo havia um médico para cada 17.349 habitantes e mais da metade dos clínicos e enfermeiros se concentrava em Maputo. Em todo o país havia apenas 45 mil casas com água e esgoto. Noventa por cento destas casas estavam em mãos dos colonos europeus.

No ensino a situação era ainda pior. A taxa de analfabetismo era de 93%. Dos 3.800 alunos da universidade apenas 40 eram negros e apenas cinco mil moçambicanos, numa população total de nove milhões, haviam terminado o curso ginasial. A educação era um luxo inacessível para 79,5% dos moçambicanos que em média ganhavam de 8 a 12 dólares por mês como salário-mínimo.

Entre 1973 e 1975, com o agravamento da luta pela independência, os portugueses começaram a desestabilizar a economia de sua colônia. A produção bruta da agricultura e da indústria caiu em 21% e as receitas dos serviços prestados a países vizinhos baixou de 42% do PIB para apenas 30%. A fuga de colonos provocou perdas de 11% na agricultura. A evasão de divisas no período 73-75 atingiu o equivalente a 250 milhões de dólares, e no momento em que a independência foi alcançada, os novos governantes encontraram nos cofres públicos apenas o equivalente a um milhão de dóla-

terceiro mundo - 29

res em ouro e divisas fortes. Em junho de 1975, a renda per capita dos moçambicanos mal chegava a 117 dólares por ano, uma das mais baixas do mundo.

Apesar da fuga em massa dos técnicos portugueses e da destruição de fazendas, granjas avícolas, instalações industriais e até residências pelos colonos que deixaram o país, a produção agrícola começou uma lenta recuperação. Entre 77 e 81, a produção agrária bruta cresceu 8,8%, mas mesmo assim ficou abaixo das necessidades básicas da população. Mais de 35% desta produção eram originários da agricultura familiar. E os resultados só não foram maiores devido às enchentes de 77-78 que atingiram principalmente as regiões produtoras de arroz, cana e gado bovino.

Entre 81 e 82 a situação ficou pior ainda quando a seca passou a atingir as mesmas áreas que haviam sofrido inundações. A isto se somou a ação de grupos armados que passaram a destruir alvos econômicos. Todos estes fatores provocaram uma queda de 2,4% na produção agrícola em 1982. Na indústria, houve um aumento de 13,7% entre 77 e 81. Mas já a partir de 82 verificou-se uma queda de

4,4% devido a problemas nas importações.

A recuperação econômica

Na época da independência não havia nenhum levantamento dos recursos minerais do país. Nove anos depois, o governo já tem um levantamento de quase 500 mil quilômetros quadrados. Em 1983 foi assinado o primeiro contrato com uma empresa internacional para pesquisa de petróleo em terra na região do rio Rovuma. Também foi feito o levantamento das reservas de carvão em Moatize onde já são exploradas algumas minas, que não podem aumentar a sua produção devido a estrangulamentos no sistema de transporte. A rede elétrica interna foi aumentada em mais de mil quilômetros.

No sistema portuário e ferroviário, Moçambique sofreu os efeitos do boicote aprovado pela ONU em 1977 contra o regime separatista de Ian Smith na Rodésia, hoje Zimbábue. Simultaneamente, a África do Sul começou a desviar o tráfego de mercadorias destinadas ao porto de Maputo para novos portos sul-africanos. Em 1982 o porto da capital moçambicana movimentou apenas um-terço dos

ESTIMATIVA DOS PREJUÍZOS DIRETOS E DA REDUÇÃO DE RECEITAS DESDE 1975

Discriminação das ações	Meticais milhões	Dólares milhões
1. Efeitos da economia colonial devastada pela guerra, distorcida, fortemente dependente e em recessão	n.d.	—
2. Sabotagem econômica e abandonos de empresas, equipamento e viaturas dos colonos que deixaram o país	n.d.	—
3. Sanções e agressões da Rodésia do Sul, desde março de 1976 a fevereiro de 1980	16.479	556
4. Prejuízos das inundações do rio Limpopo e Nkomati em 1977	1.099	34
5. Prejuízos das inundações do rio Zambeze em 1978	2.095	64
6. Efeitos da guerra não-declarada do regime do <i>apartheid</i>	131.986	3.796
6.1. Diminuição do tráfego ferro-portuário de 1975 a 1983	(8.460)	(248)
6.2. Não cumprimento integral pela África do Sul dos acordos sobre trabalhadores mineiros, a partir de abril de 1978	(91.289)	(2.647)
6.3. Redução do número oficial de mineiros moçambicanos na África do Sul a partir de 1975	(19.252)	(568)
6.4. Agressões diretas e por intermédio dos grupos armados pelo regime do <i>apartheid</i> em 1982/83	(12.985)	(333)
7. Prejuízos diretos das secas no sul e centro do país em 1982 e 1983	6.200	154
8. Efeitos da subida do preço do petróleo desde 1975	34.069	819
9. Redução nas receitas das exportações em virtude das secas, da deterioração dos termos de troca internacional nos anos 80 a 82 e da ação dos grupos armados pelo regime sul-africano	3.659	131
10. Total	195.587	5.554

Fonte: RPM - Comissão Nacional do Plano
n.d. - Não disponível

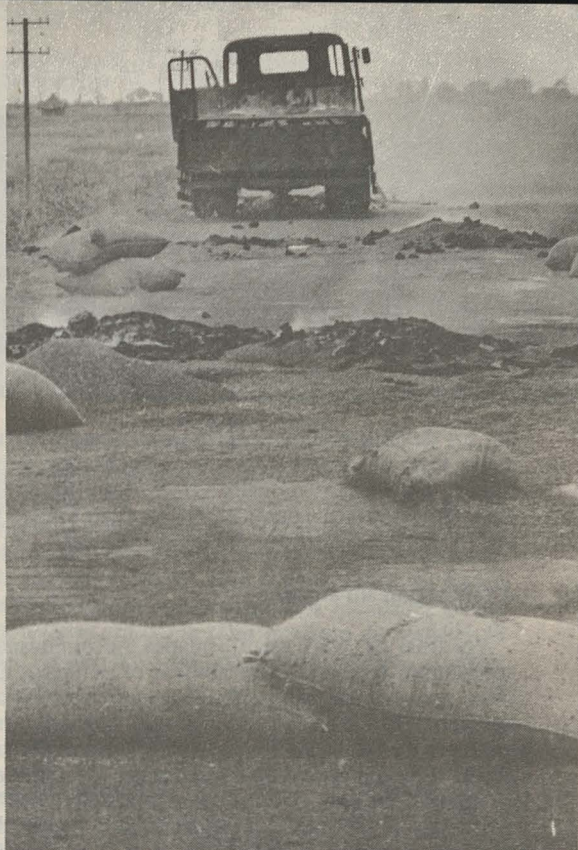
totais verificados antes de 1975, reduzindo proporcionalmente as receitas auferidas pelo governo de Maputo. As sanções contra a Rodésia custaram a Moçambique o equivalente a 550 milhões de dólares no período 76-79. Isto representa quase o total das exportações do país durante dois anos. A comunidade internacional só cobriu 25% destas perdas, o que significa que Moçambique perdeu 410 milhões de dólares ao apoiar os movimentos nacionalistas e anti-racistas, que depois vieram a tomar o poder na atual República do Zimbábue.

Pior do que tudo isto foi o efeito devastador provocado pelo aumento dos preços internacionais dos combustíveis e o subsequente aumento dos produtos manufaturados. O governo da Frelimo passou a ter que gastar onze vezes mais do que antes de 1975 na importação de todos os combustíveis que consome. Segundo um documento distribuído pela Comissão Nacional do Plano, em 1975 para comprar um caminhão pesado de transporte eram necessárias 5,3 toneladas de algodão. Seis anos depois era preciso vender 12,9 toneladas de algodão para comprar o mesmo veículo. Em 75, uma tonelada de petróleo bruto custava o equivalente a 174 quilos de açúcar. Em 81 a proporção passou a ser de 639 quilos por tonelada de óleo.

A agricultura familiar

Em abril do ano passado, o 4º Congresso da Frelimo decidiu dar ênfase à agricultura familiar como passo estratégico para aumentar a produção de alimentos destinados ao consumo interno. Esta resolução foi baseada na constatação de que o país ainda tem problemas graves no seu auto-abastecimento e que a importação de comida em vez de resolver, agrava o desequilíbrio no balanço de pagamentos. Antes da independência dizia-se que Moçambique não tinha problemas. Mas segundo importantes funcionários do setor econômico, a realidade é que o mercado de comida estava restrito a pouco mais de 200 mil pessoas, em sua maioria colonos: Quando veio a independência, este mercado ampliou-se rapidamente para nove milhões, uma vez que a Frelimo desde o começo teve como objetivo eliminar os privilégios coloniais e incorporar toda a população no projeto de desenvolvimento.

Isto, é claro, colocou à vista de todos os desequilíbrios e discriminações estabelecidos pelos portugueses. A escassez de comida passou a ser pública, enquanto antes a fome era disfarçada pela repressão colonialista. Surgiram as filas e a especulação simplesmente porque todos passaram a ter condições iguais de procurar alimentação, ao contrário do período anterior a 75 quando o mercado era discriminatório. Desde a independência e especialmente depois do 4º Congresso, a meta priori



A sabotagem da produção agrícola tornou dramática a luta para garantir o suprimento de alimentos à população urbana de Moçambique

tária passou a ser o auto-abastecimento. E neste contexto, a agricultura familiar se mostrou a melhor alternativa não só porque respeita de alguma forma as tradições do país, como é também a que menos recursos públicos exige.

A estratégia da agricultura familiar visa valorizar diretamente o homem do campo que hoje constitui de 80 a 90% da população economicamente ativa. ● Estado demarca os terrenos, faz o estudo de solos e dá facilidades de crédito, além de fixar preços. É o camponês que escolhe o que vai plantar de acordo com a rentabilidade que deseja e de acordo com o terreno de que dispõe. Dentro desta mesma linha de ação o governo pode desativar empresas estatais no momento em que estas se mostrarem inferiores à propriedade familiar em termos de rentabilidade. Na região do rio Limpopo, por exemplo, na parte mais fértil do país, granjas estatais já foram desmembradas em cinco ou seis unidades menores, que passaram a apresentar uma produtividade muito mais elevada.

O esforço de recuperação da agricultura foi muito prejudicado pelo agravamento da seca que atingiu 4,5 milhões de pessoas, das quais 1,3 milhão em estado crítico. Desde 1981 várias regiões



O magnata Harry Oppenheimer quer reformas políticas no *apartheid*.

do sul de Moçambique registraram uma ausência quase total de chuvas e em outras registraram-se os índices pluviométricos mais baixos dos últimos 30 anos. Os prejuízos causados pela seca são avaliados em 75 milhões de dólares em perdas diretas.

A sabotagem sul-africana

No final de 1983, as autoridades moçambicanas começaram também a contabilizar os prejuízos diretos provocados pela ação de grupos terroristas apoiados pelo governo sul-africano. Segundo um relatório da Comissão Nacional do Plano, as perdas desde 1982 até agosto de 83 somaram 334 milhões de dólares, ou seja, o valor das exportações nestes dois anos. A sabotagem promovida pelo regime de Pretória provocou a destruição de 400 estabelecimentos comerciais em 82 e 500 em 83. Cerca de 140 aldeias foram arrasadas afetando 140 mil pessoas e quase 500 escolas deixaram de funcionar prejudicando 90 mil alunos.

Esta avaliação dos custos da intervenção sul-africana em Moçambique leva em conta apenas os prejuízos diretos, pois segundo o governo de Maputo, é praticamente impossível avaliar as perdas provocadas pela paralisação de uma ferrovia pela destruição de um caminhão ou a eliminação de estoques alimentícios. Isto é, os negócios que deixaram de ser feitos, as horas de trabalho perdidas e os atrasos no processo de alfabetização. Nem podem ser fixados também, de forma concreta, os prejuízos com a mobilização de pessoal civil para tarefas militares.

Além destes entraves de ordem econômica, houve da parte dos principais dirigentes da Frelimo a decisão de partir para uma ofensiva diplomática destinada principalmente a enfatizar a independência do país em matéria de política externa, bem como forçar os governos europeus ocidentais e os Estados Unidos a definições mais claras sobre o *apartheid*. No final de 83, Samora Machel esteve em vários países europeus como Portugal, Inglaterra, França e Holanda. Foi uma viagem política que acabou tendo repercussões até mesmo dentro da África do Sul. Harry Oppenheimer, o principal

32 - terceiro mundo

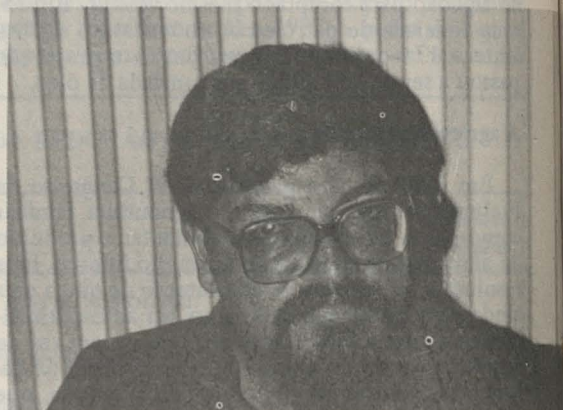
James Soullier/Camera Press

magnata mineiro da África do Sul, teve uma longa reunião com Machel em Londres, durante a qual manifestou seu interesse em ampliar os negócios com Moçambique depois de declarar na ocasião ser contrário ao *apartheid*.

A negociação

Durante a sua última viagem ao Brasil, o professor Aquino de Bragança, diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, visitou a redação dos cadernos do terceiro mundo onde, avaliando os recentes acordos, afirmou: "Os norte-americanos também constatarem pela sua própria experiência que Moçambique não é um país satélite, pelo simples fato de ter optado pelo socialismo". Bragança veio ao Brasil acompanhando Prakash Ratilal, governador do Banco de Moçambique e um dos membros da delegação de seu país que participou das negociações com os sul-africanos.

Beatriz Bissio



Prakash: continuaremos apoiando o ANC

Comentando algumas análises das agências ocidentais de notícias, Prakash assinalou que não foi feita nenhuma barganha com os sul-africanos envolvendo o Congresso Nacional Africano (ANC). "Nós pensamos que esta equação envolvendo trocas é simplista. O Congresso Nacional Africano existe há longa data, muito antes da Frelimo. Seria louco quem pensasse que nós poderíamos acabar com o ANC. Há naturalmente concessões que têm que ser feitas à África do Sul e provavelmente serão feitas. Mas isto não vai implicar a eliminação do ANC, nem a modificação de nossas relações com este movimento".

Para Aquino de Bragança "surge hoje uma nova situação na África Austral onde as forças do interior de cada país passam a ter uma primazia sobre os grupos no exterior". Segundo ele, dentro da África do Sul estão ganhando força movimentos

sindicais, políticos e de moradores de núcleos negros, cujo papel político em termos de luta começa a ter uma importância transcendental, fazendo com que o combate ao *apartheid* já não dependa exclusivamente da movimentação política e militar de grupos no exílio. "Este fenômeno novo é também em grande parte uma consequência da luta do MPLA-Partido do Trabalho e da Frelimo. Nós não estamos negociando com Pretória para liquidar ninguém, muito menos o ANC, porque se isto fosse verdade, estaríamos na prática nos liquidando a nós próprios. Temos um povo para desenvolver. Moçambique tem que estar vivo e de pé para que o ANC continue em Maputo", afirma Aquino de Bragança.

Outros influentes membros da Frelimo afirmam que o acordo tem que ser entendido como fruto de vários elementos entre eles, por exemplo, o fato de estarem surgindo dentro da África do Sul setores econômicos que embora mantendo seu apoio ao *establishment* capitalista, aumentam as suas críticas ao *apartheid*. São os reflexos mais visíveis da crise pela qual, segundo eles, passa a estrutura do



A. Bragança: "Existe uma nova realidade na África Austral"

subsistema capitalista surgido em torno de Pretória. Dirigentes moçambicanos como Aquino de Bragança acham que este subsistema está em crise estrutural e que procura adaptar-se para sobreviver. Ele considera, junto com o governador do Banco de Moçambique, que estas novas realidades devem ser levadas em conta num processo de reavaliação das forças políticas na África Austral. (Carlos Castilho)

África Austral

Em busca da paz

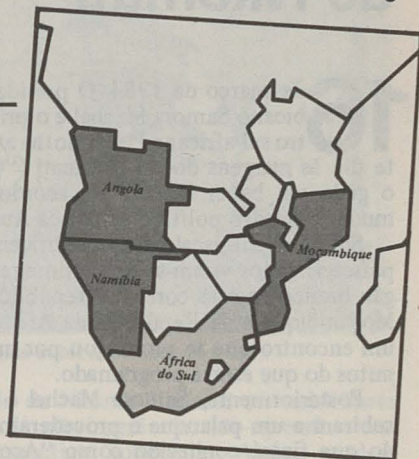
O impasse na linha militarista levou a África do Sul a fazer concessões

Etevaldo Hipólito

O texto assinado no dia 16 de março entre as autoridades de Maputo e Pretória poderá abrir as portas para se acabar com 20 anos de agressões contra o povo moçambicano.

Conforme salientaram os porta-vozes oficiais em Moçambique, desde o início da luta armada de libertação nacional, desencadeada em 1964, os sul-africanos nunca deixaram de apoiar ativamente o regime português. Tropas *boers* combateram junto com os colonialistas nas frentes de Cabo Delgado e Niassa. Com a assinatura dos "Acordos de Lusaka", em setembro de 1974, a guerra assumia novas características. Desta vez, a ajuda passou para os re-

1984 — Março — no. 64



gimes de Ian Smith e Muzorewa, na então Rodésia. Somente em 1980, com a independência do Zimbábue é que este apoio foi suspenso.

Mas a linha dura da África do Sul resolve atuar através de outros meios: intensifica o recrutamento de traidores e renegados da Frelimo e também de marginais. Desta forma organiza a Resistência Nacional Moçambicana. Devido à política de intimidação aplicada por estes grupos, eles não conseguem angariar a simpatia da população e se tornam, de fato, um destacamento avançado de uma força estrangeira.

Agora, em 1984, Pieter Botha aceita assinar o texto, mas ainda resta acertar algumas arestas antes que o acordo traduza uma nova realidade. Três dias depois da assinatura do Acordo de Nkomati, a

terceiro mundo - 33

agência moçambicana de notícias, AIM, alertava que o compromisso não estabelecia automaticamente a tranquilidade na região. Ele simplesmente cria condições para a paz ser alcançada a médio prazo, salienta o comentário, depois de historiar as tensas relações mantidas com os *boers* durante duas décadas.

Os pontos críticos que sobreviveram às conversações e à cerimônia pública dizem respeito a situações existentes no interior de ambos os países.

Até armas químicas

Não é segredo para ninguém que, mesmo duran-

te os contatos entre as delegações dos dois governos, os sul-africanos nunca deixaram de fornecer armamento aos bandos contra-revolucionários. As toneladas de material lançado nos últimos tempos contra Moçambique faziam parte de um arsenal que inclui até armas químicas, como chegou a ser constatado na província de Inhambane. Entre os meses de outubro e novembro do ano passado, cápsulas especiais foram utilizadas em lança-granadas durante os combates, ao mesmo tempo que envenenavam a água e a comida nas aldeias vizinhas.

A pressão de tais grupos cresceu muito. Na sessão realizada no dia 8 de março passado, o governo da província de Sofala afirmava que era necessário

África Austral

O encontro de Nkomati

16 de março de 1984. O presidente moçambicano Samora Machel e o primeiro-ministro sul-africano Pieter Botha assinaram neste dia às margens do rio Nkomati ("O lugar onde o gado vai beber água") um acordo que poderá mudar o quadro político da África Austral.

Sob um sol escaldante, os dirigentes dos dois países vizinhos viram-se pela primeira vez num vagão branco com as cores da República Popular de Moçambique e da República da África do Sul, em um encontro que se prolongou por mais de 30 minutos do que estava programado.

Posteriormente, Samora Machel e Pieter Botha subiram a um palanque e procederam à assinatura do que ficará conhecido como "Acordo de Nkomati", o rio que separa, na "terra de ninguém", as localidades moçambicana de Rossano Garcia e sul-africana de Komatipoort.

Foram testemunhas do histórico acontecimento 700 convidados e 250 jornalistas de diversas nacionalidades. Entre os primeiros, estiveram o primeiro-ministro da Suazilândia, um representante do presidente do Malawi e membros do corpo diplomático acreditado em Maputo e Pretória, embaixadores de todos os países da Linha de Frente, União Soviética, Grã-Bretanha, República Federal da Alemanha, Canadá e França. Como convidado pessoal de Samora Machel esteve também presente o ministro português Almeida Santos (natural de Moçambique), que fontes diplomáticas asseguram ter desempenhado um papel importante na preparação do encontro que o presidente moçambicano teve,

em outubro passado, em Londres, com Harry Oppenheimer. Um dos maiores empresários sul-africanos, Oppenheimer defende dentro do regime do *apartheid* posições reformistas e uma política de não-agressão do seu país em relação aos povos vizinhos.

No discurso que pronunciou na ocasião, Samora Machel, vestindo o uniforme branco de marechal, considerou que o acordo "põe fim à espiral de violência herdada do colonialismo", estando os dois países conscientes do "valor da paz e da necessidade de rejeitar as heranças que os dividem". O presidente moçambicano — que anunciou a construção de um monumento no local para assinalar o acordo — afirmou terem ambos os Estados sabido "traçar a via da coexistência", apesar das "diferenças entre as nossas concepções políticas, econômicas e sociais serem grandes e até antagônicas".

Referindo-se às perspectivas econômicas que se abrem com a implementação da paz na região, Samora Machel manifestou a opinião de que se deveriam "valorizar os recursos" existentes, reafirmando em seguida a sua "inteira fidelidade" aos princípios que norteiam a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), organização de integração econômica criada pelos países do sul do continente com o objetivo de cortar os laços de dependência em relação a Pretória.

No seu discurso, ouvido atentamente pelo presidente moçambicano, Pieter Botha considerou também que o acordo "muda o curso da história da África Austral", afirmando que os dois países escolheram "o caminho da paz, embora difícil, pois têm um futuro em comum e a obrigação de legar às gerações vindouras um mundo melhor". Abordando os motivos que levaram os dois governos ao diálogo, o primeiro-ministro sul-africano considerou-os imutáveis. "São — disse — as realidades econômicas e geográficas desta região que nos juntaram e que serão a melhor garantia do sucesso

colocar todos os recursos disponíveis na eliminação do banditismo. De acordo com o "Diário de Moçambique", o major-general Marcelino dos Santos, que tem a seu cargo a administração desta província, insistiu que o principal ponto a ser atacado encontra-se na serra de Gorongosa, pois é a partir daí que estariam sendo organizadas operações para todo o país. Outro fato importante é que, ainda nas derradeiras semanas prévias à assinatura do acordo de paz, a província de Maputo, onde se encontra a capital, foi infiltrada por grupos vindos da África do Sul. Durante uma dessas ações armadas desencadeadas na área, foi morto Pedro Tivane, sub-chefe de redação do jornal "Notícias", junta-

mente com outros civis desarmados. (Ver quadro)

Não seria de estranhar, porém, que a própria África do Sul viesse a se interessar de alguma forma em conter os bandos por ela criados, treinados e equipados. Pelo menos em setores onde os seus interesses econômicos estejam em jogo. Na série de discussões mantidas em torno da questão de Cahora Bassa, a vigilância ao longo das quilométricas linhas de transporte de energia foi enviada para estudo no grupo de segurança (os demais eram de assuntos econômicos e turismo). As conversações sobre a exploração conjunta da represa envolveram a delegação de Moçambique, dirigida pelo ministro da Indústria e Energia Antonio Branco, o vice-mi-



Machel e Botha assinam a paz em plena "terra de ninguém", onde antes era a zona de guerra

e permanência deste acordo".

Trocas de canetas de ouro especialmente feitas para o acontecimento, desfile de bandas militares, exibição de danças tradicionais e o lançamento de centenas de balões com a palavra "paz", encerraram esta jornada cujas repercussões poderão ser avaliadas já a curto prazo.

Um dos itens do acordo assinado foi cumprido no mesmo dia, ao ser suspensa a emissão diária da "Voz da África Livre" que a partir de território sul-africano divulgava a propaganda do grupo Resistência Nacional Moçambicana (RNM). Com efeito, à hora habitual de transmissão, uma voz dessa estação de rádio anunciou o seu encerramento "para reorganização". No texto do acordo que foi tornado público lê-se que os dois Estados não permitirão a emissão de programas de rádio "incluindo emissões não-oficiais ou clandestinas", a partir dos seus territórios e com conteúdo que ofenda o outro Estado.

O "Acordo de Nkomati" incide essencialmente nos aspectos de não-ingerência, não-agressão e respeito das respectivas soberanias. Assim, os dois países comprometem-se a "abster-se de intervir nos assuntos internos do outro, resolver divergências através de meios pacíficos, sem uso da força, sabotagem, violação de fronteiras ou concentração de tropas".

O documento proíbe as atividades de "elementos que se proponham ou planejem realizar ações contra o outro Estado" e sublinha que ambos os países devem se esforçar para "impedir o recrutamento de elementos de qualquer nacionalidade" para praticarem ações hostis. Foi também decidida a eliminação de "bases, centros de treinamento, locais de refúgio, acomodação ou trânsito", assim como de "depósitos de armas, postos de comando e equipamentos de comunicações" desses elementos e organizações. (Carlos Pinto Santos) ●



Veloso (à esq.) e "Pik" Botha

nistro sul-africano das Relações Exteriores, Louis Nel, e pela parte portuguesa, Antonio de Almeida, titular da secretaria de Estado do Tesouro.

O caso da África do Sul

Isto no que diz respeito à estabilidade de Moçambique. No tocante à África do Sul fica o problema do *apartheid* que, por sua vez, não se esgota no interior de fronteiras geográficas. A vigência de um regime baseado na prática da discriminação racial constitui ameaça permanente para os demais povos da região. Não se pode ignorar que o chamado desenvolvimento separado é uma doutrina de Estado e, como tal, se encontra estreitamente vinculada a medidas de segurança interna e externa.

Foi em nome da contenção das atividades do *African National Congress* (ANC) — a organização melhor estruturada no combate ao *apartheid* — que Pretória ampliou e fortaleceu o seu esquema repressivo. Paralelamente, prosseguia na criação de novos bantustões, áreas para onde empurrava milhares de sul-africanos depois de lhes anular todos os direitos de cidadão. A tribalização forçada não eliminou as manifestações dos nacionalistas e, pelo contrário, despertou em vastos setores o sentimento patriótico, por cima de fronteiras tribais, culturais ou raciais. Essa política demonstrou que os chefes tribais exercem um poder fictício, baseado na tutela de Pretória.

Neste contexto, houve um fortalecimento da linha militarista dentro do governo do *apartheid*. Para os defensores desta linha, a única forma de manter o país sob controle seria a ampliação dos princípios da segurança nacional além das próprias fronteiras. As agressões contra Moçambique e Lesoto, a partir de 1980, foram uma consequência desta orientação. Os dirigentes sul-africanos chegaram a estabelecer paralelismos entre este tipo de ação militar e os ataques israelenses contra o Líbano, na tentativa de legitimar as agressões contra nações vizinhas.

36 - terceiro mundo

Em círculos políticos africanos, a impressão que se tem é que, neste momento, a África do Sul parte para a assinatura de um acordo de paz mais por pressões econômicas do que por uma convicção da necessidade da pacificação. As frentes de combate abertas em Angola, Moçambique, Lesoto e Zimbábue, somadas às pressões militares exercidas sobre o Botsuana, Zâmbia e Suazilândia, tiveram dois efeitos muito sérios na política sul-africana. Em primeiro lugar, começou a se desenvolver uma economia de guerra, onde os setores produtivos iam perdendo gradualmente terreno. Porém os bilhões de dólares investidos na indústria de armamentos (para desenvolver armas sofisticadas) fracassaram quando os modelos foram lançados no mercado internacional. Os Estados Unidos, Israel e mesmo o Brasil podiam competir com produtos mais baratos e dentro das suas respectivas áreas geográficas ou mesmo no mercado tradicional. Todos apontam o ano de 1983 como o do grande fracasso na venda de armamento sul-africano.

Estes são apenas alguns dados do problema, porém eles permitem perceber que, pouco a pouco, Pretória teve que ceder diante de uma nova realidade. Assim, a sua estratégia saiu do terreno exclusivamente militar para o da negociação e o diálogo. O que não quer dizer que a linha dura não possa voltar a se impor e procurar outro tipo de solução. Aceitar a redução das tensões não deixa de ser, para os sul-africanos, um passo atrás.

A assinatura do "Acordo de não-agressão e boa vizinhança" que já motivou uma série de apreciações desencontradas e divergentes por parte de alguns governos africanos, poderá elevar ainda mais o tom das críticas quando as suas cláusulas se concretizarem.

O *African National Congress* (ANC), um dos principais interessados em toda esta questão, demonstrou, no entanto, uma certa tranquilidade ao interpretar as mudanças que terão lugar no panorama político da região.

Como resultado de um encontro mantido em Maputo com dirigentes da Frelimo, Alfred Nzo, secretário-geral da organização nacionalista sul-africana, expressou publicamente no decorrer de uma entrevista coletiva concedida no Zimbábue no dia 3 de março, a sua convicção de que Moçambique "se encontra totalmente empenhado em apoiar moral e diplomaticamente o ANC", depois de ter considerado "assunto de um Estado soberano" a aplicação de eventuais medidas de controle tanto na fronteira como em relação a indivíduos. Alfred Nzo desmentiu também os boatos sobre a existência de ordens de expulsão contra militantes do ANC. "Não perdemos a fé nos nossos irmãos", disse o dirigente nacionalista sul-africano, resumindo assim para a imprensa o pensamento da sua organização.

África do Sul, o recuo do apartheid

Dificuldades internas
e pressões externas levaram
as autoridades de Pretória
a adaptar-se para sobreviver

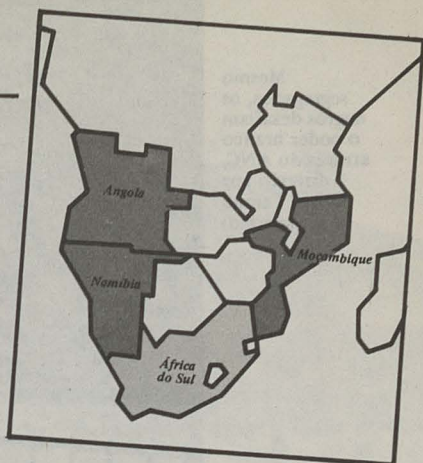
Carlos Castilho

No último semestre do ano passado, até mesmo os jornais mais conservadores da África do Sul começaram a publicar cartas de leitores com críticas cada vez mais violentas à guerra na fronteira entre Namíbia e Angola. O ultra-conservador *Die Vaterland* transcreveu a opinião de um leitor que assinou nome e deu endereço, na qual ele afirmava: "É uma loucura negar que a guerra na fronteira degenerou num Vietnã em larga escala. Tornou-se uma guerra onde só existem sacrifícios, e não nos oferecem nenhum prêmio, nem um prêmio-consolação. Cada dia de permanência

de nossas tropas na Namíbia serve apenas para tornar a nossa retirada mais inevitável e mais humilhante".

Outro jornal ultra-conservador, que sempre esteve ao lado do governo racista branco, publicou com destaque uma carta na qual o leitor pergunta: "Já não é tempo do exército sul-africano aprender a lição dos norte-americanos no Vietnã?". O *Rapport* foi ainda mais longe que o *Die Vaterland*. O próprio diretor do jornal, Willem de Clerk, publicou um editorial onde, para espanto dos *afrikaners*, pedia a substituição do *apartheid*, que foi comparado ao personagem de George Orwell, o *Big Brother*. De Clerk, irmão do ministro do Interior, citou o livro "1984" para comparar o dirigismo ditatorial com as leis sul-africanas que mandam jogar de um trem o negro que estiver viajando no

Para muitos sul-africanos, a guerra na Namíbia tornou-se um conflito inútil e sem perspectivas



Angola



Mesmo segregados, os negros desafiam o poder branco através do ANC, dirigido por Oliver Tambo (abaixo)



compartimento dos brancos, ou obriga exames dos cabelos de um bebê para determinar a que raça ele pertence, ou com quem ele poderá vir a se casar.

A queda dos tabus sobre a imutabilidade do *apartheid* na imprensa *afrikaaner* mais conservadora é apenas o aspecto mais surpreendente de uma profunda mudança que está ocorrendo numa boa parcela da opinião pública da África do Sul, especialmente nas províncias do Cabo, Natal e Orange. Uma mudança provocada basicamente pela evidência da militarização crescente do regime, pelos impasses surgidos na absurda e complexa legislação que regula a discriminação racial no país, pelo crescimento da popularidade e militância política dos movimentos negros contrários ao racismo, pelo agravamento da recessão econômica e pelo aumento das pressões internacionais sobre o regime de Pretória.

Há quase três anos, o primeiro-ministro P.W. Botha mencionou a alternativa "adaptar-se ou morrer" como o principal dilema enfrentado pelos brancos racistas sul-africanos. A frase soou como um slogan eleitoral, porque os fatos posteriores evidenciaram escassos sinais de mudanças de fundo no sistema do *apartheid*. Mas, hoje, a necessidade de tentar sobreviver tornou-se dramática para a minoria branca.

Na verdade, as causas principais da mudança de posição do governo sul-africano no que se refere às negociações com Angola e Moçambique, bem como aos indícios de que Pretória estaria disposta a abandonar a Namíbia, surgem basicamente de quatro fatores: o impasse na guerra contra a Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), que luta pela independência da Namíbia, e contra o exército angolano, o crescimento da penetração popular do Congresso Nacional Africano (ANC) junto à maioria negra da África do Sul, e a dete-

Paulo Bachtista



rioração da economia do *apartheid*, que hoje enfrenta a pior recessão desde o final da segunda guerra mundial. Outra causa são as pressões exercidas pelo presidente Ronald Reagan, que depois do fracasso da intervenção no Líbano, necessita de um êxito diplomático, mesmo parcial, para tentar ganhar os votos do eleitorado negro norte-americano.

A guerra na Namíbia

Quase um bilhão e meio de dólares são gastos anualmente pelo governo sul-africano para manter a ocupação militar da Namíbia e atacar Angola. No ano passado, os combates deixaram um saldo oficial de 75 sul-africanos mortos, embora a cifra geralmente mencionada na imprensa ocidental seja de quase 300. Todas as tentativas de criar um movimento político capaz de se opor à Swapo no campo eleitoral fracassaram até agora. A economia

da ex-colônia alemã ocupada desde a 1ª guerra mundial está paralisada diante da incerteza das grandes companhias mineiras em realizar novos investimentos, apesar das imensas riquezas minerais do território, que, entre outras coisas, possui a maior mina de urânio a céu aberto do mundo. Com isso, a manutenção do anacrônico sistema colonial imposto por Pretória tornou-se extremamente pesado. A África do Sul financia cerca de 65% dos gastos da administração colonial da Namíbia.

Os efetivos militares deslocados para a colônia chegaram a totalizar 100 mil homens, obrigando o governo de Pretória a introduzir um novo sistema de convocação de reservistas que, por sua vez, provocou um grande descontentamento entre os brancos. O fenômeno dos desertores tornou-se cada vez mais frequente. Paralelamente, a guerra na Namíbia e em Angola geraram uma militarização crescente do poder político, que, segundo estudiosos norte-americanos como Robert Rotberg, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), tornaram o primeiro-ministro um virtual prisioneiro do Conselho de Segurança do Estado (SSC). O professor Rotberg afirma que o SSC tem o controle total de tudo o que se refere à Namíbia e relações com países vizinhos, posição esta que foi reforçada pelas mudanças constitucionais aprovadas no plebiscito de novembro, e que aumentaram os poderes do chefe de governo.

Sérios problemas

Foi essa centralização militarizada que levou o editorialista do jornal *Rapport* a lembrar a figura do *Big Brother* na política sul-africana. Até agora, os grandes capitalistas anglo-saxões da região do Cabo e de Natal eram os críticos mais frequentes da centralização. Hoje, as divergências contagiaram também membros tradicionais da elite conservadora dos *afrikaaners*, que estão cada vez mais divididos. Um setor reacionário está se aproximando do Partido Conservador, liderado por Andries Treurnicht, e do Partido Nacional Herstigte (HNP), dirigido por Jaap Marais. Os dois partidos são minoritários no Parlamento, mas vêm derrotando o governo nas últimas eleições regionais ou suplementares. Também, a toda poderosa Irmandade Afrikaaner (*Broederbond*), a organização secreta à qual pertence a maioria dos ministros e políticos mais influentes, está em processo de divisão. Os setores mais direitistas e contrários a mudanças no *apartheid* estão organizando um Movimento Cultural Afrikaaner para aglutinar os grupos reformistas que seguem a linha de P.W. Botha.

A militarização e a divisão política entre os brancos são uma consequência dos cada vez mais claros sintomas de que a minoria de origem euro-



O ouro e os diamantes não evitaram a crise na economia do *apartheid*

péia enfrenta sérios problemas para manter a dominação política e econômica sobre a maioria negra e sobre os mulatos ou indianos. A população negra, por exemplo, cresce de três a cinco vezes mais rápido que a população branca. É cada dia mais difícil manter as áreas e serviços reservados aos *afrikaaners* livres da penetração dos negros, mulatos e indianos. O governo chegou a adotar um plano de remoção em massa das populações pobres aglomeradas em torno dos redutos brancos mas, segundo cálculos de especialistas, teria que expulsar mil negros por dia até o ano 2000 para que os europeus continuassem sendo 17,4% da população total do país. Mas, evidentemente, o projeto está sendo abandonado gradualmente, por ser impraticável.

O poder negro

A isso tudo deve ser somado o papel exercido pelo Congresso Nacional Africano (ANC), a organização nacionalista dos negros sul-africanos, fundada há 72 anos (ver *cadernos* nº 62) e que hoje representa 80% dos negros e mulatos do país. Relatórios divulgados recentemente nos Estados Unidos pela revista *Foreign Affairs* confirmam aquilo que muitos governos ocidentais procuram ignorar. Thomas Karis, cientista político da Universidade de Nova Iorque, e tido como ligado aos serviços de inteligência dos EUA, afirma que o "governo Reagan precisa levar em conta o ANC sob o risco de ser ultrapassado pelos acontecimentos na África do Sul". Karis afirma que o ANC está em franca ascensão política e seu braço armado, o *Umkhonto we Sizwe* (Lança do Povo) vem se mostrando mais

organizado e audacioso em suas ações.

Um número cada vez maior de jovens mulatos, muitos dos quais participaram da rebelião de Soweto em 1976, estão sendo atraídos pela via insurrecional, através de núcleos clandestinos que têm promovido atentados à bomba e sabotagens. Segundo um relatório secreto da CIA divulgado pelo grupo norte-americano *Transafrica*, existem no momento cerca de dois mil guerrilheiros da "Lança do Povo" perfeitamente treinados e com armamento moderno. Outras fontes como a *newsletter Africa News* chegam a falar em oito mil. O Instituto de Estudos Estratégicos de Pretória disse que, em 83, o ANC promoveu 44 ataques do tipo guerrilheiro.

Em agosto do ano passado, a campanha contra o racismo na África do Sul ganhou novo ímpeto com o surgimento da Frente Unida Democrática (UDF), uma organização de tipo frente ampla, que no dia de seu lançamento público reuniu doze mil pessoas, apesar da reunião ter sido proibida. O ANC está na ilegalidade desde o final da década de 50 e é um movimento que se define como multi-racial, preconizando que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, sem distinções de cor, raça ou religião. A UDF mantém esses princípios e passou a desenvolver uma campanha de massas contra o *apartheid*. A organização é dirigida por um pastor, o reverendo luterano Alan Boesak, e conta com o apoio de quase dois milhões de adeptos.

Segundo observadores políticos, a Frente Democrática Unida é o fato político novo mais importante da África do Sul nos últimos dez anos, já que passou a ser o instrumento de ação de massas de milhares de militantes do ANC e sindicalistas que não podiam agir legalmente por causa da proscrição imposta ao Congresso Nacional Africano. A UDF está no momento coordenando um abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas contra as reformas introduzidas pelo primeiro-ministro P. W. Botha visando à implantação de um novo sistema legislativo através do qual os mulatos e indianos poderão ter representação parlamentar.

Nos sete meses de existência, a UDF conseguiu criar uma estrutura quase nacional de comitês e núcleos, que incluem além de movimentos antiracistas como o ANC, representantes da igreja, de grupos políticos brancos e mais de 300 sindicatos de toda a África do Sul. A campanha da Frente Democrática contra as reformas constitucionais provocou uma grande polarização política tanto entre o Partido Trabalhista, que representa os setores mais conciliadores dos *coloureds*, como entre a classe média indiana. Os dois grupos devem, nos próximos meses, decidir se aceitam ou não participar das eleições que escolherão os delegados *coloureds* (mulatos) e indianos para as novas

câmaras do Parlamento. Os trabalhistas já resolveram não fazer um plebiscito temendo um resultado adverso, já que o partido apoiou os planos de Botha. Os descontentes com a decisão da cúpula trabalhista estão se voltando em massa para a UDF.

A recessão econômica

Em janeiro deste ano, o *Standard Bank*, um dos maiores bancos da África do Sul, divulgou um relatório no qual afirmava que a economia do país enfrentava a sua pior fase desde 1948. Duas semanas depois, a Organização Nacional de Plantadores de Milho (Nampo) advertia noutro documento que a safra de 84 seria um desastre total, devido à seca. Além do milho, todos os demais grãos sofreram perdas enormes, fazendo com que as previsões mais otimistas fixassem em 60% as perdas agrícolas da África do Sul para o ano de 84.

A falta de chuvas levou também os pecuaristas do Transvaal a sofrerem perdas de até 50% em seus rebanhos de gado. Nas primeiras semanas de fevereiro, nada menos do que 25 mil cabeças foram leiloadas a qualquer preço para evitar perda total. Os fazendeiros de origem européia começaram uma corrida aos bancos em busca de perdão para empréstimos não pagos num total de até um bilhão e meio de dólares. Segundo o Banco Agrícola, os donos de terras estão também recorrendo a novos empréstimos para poderem continuar em atividade. O número total de créditos autorizados desde setembro de 83 aumentou em 45%.

Na indústria, as estatísticas mais recentes também não são nada animadoras. O diretor da Federação das Indústrias Mecânicas e Siderúrgicas, D. L. van Coller, declarou ao jornal *Rand Daily Mail* que o setor deve enfrentar em 84 um terceiro ano de aguda recessão diante da queda do consumo, redução dos preços do ouro no mercado internacional e pela fraca recuperação das economias mais industrializadas da Europa. As indústrias mecânicas e siderúrgicas representam um-terço da produção industrial na África do Sul. No ano passado, o setor demitiu 17% de sua mão-de-obra e foi obrigado a reduzir a produção em quase 35%.

A África do Sul entrou em recessão econômica por volta de 1981, sofrendo os efeitos de fenômeno idêntico nas economias industrializadas, às quais o *apartheid* está estreitamente ligado. O desequilíbrio na balança comercial levou o governo a adotar uma rígida política de austeridade, com diminuição dos gastos públicos, redução de salários e aumento de impostos e elevação dos preços de alimentos básicos além dos combustíveis. A isso tudo, devem ser somados os efeitos da guerra na Namíbia e na fronteira com Angola, além das des-



Os mineiros negros vivem em verdadeiros campos de concentração, sem qualquer contato com suas famílias

Pendri/ONU
pesas decorrentes da crescente militarização do país. Tudo isso levou o governo do Partido Nacional a uma situação crítica, porque a manutenção do arrocho sobre as camadas de baixa renda, onde os negros são a quase totalidade, já está criando um clima de revolta quase explosivo.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa da Mão-de-Obra, divulgados pelo jornal *Star*, a África do Sul precisa criar 134 mil novos empregos nos próximos anos para impedir que o desemprego chegue a proporções críticas. A esse número, devem ser somados os 300 mil jovens negros e mulatos que a cada ano entram no mercado de trabalho, sem encontrar vagas. A grave situação do desemprego se soma com o crescente descontentamento dos trabalhadores assalariados.

A vulnerabilidade do "apartheid"

Segundo o governo, no ano passado ocorreram 336 greves em todo o país, envolvendo quase 70 mil trabalhadores. Só em dezembro, aconteceram 104 greves. Os sindicatos negros dizem que o total é bem maior do que o revelado pelas autoridades brancas. Em janeiro e fevereiro, embora não existam dados oficiais, a imprensa de Joanesburgo estimou que o número de greves aumentou em 35% em relação aos mesmos meses no ano passado. Em 1983, segundo uma pesquisa da Universidade do Cabo, a recessão econômica foi duas vezes mais dura para os negros do que para os brancos. E as previsões são de que esta tendência continuará em 84.

Apesar de serem obrigados a pagar a parte mais pesada do preço da recessão e recebendo em geral

menos da metade do salário de um branco, os negros sul-africanos passaram, a partir de março, a pagar os mesmos impostos da população de origem européia. Os sindicatos, que já criticavam o sistema antigo de taxas diferentes por considerá-lo discriminatório, afirmam que a nova lei é pior ainda. No começo de março oito sindicatos representando 250 mil trabalhadores exigiram a derrubada do sistema de taxa igual, ameaçando com uma série de protestos caso não forem atendidos.

Num quadro geral como este, fica claro porque o governo da minoria branca encontra-se numa posição interna vulnerável, ainda mais no momento em que os Estados Unidos resolveram pressionar o primeiro-ministro P.W. Botha para que aceite uma acomodação com os países vizinhos, que até agora eram alvo de violentas ofensivas de desestabilização militar e econômica. Washington acredita que a melhor maneira de manter o sistema capitalista na África do Sul é através de concessões que desafoguem os impasses políticos e econômicos do *apartheid*.

Cedendo a todo o amplo espectro de pressões, Botha iniciou em dezembro e avançou em janeiro, rumo a uma *détente* com Angola e Moçambique que ainda é muito instável para ser considerada irreversível. Apesar dos indicadores econômicos internos e do crescimento político — este sim irreversível — da maioria negra, existem focos de resistência da parte de alguns grupos racistas mais sectários, que exercem forte influência na cúpula do Partido Nacional. São estes setores, que têm ligações no exército, que podem provocar recuos e até mesmo o colapso das negociações, numa manobra de desespero político. ●

OPOSIÇÃO?
SÁTIRA?
MOLECAGEM?

SÓ NO

PASQUIM

O ÚLTIMO REDUTO DO HUMOR
CARIOCA!

TODAS AS
SEMANAS NAS
BANCAS DE
TODO O BRASIL!



À beira da secessão

O impasse político-militar chega a um ponto crítico. Se o governo do general Numeiry não negociar com os rebeldes do sul, o país acabará dividido

Nos primeiros dias de março reinava um clima de apatia quase total no palácio do governo em Cartum. O presidente Gaafar Numeiry se mostrava totalmente incapaz de iniciativas para romper o impasse criado pelo crescimento da rebelião das três províncias do sul do Sudão, ao mesmo tempo em que os muçulmanos do norte aumentavam suas críticas ao governo, que no momento parece ter como único apoio confiável a alta hierarquia do exército. Durante todo o mês passado circularam rumores de que jovens oficiais estavam conspirando.

Foi neste ambiente que, na segunda semana de março, o general Numeiry pediu a ajuda norte-americana para conter uma suposta ameaça de invasão da Líbia, depois que um caça a jato não identificado lançou várias bombas sobre a histórica cidade sudanesa de Omdurman, onde está o túmulo do mais importante líder muçulmano do país, Mohammed Ahmed, o *Mahdi*. Os Estados Unidos e o Egito imediatamente mandaram aviões espiões do tipo *Awacs*, mas a denúncia de uma invasão causou pouco impacto nas chancelarias árabes porque Numeiry no passado já recorreu frequentemente a supostas ameaças externas para tentar resolver problemas internos.

A nova tentativa de internacionalizar a crise interna sudanesa, ao que tudo indica, em vez de resolver os problemas do ge-



Numeiry tenta usar o islamismo para continuar no poder



Sadiq al-Mahdi quer evitar a manipulação do Corão pelo governo

neral Numeiry teve como consequência imediata o aumento das pressões para que o governo de Cartum resolva finalmente negociar com os guerrilheiros do Exército de Libertação Popular do Sudão (SPLA) que hoje controlam boa parte do sul do país e estão provocando a fuga de empresas e técnicos estrangeiros.

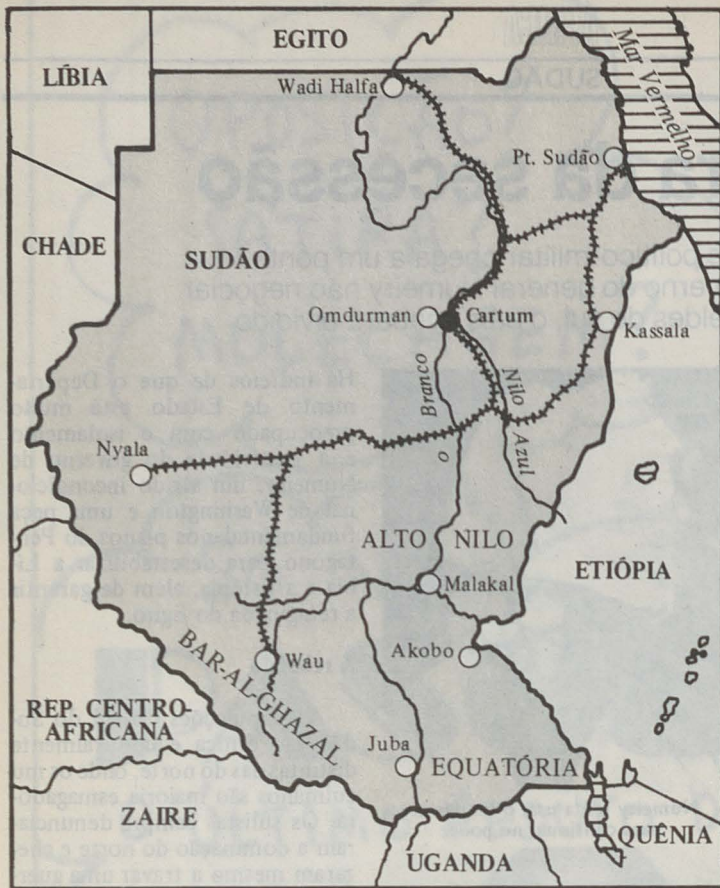
Há indícios de que o Departamento de Estado está muito preocupado com o isolamento e a passividade do governo de Numeiry, um aliado incondicional de Washington e uma peça fundamental nos planos do Pentágono para desestabilizar a Líbia e a Etiópia, além de garantir a retaguarda do Egito.

A rebelião

As populações do sul do Sudão são étnica e culturalmente distintas das do norte, onde os muçulmanos são maioria esmagadora. Os sulistas sempre denunciaram a dominação do norte e chegaram mesmo a travar uma guerra civil que durou 17 anos e só terminou em 1972, quando foi assinada uma trégua. Mais de um milhão de sudaneses morreram na guerra. Hoje, as divergências voltaram a atingir um ponto crítico, porque desde 1980 o governo de Numeiry resolveu impor à força a sua autoridade. A decisão mais recente e que provocou uma rápida ampliação da guerrilha foi o anúncio, em setembro passado, de que o país passaria a seguir a lei islâmica. As bebidas alcoólicas foram proibidas e impostos castigos corporais para ladrões, assassinos e acusados de crimes sexuais.

A aplicação da *Sharia* (lei islâmica) aprofundou a rebelião dos sulistas e provocou também um grande descontentamento entre os próprios muçulmanos do norte. Os guerrilheiros do

terceiro mundo - 43



SPLA qualificaram a medida como mais uma agressão às suas tradições religiosas, já que em sua maioria são cristãos ou professam cultos animistas. Os muçulmanos alegaram que a aplicação da *Sharia* teria que ser seguida do respeito à dignidade humana, divisão de riquezas, igualdade política e participação popular. Logo depois de anunciar estas exigências, o principal líder dos muçulmanos, Sadiq al-Mahdi foi preso e continua detido até hoje.

Mahdi é o principal dirigente dos muçulmanos moderados que se proclamam herdeiros das tradições anticoloniais do fundador do movimento *mahdista*, Mohammed Ahmed. Ele não é o único político muçulmano preso no Sudão por discordar do gene-

ral Numeiry. Mahmoud Taha, dirigente da influente Irmandade Republicana, formada por intelectuais e tecnocratas, também criticou a falta de liberdade política no país. Paralelamente existe a Irmandade Muçulmana, muito ativa entre os estudantes e profissionais liberais, que defende uma islamização radical do país, seguindo os moldes iranianos. A Irmandade Muçulmana acusa Numeiry de "ocidentalizar" o Sudão através de alianças com os Estados Unidos e outros países europeus. Os vários grupos muçulmanos do norte já estavam em atrito com o governo antes mesmo da introdução da *Sharia*, que foi uma tentativa frustrada de Numeiry para neutralizar a crescente contestação dos grupos islâmicos mais mili-

tantes.

O presidente sudanês chegou a propor recentemente uma negociação com Sadiq al-Mahdi, mas este recusou alegando que só aceitaria um encontro com Numeiry caso todos os três mil presos políticos do país fossem libertados. O revés sofrido pelo governo foi em parte compensado pela anistia oferecida a Clement Mboro, um influente líder político cristão do sul que vivia no exílio há vários anos. Mboro foi nomeado ministro sem pasta, mas a indicação não teve nenhum efeito sobre a rebelião sulista já que o novo ministro perdeu grande parte de seu prestígio depois que foi viver no Quênia.

O cerco guerrilheiro

O Exército Popular de Libertação do Sudão é liderado pelo coronel John Garang, que chefiava uma importante unidade militar no sul e que se rebelou contra o governo central há três anos. Garang passou a liderar também todos os guerrilheiros que antes estavam organizados no Movimento Anyanya II, a versão atualizada da organização dos rebeldes sulistas que lutaram na guerra civil de 1955 a 1972. O Exército Popular está implantado nas províncias do Alto Nilo, de Equatória e Bahr el Ghazal. A organização mantém há vários meses um cerco sobre a estratégica cidade de Akobo, da mesma maneira que controla os acessos a Malakal.

Mais recentemente, os guerrilheiros forçaram a empresa norte-americana *Chevron* a abandonar suas instalações em Rub Kona, onde foram descobertas jazidas de petróleo que o governo considera essenciais para a recuperação econômica do país. A retirada da *Chevron* foi um novo revés para Numeiry que antes já perdera o apoio da firma francesa CCI, encarregada da construção do ambicioso canal Jonglei

destinado a aumentar a navegabilidade do rio Nilo. A CCI também estava envolvida em projetos agrícolas no sul do Sudão.

Nos últimos três meses, os guerrilheiros já derrubaram dois helicópteros do exército e afundaram um navio transportando mais de mil soldados através do rio Nilo. Também atacaram oito guarnições militares provocando cerca de 300 baixas. Há indicações de que no momento o Exército Popular de Libertação dispõe de armas modernas compradas através de Uganda e do Quênia. Muitos de seus chefes receberam treinamento na Líbia e na Etiópia. A eficiência dos rebeldes foi admitida até mesmo pelo general Vernon Walters, que esteve em Cartum, no começo de março. Walters reconheceu que o SPLA tem mais disciplina e melhor armamento de mão que o exército regular.

A principal missão do enviado

especial do Departamento de Estado foi discutir com o presidente Numeiry o aumento da ajuda militar norte-americana ao Sudão. Em 1984, a administração Reagan entregará ao presidente sudanês 166 milhões de dólares em ajuda militar e no ano que vem este total deve subir para 190 milhões de dólares. Washington deve fornecer um esquadrão de aviões de combate do tipo F-5 e também um batalhão de tanques M-60.

O agravamento das tensões políticas e da guerra no sul ameaçam aumentar o caos econômico em que o Sudão está mergulhado desde 1980. O país está virtualmente tutelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que em fevereiro fez prognósticos otimistas para a economia sudanesa em 84. O FMI disse que o déficit orçamentário deve ser reduzido devido à política de austeridade implantada

em 83 e que a colheita de algodão deve melhorar o balanço de pagamentos. Mas segundo alguns economistas independentes do Sudão, estes prognósticos podem ser ilusórios já que o crescimento da rebelião sulista e a desagregação da equipe governante podem jogar o regime de Numeiry num colapso total.

Até mesmo países árabes pró-ocidentais como o Egito e a Arábia Saudita, que sempre apoiaram Numeiry, se mostram hoje contrariados pela incapacidade do presidente sudanês de encontrar uma solução para os impasses internos. Estes dois governos acham que se a rebelião sulista aumentar, o Sudão voltará a enfrentar o mesmo risco evitado em 1972: dividir-se em dois, o que somado ao fracionamento de fato já existente no Chade, tornará o noroeste da África simplesmente explosivo. (Carlos Castilho)

ASSINE

CRÍTICA da

Informação

Você gosta de cinema, tv, rádio, jornais e revistas? Ou você está insatisfeito com o que estes meios têm apresentado ao público? De uma forma ou de outra, é necessário conhecê-los melhor. Por dentro.

Como funcionam. Qual a lógica que está por trás de seu conteúdo. Uma das maneiras de obter este entendimento é ler Crítica da Informação.

Nome:
Endereço:
CEP.: Cidade: Estado:
Data: ... / ... / ...
Assinatura:

CFA — Costa Filho Editores
Associados
R. Morgado Mateus, 579
04015 — São Paulo — SP
Fone: 572-5788

Estou enviando cheque nominal para Costa Filho Associados no valor de Cr\$ 6.600,00 para receber seis edições de Crítica da Informação a partir do nº

A esquerda já aspira ao poder

Alfonso Barrantes: nasce um líder carismático com uma proposta renovadora

Horacio Verbitsky

Ex-presidente da Federação de Estudantes e advogado sindical, 52 anos, solteiro convicto, Alfonso Barrantes Lingán assumiu em janeiro a prefeitura de Lima, e seu nome provavelmente encabeçará a fórmula da Esquerda Unida nas eleições presidenciais de março de 1985, porque, pela primeira vez desde a morte de José Carlos Mariátegui, a esquerda peruana tem um líder indiscutível.

Sua filiação marxista não o

impidiu de tomar posse do cargo fazendo o juramento sobre a Bíblia e lembrar em seu discurso inaugural o fervor cristão de sua mãe. Nesse dia, também exaltou Miguel Grau, o herói da guerra do Pacífico, e contrapôs o nacionalismo do almirante à política econômica do presidente Fernando Belaúnde Terry, que o escutava inquieto. A primeira viagem de Barrantes, como prefeito eleito, foi à Europa Ocidental, onde não perdeu a oportunidade

de se encontrar com o papa João Paulo 2º.

Quando lhe perguntam se é de Lima, responde que "não, graças a Deus". Nasceu em San Miguel de Cajamarca, onde começou sua militância no Apra (Aliança Popular Revolucionária Americana) de Haya de la Torre aos 13 anos, e conheceu pela primeira vez a prisão, ao se solidarizar junto aos seus companheiros com um professor preso por render homenagem ao indígena. Ali tomou gosto pelas metáforas religiosas, que mistura naturalmente com menções aos pais do marxismo. "O realismo político me veio através de Lênin e de São Miguel Arcanjo, que é um perseguidor do diabo", explica. E quem é o diabo? "A direita, isto é, a exploração".

Filho de um advogado aprista, se vangloria da longevidade da família. "Todos os meus adversários podem estar certos de que contarão com um discurso meu no seu enterro", brinca.

No Apra, canalizou sua inquietação antioligárquica e anti-imperialista e em 1946 viu pela primeira vez Haya de la Torre, cercado por uma multidão ao ingressar em um carro aberto rumo à fazenda Casagrande de Trujillo. "Fiquei parado, olhando essa lenda, tentando entender o fervor daquela gente por um homem. Como é que isto acontece?, me perguntava. E agora vejo



Barrantes: "A força do revolucionário está em dizer a verdade"

Beatriz Bissio



"O povo não tem dinheiro, mas tem uma grande capacidade de trabalho"

que não é muito difícil". Barrantes não nega a influência de Haya em seu estilo, mas se preocupa em deixar claro as diferenças: "Sou menos teatral, e mais didático. Não ensaio. Tenho uma característica *mariateguista* e jamais apelo à demagogia". Em 1962, em Havana, ficou observando fixamente Fidel Castro enquanto todos o aplaudiam: "Eu o observava para aprender".

É evidente que está em um momento de transição. Por momentos, sua voz calma e seu discurso ponderado são os do intelectual teórico. Porém, uma palavra, algum tema, qualquer lembrança podem transfigurá-lo e então é possível apreciar o caudilho carismático, consciente de sua liderança, que ainda o surpreende.

Sua militância aprista chegou ao fim em 1958, quando Barrantes pronunciou na Universidade de San Marcos um discurso em repúdio à presença de Richard Nixon, e o partido o expulsou de suas fileiras. "Tenho que agradecer a Nixon por isto. Ideologicamente, já não era mais aprista, mas em uma vida de luta com os companheiros se estabelecem

amizades e amores muito difíceis de abandonar".

Dois anos depois, ingressou no Partido Comunista, no qual militou até a sua divisão, em 1963. "A partir de então, sou *mariateguista*".

A relação de Barrantes com o povo é um fenômeno completamente novo na esquerda peruana. "Nesses momentos, esqueço o discurso elaborado e começo a falar como se estivessem me ditando". No ato de encerramento da campanha da "Izquierda Unida" (IU) antes das eleições municipais, essa comunicação entre o líder e a massa chegou a um clímax surpreendente. "As pessoas estavam exaltadas, gritavam, se produzia um fenômeno de identificação mais fácil de sentir do que de explicar. Percebi que faltava algo. A massa pedia. Não sabia o quê. Até que pedi que me trouxessem uma bandeira peruana. Quando a levantei na tribuna foi aquela loucura! Pe-ru, Pe-ru! Era isso que as pessoas queriam. O mesmo aconteceu quando citei Velasco".

Mas Barrantes também sabe interpretar racionalmente o episódio: "A esquerda é amaldiçoada

como antinacional. Ao ver que seus dirigentes empunham a bandeira peruana, o povo se livra de um peso, de um sentimento de culpa que lhe haviam incutido. A esquerda peruana não usava a bandeira nem cantava o hino nacional. Agora as pessoas já sabem que a esquerda assume o seu país e a sua história, que seus símbolos são os da esquerda e que estão nas melhores mãos".

Saindo às ruas de Lima com ele, pode-se perceber a dimensão de sua liderança. Sorrisos, cumprimentos, pedidos, de homens, mulheres e crianças que o cercam. "A história tem seus caprichos, e às vezes transforma alguém em um líder sem que ele tivesse se proposto a isto. No Peru, o povo tem uma tremenda necessidade de ser escutado. Esta é uma grande responsabilidade. Em vez de ficar possuído pela soberba, a gente deve se manter humilde", reflete Barrantes em voz muito baixa.

O que se segue é a entrevista que o líder da esquerda peruana concedeu a **cadernos do terceiro mundo** na casa do nosso correspondente no Peru, Rafael Roncagliolo:

Mudar de palácio

Quais são os principais problemas que vocês estão descobrindo nos primeiros meses de um governo municipal de esquerda em um país governado pela direita?

— Os problemas não estão sendo descobertos agora. Eles já eram conhecidos, mas agora se percebe melhor a sua gravidade. O problema maior é comum a todas as câmaras municipais do Peru: sua precariedade econômica que as faz depender do governo central, dependência contraditória com a autonomia que a Constituição lhes concede. Para cobrir as despesas, temos que buscar fontes de receitas próprias, mas não queremos tributar a população de Lima sem um estudo sério, já que o impasse deve ser equitativo. Tem gente que possui muito e paga pouco, e gente que tem pouco e suporta impostos altos.

Os impostos são fixados pelo Congresso ou pela Câmara Municipal?

— Depende. O imposto predial é fixado pelo Congresso. A Câmara Municipal pode aprovar apenas impostos pequenos, pouco significativos.

A limitação é também institucional, suponho. Não se pode implantar o socialismo a partir de um município.

— Por isso mesmo, descobri que a partir do Palácio Municipal não se pode fazer muita coisa. Então, temos que ganhar o outro palácio. A limitação é evidente. Na Câmara de Deputados, foi aprovada a nova lei de municípios, que estacionou ao chegar no Senado, porque alguns senadores vinculados ao capital imobiliário consideram inconstitucional um dispositivo que outorga poderes de expropriação à Câmara Municipal.

O governo municipal de Es-

querda Unida planeja expropriações em massa?

— Nem tanto assim. Não há necessidade. Mas essa prerrogativa permitiria neutralizar o tráfico da transferência de uso da terra, sistema que enriqueceu muita gente em Lima.

O sr. também está tentando conseguir apoio externo para programas sociais, como o copo de leite diário para os escolares, que fez parte de sua campanha eleitoral. Não há restrições nos países da Europa em apoiar um prefeito marxista?

— Descobrimos que não. Fomos muito bem recebidos. Em alguns organismos internacionais notamos o espanto pela falta de interesse de sucessivos governos peruanos nessa ajuda. Quando nós a solicitamos, somos bem recebidos, damos a esses organismos a oportunidade de que cumpram os propósitos para os quais foram criados.

O trabalho voluntário

Que outras medidas podem ser tomadas para enfrentar as dificuldades econômicas?

— Utilizar o apoio popular, que é a grande riqueza de um governo como o nosso. Iniciamos uma campanha pela água, contra a desidratação, e milhares de voluntários estão trabalhando aos sábados e domingos nos *pueblos jóvenes* (favelas). Recentemente realizamos uma reunião com os comitês que se formaram para conseguir água, na Câmara Municipal. Pela primeira vez, as pessoas pobres se sentavam nessas poltronas. Eu tinha medo que elas se quebrassem, mas não, o pessoal tinha cuidado, sentia que era seu governo, e que aquilo começava a ser deles também.

Se soubermos organizar essa vontade de trabalho, superaremos todas as dificuldades econômicas. Por exemplo, no projeto do copo de leite, a despesa da Câmara Municipal será mínima,

porque tudo será realizado com os clubes de mães ou as organizações populares.

As pessoas estão dispostas a trabalhar. Esse é um fator extraordinário, que eu conhecia teoricamente, mas ao ver uma aceitação e decisão tão grande do povo, às vezes me sinto desafiado, porque temos que aprender a fortalecer essas organizações. O povo quer tarefas e aí a gente descobre que o seu projeto fica pequeno diante de tanto esforço de trabalho.

Isso é o que assusta a direita. O povo não tem dinheiro, mas tem capacidade para trabalhar. Na noite em que comemoramos a vitória — conseguida sem as promessas dos candidatos da direita, mas com realismo porque não queríamos enganar ninguém — avisei à multidão reunida que íamos ter dificuldades. E as pessoas gritavam: “Com dinheiro ou sem dinheiro, contigo, sim, trabalhamos”. Isso é maravilhoso! Lênin e Mariátegui diziam que a força do revolucionário está em dizer a verdade.

Como as mobilizações estudantis e sindicais, e as ocupações de terras dos habitantes dos “pueblos jóvenes” afetam a relação do governo municipal com o governo central?

— O governo municipal se identifica com essas mobilizações na medida em que têm causa e sustentação legítima, indiscutível. E aí seguimos uma linha de confronto com a política econômica do governo central, que tem se manifestado, não só através das marchas, como exigindo a modificação dessa política. Mas algumas dessas manifestações derivam em situações incontroláveis para aqueles que as convocaram. Diante da existência de um governo de esquerda, coincidem politicamente setores da direita, que estimulam manifestações que degeneram em atos de vandalismo, e setores da ultra-esquerda.

Quais são esses setores da ultraesquerda?

— O Sendero Luminoso e alguns grupos trotsquistas. Assumimos o governo municipal e na semana seguinte ocorreram invasões de terras, de algumas propriedades. A direita responsabilizou o governo municipal, esquecendo que a cada mudança do governo central aconteceram invasões. Na época do general Velasco o resultado das invasões foi a implantação de Villa El Salvador. Durante o primeiro governo de Belaúnde apareceram as favelas Víctor Andrés Belaúnde e Villa Violeta. Outras invasões voltaram a acontecer em seu segundo governo. Mas a direita afirma que com a esquerda vem a desordem e o ataque à propriedade privada.

Tem que se marcar a diferença entre a necessidade legítima daqueles que precisam de um teto, e os interesses da direita, da ultraesquerda e dos traficantes de terra, que coincidem. Quando a terra invadida é do Estado, o problema se resolve com facilidade, mas se complica quando se trata de propriedade privada. Além disso, se acrescenta um fato, simultâneo mas com causa diferente, que é a ocupação de fábricas, depósitos ou terrenos abandonados de empresas que foram à falência sem pagar os tributos sociais a seus trabalhadores, os quais tentam, assim, garantir seus direitos já conquistados. É uma invasão, mas de natureza diferente.

Socialismo e disciplina

Ser parte do Estado implica um compromisso com a ordem pública, e ser de esquerda implica se solidarizar com as legítimas reivindicações expressas nas mobilizações. Por qual estreita vereda se pode transitar nesta questão tão contraditória?

— Com o povo que temos, não trilhamos uma vereda, pois a massa ficaria espremida. Não

cabemos. É longo o caminho pelo qual transita a Esquerda Unida com o apoio popular. Não vamos fazer um governo de caos e indisciplina. O socialismo implica uma disciplina, diferente mas efetiva, um esforço permanente de organização e de elevação de consciência. E também há uma contradição interna. A esquerda peruana ainda não amadureceu o suficiente, embora em alguns aspectos esteja mais madura que as esquerdas de outros países latino-americanos, onde ainda não se realizou o esforço unitário. Mas ainda subsistem correntes imaturas que consideram que o governo municipal deve se jogar “de cabeça” nessas mobilizações.

Nós pensamos que se deve apoiar, defender este governo municipal na medida em que a partir dele, e com todas as limitações que existem, seja possível servir à comunidade: distribui-

ções de terras, educação sanitária, programas de alfabetização, e o que é mais importante, um processo de organização de todos os pobres da cidade para enfrentarem melhor as suas dificuldades e exigir de quem compete que contribua com os recursos suficientes para solucionar os problemas.

Isto não vai contra as mobilizações populares, que são uma forma necessária de aprendizagem política. A contradição só se dá na cabeça de alguns companheiros.

Esquerda Unida, mais do que um somatório

É longo o caminho que conduz de um Palácio a outro?

— A distância é curta, mas o problema está na distância política. A esquerda avançou muito nos últimos anos, mas essa fren-



“São as massas que escolhem o líder, além e acima da estrutura orgânica”

te que ainda é a Esquerda Unida se ressentida de uma certa debilidade de organização. Ainda não temos comitês em todo o país. A Esquerda Unida foi um acerto histórico dos partidos que a fundaram, em dezembro de 1980, para superar a atomização anterior. Em outubro lançamos nossa candidatura e em novembro se realizaram as eleições. Em Lima, obtivemos 25% dos votos, um respaldo superior ao que esperávamos. As cifras das eleições de novembro de 1980 mostraram que a Esquerda Unida era mais do que a simples somatória dos partidos que a integravam. O que fazer então com aqueles que nos apoiavam mas não estavam integrados nos partidos? Tínhamos que organizá-los e incorporá-los, iniciativa à qual, num primeiro momento, todos os partidos se opuseram. Fui de liderança em liderança discutir o assunto, e perdemos muito tempo. Só em março de 1983 os partidos decidiram por unanimidade a incorporação orgânica desse grande contingente e começaram a instrumentalizar os comitês distritais.

Os partidos têm um espaço garantido. Por isso, se aprovou que na direção de cada comitê distrital haja um representante de todos os partidos que trabalham nesse distrito. Mas também se incorporaram os outros, aqueles que alguns costumam chamar de independentes, embora nós não o sejamos nem nos agrade essa denominação.

Como se autodefinem então?

— Somos militantes da Esquerda Unida, e antes de existir a IU, militantes da revolução peruana, ou do futuro e grande partido da revolução peruana.

A organização e a liderança

O surgimento de um líder carismático como o sr., na Esquerda Unida mas acima dos parti-

dos, coloca a esquerda latino-americana pela primeira vez desde a morte de Salvador Allende na possibilidade de chegar ao poder pela via eleitoral. A direita não ficará de braços cruzados esperando a vitória da IU nem aplaudirá a passagem de Barrantes de um Palácio para outro. O que é preciso para enfrentar a sua previsível reação?

— Fundamentalmente, organização. Em 1980 as massas expressaram sua simpatia pela esquerda e a questão era transformá-la em confiança. Em 1983 as massas já confiaram, porque a esquerda tinha um nível orgânico através do qual os setores populares se expressavam com muitas deficiências.

O povo escolhe seus dirigentes através desses comitês. Mas um líder não se escolhe, são as massas que decidem, além e acima da estrutura orgânica. Eu posso deixar a presidência da IU em qualquer momento, mas a outra posição não posso deixar, me foi concedida, não sei até quando. A maioria dos militantes não é contra a estrutura partidária, mas seu grande sonho é criar um grande movimento. Se você fizer uma pesquisa de opinião e perguntar à classe operária, ao povo, quantos partidos compõem a IU, felizmente eles não sabem, não decoraram.

Nas direções dos comitês distritais se percebe uma maior presença dos equivocadamente chamados independentes, que não têm militância nos partidos.

Mas qual é a situação atual do ponto de vista organizativo?

— Ganhamos as eleições, as coisas estão tranquilas agora, e novamente se avança muito lentamente no trabalho orgânico. As eleições presidenciais e legislativas estão aí e já deveríamos contar com a estrutura orgânica para que não se repita o mesmo problema. A grande missão na qual estamos empenhados é reajustar, organizar, de modo que

esse vendaval eleitoral não ponha em perigo a unidade.

O Apra e suas tendências internas

Falemos de outra grande força do Peru, o Apra, e dos setores com capacidade para influenciar o processo político, as forças armadas e o Sendero Luminoso.

— O Apra sempre teve em seu seio tendências, que a personalidade política de Haya escondia, mas que afloraram com a sua morte. Há setores que buscam pontos em comum com a esquerda revolucionária e outros que mantêm uma posição anticomunista muito forte, por convicção e para conseguir um "atestado de bom comportamento" diante da ultra-direita e das forças armadas. A tendência que venceu é a de direita, reformista, anticomunista.

Encabeçada por Alan García.

— As massas apristas viram nele uma ressurreição do movimento, e a possibilidade longamente acalentada de chegar ao governo. Eu penso que essa recuperação orgânica e mística do Apra constitui seu canto do cisne. Aqui acaba o Apra, mesmo que chegue ao governo.

Acha isso possível?

— É duvidoso. A última reportagem dos resultados de Lima indica que a Esquerda Unida obteve 42% dos votos.

Não eram 37%?

— Há uns 5% a mais que não foram computados.

Como é possível isso?

— Na cédula única de votação apareciam os nomes e os símbolos de todos os partidos, e o eleitor marcava o de sua preferência. Além do da Esquerda Unida, com sua bandeira como símbolo, também apareciam os símbolos de vários partidos da Esquerda Unida, que apresentaram os mes-

mos candidatos da Esquerda Unida: a espiga de milho do Focep, a tocha do Unir, a árvore da UDP. Somando os votos ganhos por esses partidos — que são votos da Esquerda Unida ainda que não fossem reconhecidos formalmente como tais — chegamos aos 42%. Há inclusive dois distritos de Huancayo onde a Esquerda Unida ganhou, embora não tivesse candidato. A massa popular não pensava em nomes, votava pela unidade. Isso é o mais extraordinário.

Nós temos procurado pontos em comum com o Apra a nível parlamentar, a nível da classe operária, de governos municipais, tentando superar a longa história de anticomunismo do Apra e de antiaprimismo da esquerda revolucionária. Na primeira vez que essas forças estiveram juntas, na Assembléia Constituinte de 1980, nem se cumprimentavam. Eu fui aprista, eu passei pela minha idade da pedra também, e isso me permitiu manter amizades com vários dirigentes, o que contribuiu para sentarmos à mesma mesa. Ao fim da Assembléia Constituinte, descobrimos que havia sido um erro não haver trocado opiniões desde o princípio, o que teria permitido elaborarmos uma Constituição melhor.

É interessante lembrar que pouco antes das eleições constituintes, Armando Villanueva¹ falou comigo, com autorização de Haya de la Torre para solicitar um trabalho coordenado do Apra com os constituintes da esquerda. Este é um antecedente de Villanueva na procura de coincidências com a esquerda.

Outra questão a se colocar é em que medida o Apra conseguiu neutralizar o antiaprimismo das forças armadas e até que

ponto ele não continua assustando a direita, apesar de Alan García. A direita podia se entender com o Apra de Haya, pois ele tinha o poder de guiar as suas bases para a direita, para esquerda, para trás ou para frente. E isso

depois de novembro de 1983 a esquerda não é a mesma. É por isso que alguns setores da esquerda mantêm muito boas relações com comandantes e oficiais das forças armadas. E há pontos de coincidência reais.



José Carlos Mariátegui: "Peruanizar o Peru"

Alan García não pode fazer. Então, não há a certeza de que ele não possa ser superado pelos setores chamados progressistas, dentro do Apra.

As forças armadas e a esquerda revolucionária

E a posição das forças armadas diante da Esquerda Unida?

— Até há algum tempo prevalecia em grande parte dos setores da esquerda uma posição dogmática de rejeição cega às forças armadas, que nos últimos anos tem sido reexaminada. Curiosamente, não durante a primeira fase do governo militar,² mas sim depois.

Quando começaram a sentir saudade da primeira fase...

— Quando se percebeu que a segunda fase era a contra-reforma. Depois de 1968, as forças armadas não são mais as mesmas, e

Por exemplo?

— A defesa da soberania nacional. Convidaram-me a dar uma palestra no Centro de Altos Estudos Militares (Caem), onde falei sobre a defesa da soberania nacional, a defesa da integridade territorial, que está a cargo das forças armadas. A maioria dos seus membros tem uma origem bem popular, e em situações trágicas como a guerra com um dos nossos vizinhos, o povo vestiu o uniforme, formou milícias e juntou-se ao exército para defender o território. Enquanto isso a oligarquia não formou um só regimento para defender a soberania do país.

Mas defender a soberania na-

² Conhece-se como "primeira fase" do governo militar a que corresponde ao período do general Velasco Alvarado (1968-1975) e "segunda fase" a do general Morales Bermúdez, que derrubou Velasco.

¹ Dirigente da tendência progressista do Apra que recentemente perdeu internamente para a linha encaçada por Alan García.

cional não é somente preservar a integridade territorial, mas também a defesa das riquezas nacionais. E também neste ponto concordamos com as forças armadas porque não foram elas que entregaram o nosso petróleo às transnacionais. Inclusive há estudos das forças armadas criticando os contratos, em uma afirmação de verdadeiro nacionalismo. Como sinteticamente afirmou Mariátegui, trata-se de peruanizar o Peru. Queremos que este país seja realmente peruano, e amplos setores do exército estão nessa mesma linha. É claro que existe um velho sentimento de ódio e medo às forças revolucionárias, comunistas, marxistas. Ao afirmar que seguimos o caminho traçado por Mariátegui deixamos evidente que procuramos um governo não-alinhado. Seguir orientações de terceiros é o que existe de menos revolucionário, é contra-revolucionário. Mesmo que quisermos seguir a linha chinesa, não conseguiremos, como também não o conseguirá o Sendero. Na China continua sendo válida a tese de ir do campo para a cidade, porque de 100 chineses 70 ainda vivem no campo. No Peru, é justamente o contrário. A grande marcha teria que ser da cidade para o campo, e vamos fazê-la para recuperar a economia agrária do país.

O que vão dizer os outros setores das forças armadas quando começar essa grande marcha?

— Muitos que vieram do interior terão que voltar ao campo para respirar ar puro e ajudar a desenvolver a economia agrária. Não receio que diante da decisão popular as forças armadas resolvam se opor. Algumas pessoas bem que gostariam que elas o tivessem feito já por causa dos resultados eleitorais de novembro. Os altos comandos disseram que respeitavam a vontade popular. Claro que os anticomunistas disseram: “Bem, eles não interferiram porque se trata de um go-

verno municipal, e não de um governo central”. Em última instância, só a prática dirá o que vai acontecer.

“O Sendero se parece com o governo”

Falemos do Sendero

— Suas ações terroristas não despertam nenhuma simpatia. São dogmáticos e orgulhosos. Não apenas se consideram os únicos revolucionários do Peru, mas do mundo.

Vendo as pichações escritas em um mau castelhano pelo Sendero, parece a primeira guerrilha andina da América. Que importância o sr. atribui a esse fato?

— Em primeiro lugar, não a qualificaria como guerrilha. A guerrilha tem uma concepção muito clara de seus objetivos, procura acumular forças e assume responsabilidades as ações que realiza. Os poucos documentos do Sendero não demonstram clareza de objetivos e tampouco uma aspiração à acumulação de força. Acusam todas as forças de esquerda de serem reformistas. Eles se parecem com o governo. São orgulhosos e não querem dialogar com ninguém e se algum dia o fizessem, aconteceria o mesmo que com o governo: não escutariam a outra parte.

O Sendero tem uma posição anticapitalista totalmente irracional. Acredita que vence o capitalismo destruindo as instalações da Universidade de Huamanga e matando todo o gado porque é de origem capitalista. Há, além disso, uma exacerbação de seu sentimento antiurbano, que dá muito peso à questão do camponês.

Nunca dizem quais foram as ações que eles fizeram. Não se sabe se as torres de energia de Lima, por exemplo, foram explodidas pelo Sendero ou por outro grupo. Porém há algumas coincidências significativas. O governo precisa aumentar o preço da ga-

solina e *pum!*: as torres voam. São então suspensas as garantias individuais, os preços aumentam, as pessoas ficam impressionadas com a falta de luz — isso é o que vemos nos jornais — e entretanto se consolida uma política econômica antipopular.

Durante a campanha eleitoral, fizemos uma distinção categórica entre nós e o Sendero, e o povo votou em nós sabendo que esses votos eram também contra o Sendero. Portanto, nas eleições derrotamos o governo, o reformismo aprista e o Sendero.

Como o presidente Barrantes enfrentaria o fenômeno Sendero?

— Para fazer esta pergunta ao presidente Barrantes, deve-se esperar que ele seja candidato, se é que vai se candidatar, e depois, ver se ele chega à presidência.

E o sr. vai se candidatar?

— Só Deus sabe.

Se fosse candidato e presidente, como enfrentaria o Sendero?

— Essas são antecipações muito perigosas.

Mas o sr. sabe que é um problema pendente...

— Ah, claro...

E nada pequeno...

— Muito mais sério que o problema do lixo ou dos camelôs na cidade de Lima.

A existência de uma IU em condições de aspirar ao poder está relacionada com o processo desencadeado pelo general Velasco Alvarado em 1968?

— Sem dúvida. No país se produziu uma mudança substancial. A esquerda admite, por experiência concreta, que há setores progressistas dentro das forças armadas, e a direita e a oligarquia sabem que os militares já não são mais um instrumento que eles podem manejar à sua vontade para defender os seus interesses.

Sete meses decisivos

A libertação do general Líber Seregni dinamiza um processo de transição cheio de contradições e desafios, mas que poderá conduzir o país à convivência democrática

Micaela Ramada

Faltam sete meses para a anunciada eleição de 25 de novembro no Uruguai. Meses nos quais será posta à prova a capacidade de negociação, a sabedoria política, a flexibilidade tática e a firmeza estratégica das correntes oposicionistas uruguaias. Um fato em particular demonstrou que os militares estão dando sinais de desgato e que — por trás de sua aparente dureza e intransigência — sentem a necessidade de negociar uma saída “honrosa” antes de perder totalmente o controle da situação: a libertação do general Líber Seregni.

A libertação do presidente da Frente Ampla — considerado o preso de consciência mais importante da América Latina — era uma das reivindicações da oposição uruguia, junto com a reabilitação de todos os dirigentes e partidos políticos e a realização de eleições livres, no quadro da Constituição aprovada em 1967.

Apesar de constituir uma vitória em si mesma, a libertação de Seregni não acarretou a recuperação dos direitos políticos do dirigente da esquerda uruguia, que somente os recuperará em 1986.

Mesmo com essa limitação que o impede de votar e ser votado, Seregni poderá desenvolver atividades políticas e para muitos

analistas poderá se transformar em uma das pilastras nas quais se apoiará a saída democrática. Assim se expressou, por exemplo, o secretário-geral do Partido Colorado, Julio María Sanguinetti, virtual candidato à presidência da República por esse grupo político: “Se Seregni administrar com espírito patriótico esse imenso capital que acumulou (...), o país pode ter aí, sem dúvida, uma das pilastras mais importantes de sua saída democrática”, declarou o dirigente *colorado*.

Muitos concordam com o

ponto de vista de Sanguinetti, pois Seregni, com a coerência e a dignidade demonstradas nos oito anos de prisão, transformou-se em uma personalidade com uma força moral capaz de se impor acima de divisões partidárias. E porque se trata de um dos oficiais mais brilhantes das forças armadas uruguaias, que conhece os quartéis por dentro, como chefe militar e como preso político. Por tudo isso, Seregni poderá se converter em um ponto de referência e mesmo em um pólo aglutinador das forças que lutam a partir de diferentes trincheiras contra as tentativas de alguns setores militares, que visam escamotear ou parcializar o retorno à democracia.

Polêmicas na oposição

Nesses meses decisivos, a luta se apresenta no Uruguai em dois níveis. Por um lado, entre as forças políticas e o regime militar. Nesse caso, o divisor de águas é nítido: toda a sociedade civil reivindica a restauração da democracia e a volta dos militares a suas funções constitucionais. Mas, pela forma em que o processo foi se desenvolvendo — definido por um cronograma dos próprios militares para desembo-



O general Seregni acena para a multidão, logo após a sua libertação

car nas eleições gerais previstas para 25 de novembro deste ano — as forças já autorizadas a funcionar (o Partido Blanco, o Partido Colorado e a pequena União Cívica) estão atuando também em função do que poderia ser descrito como uma campanha eleitoral prematura, que começa a refletir, no fundo, o quanto cada setor está disposto a ceder às exigências dos militares.

Nesse caso, rivalidades e contradições que refletem opções político-ideológicas dos diferentes partidos se sobrepõem, às vezes, à unidade da frente política. E até nuances dentro de cada um dos agrupamentos políticos, principalmente no caso dos chamados partidos tradicionais do Uruguai (Blanco e Colorado) que abrangem uma ampla gama de tendências, da direita aos liberais, e inclusive expressões nitidamente progressistas.

Um reflexo dessas contradições foi a acirrada polêmica levada a cabo através dos semanários que são porta-vozes de cada um de seus agrupamentos, pelos dirigentes *colorados* Enrique Tarigo (virtual candidato à vice-presidência na chapa com Sanguinetti e diretor do semanário *Opinar*) e Manuel Flores Silva (líder do setor mais progressista do Partido e diretor do semanário *Jaque*). O cerne da polêmica era, justamente, como e quanto negociar com os militares. Tarigo assumiu uma posição que alguns consideram “pragmática”, a partir de sua convicção de que as forças armadas não aceitarão duas exigências da oposição: a reabilitação do líder *blanco* Wilson Ferreira Aldunate e a legalização do Partido Comunista. Tarigo propõe aceitar essa posição e participar das eleições, de qualquer maneira. Flores Silva, em compensação, evocando uma série de conquistas do movimento popular e reforçando seu raciocínio com a decisão dos militares de libertar o general Seregni, chama de “derrotistas” aos que, de ante-



Julio M. Sanguinetti



Cel. Federico Silva Ledesma



Gregorio Alvarez, visto por Ugo

mão, como Tarigo, segundo ele, renunciam a uma atitude firme. O diretor de *Jaque* expressa que essas questões consideradas por ele como “de princípios” não podem ser negociadas.

A polêmica é ampla e dela também participaram dirigentes *blancos*. Mas nas fileiras nacionalistas (*blancas*) as opiniões também não são unânimes. E estão sendo analisadas diferentes opções e atitudes a serem adotadas diante de diferentes eventualidades que poderão se apresentar daqui até o próximo mês de novembro. Versões jornalísticas falam de propostas variadas que iriam da simples abstenção de participar do pleito (se Ferreira não for reabilitado) à proposta de uma fórmula que — segundo os jornalistas — levaria a “brasileirar” o processo uruguaio: as eleições de novembro seriam parciais e não se disputaria a presidência da República, que passaria a ser votada num sistema indireto, com um colégio eleitoral, em data a ser marcada.

Possivelmente, muitas dessas opções não passem de meras especulações num país em que, ainda, muitas vezes os rumores se impõem aos fatos, já que as atividades políticas continuam legalmente proibidas e a imprensa não pode informar sobre as mesmas.

Posição ambígua dos militares

A incerteza e a expectativa nos meios políticos cresce na medida em que a data das eleições se aproxima e continua a indefinição dos dirigentes militares “do processo”, como é conhecido no Uruguai o regime “de fato” instalado em 1973.

No fim de março, o vice-almirante Rodolfo Invidio declarou — depois de manter conversações com os políticos — que as forças armadas continuam preferindo que as eleições sejam realizadas a 25 de novembro, como estabelece o cronograma por elas propos-

to. Mas observou que isso só será possível se se chegar a um acordo com as forças políticas, num diálogo que — ao menos formalmente — continua suspenso desde julho de 1983. O que está em jogo, portanto, não é somente a participação ou não de todos os políticos e todos os partidos.

Os militares insistem ainda — e não está claro que sucesso obterão — em alguns pontos dos que formam sua plataforma para se projetarem politicamente no governo que surgir das urnas: 1) a institucionalização de um órgão militar que exerceria as funções de “assessor” da Presidência para questões consideradas de segurança nacional; 2) a nomeação dos respectivos comandos por parte de cada uma das três armas; 3) a possibilidade de decretar o “estado de emergência”; 4) a não reabilitação de Wilson Ferreira e 5) a não legalização do Partido Comunista. Compreensivelmente, as forças políticas rejeitam esses condicionamentos que limitariam o poder do presidente e do Congresso, embora haja sintomas de que ambas as partes estariam procurando chegar a um acordo que amenizaria, finalmente, as exigências dos militares. Até que ponto as forças políticas e os dirigentes militares possam ceder é uma questão a ser elucidada. Justamente, é nesse ponto nevrálgico que estão concentradas atualmente as negociações, instrumentadas de forma sigilosa por representantes dos partidos autorizados.

Para muitos analistas, entre tantas incertezas, haveria a esta altura uma coisa clara: que o projeto continuísta do general Gregorio Alvarez (que aspirava a ter seu mandato prorrogado por alguns anos, rompendo o cronograma) teria ficado sepultado pelo desequilíbrio entre as ambições e a força militar real do candidato.

Uma das últimas cartadas de Alvarez era sua visita ao Brasil. O presidente uruguaio fez o possí-

Christian Poveda/Sipa



Os “panelaços” são uma forma maciça de protesto dos uruguaios

vel para obter de seu homólogo brasileiro, João Figueiredo, sinais de apoio a seu projeto continuísta ou de reconhecimento aos supostos avanços democráticos impulsionados por ele.

Contudo, tanto a nível do Palácio do Planalto como da chancelaria, a recepção foi fria e nos limites do estritamente protocolar, conforme foi registrado pela imprensa durante os dias em que o general Alvarez esteve em Brasília. Isso a nível oficial, porque a oposição brasileira não aceitou sequer cumprir com o mínimo de atenções que o protocolo determina. Todos os partidos de oposição assinaram uma nota de repúdio à visita de Gregorio Alvarez e não participaram de nenhuma das cerimônias realizadas em Brasília.

Não só o presidente uruguaio não conseguiu colher os frutos esperados no Brasil, como é fácil observar um fato significativo: poucos dias depois do retorno de Alvarez a Montevidéu, os advo-

gados do general Seregni foram chamados ao Supremo Tribunal Militar para uma comunicação ansiosamente esperada, mas que nem por isso deixou de ser surpreendente: Seregni seria submetido em breve a julgamento de segunda instância (pois estava somente condenado em primeira instância) para proceder à sua libertação.

A decisão ocorria no quadro de uma crescente campanha internacional pela libertação do presidente da Frente Ampla que incluiu, entre outras, gestões pessoais dos presidentes da Bolívia, Siles Zuazo, e da França, François Mitterrand; do primeiro-ministro espanhol Felipe González e da Suécia, Olof Palme. E pouco depois da apresentação de um pedido de habeas corpus em seu favor, por parte de todos os setores políticos uruguaios. Mas é notório que essas gestões já estavam encaminhadas há muito tempo e que nunca mereceram sequer uma resposta por parte



A sede do Parlamento: a 25 de novembro serão eleitos senadores e deputados pela primeira vez em uma década

do governo uruguaio, como também não a mereceu o recurso de habeas corpus internacional com assinaturas de personalidades de todo mundo que o ex-senador brasileiro Paulo Brossard entregou pessoalmente ao presidente do Supremo Tribunal Militar uruguaio, coronel Silva Ledesma, em agosto de 1982.

A transição

Embora, salvo a libertação de Seregni, não hajam ocorrido fatos políticos concretos que demonstrem uma vontade de negociação por parte da hierarquia militar, também não houve demonstrações de força que indiquem que as forças armadas vão responder com mão de ferro aos avanços democráticos do povo uruguaio, como o fizeram na década passada.

Favorecida por essa relativa liberdade de imprensa, a opinião pública uruguaia dá sinais de interpretar o presente como um período de transição, ou antes, como o fim de uma etapa que cai sob o peso de seu próprio fracasso. Contribuem para esse clima de distensão, medidas liberalizantes no campo das artes e da cultura em geral, como a autorização de difusão de canções proibidas do grupo folclórico *Los Olimareños*, cujos integran-

tes estão no exílio, ou do também exilado cantor popular Alfredo Zitarrosa; a discussão pública sobre os desaparecidos — assunto tabu até poucos meses atrás — a inclusão na imprensa de reportagens com exilados, a publicação de uma coluna semanal do escritor Mario Benedetti em um dos semanários da oposição (apesar de os livros de Benedetti continuarem formalmente proibidos) e a liberação de vários filmes censurados na última década, como a produção argentina *Quebracho* e alguns curtas-metragens como *En la selva hay mucho por hacer*, realizado por um cineasta uruguaio exilado e baseado num conto do preso político Mauricio Gatti, escrito para sua filha.

Utilizando palavras do próprio Benedetti, no Uruguai está para começar o “desexílio”. Contribuem para isso pequenos fatores e os avanços a nível de resistência popular, assim como o desgaste do regime, mais que as próprias decisões ou desejos da cúpula militar dirigente, que nunca admitiu a existência de exilados nem de presos políticos, afirmando que o que existem são delinquentes comuns que estão presos ou foragidos.

A nível da superestrutura, tudo é indefinição. No final de março, os militares acabaram ra-

tificando a realização das eleições a 25 de novembro, de qualquer maneira, porém continuam incertas as regras de jogo que regerão o pleito. Mas nos centros de trabalho, nos locais de ensino, nas estruturas políticas, nos bairros, nos meios de comunicação, observa-se uma consolidação das conquistas democráticas, um avanço organizativo, o aperfeiçoamento dos métodos de resistência e uma certeza: que o processo de recuperação democrática não volta atrás. Essa auto-confiança descansa em parte nas demonstrações de força que o movimento popular deu reiteradamente e que teve dois pontos culminantes: a demonstração maciça de 27 de novembro de 1983, quando mais de 400 mil pessoas se reuniram para exigir o retorno à democracia, e a greve cívica de 18 de janeiro deste ano, que paralisou a atividade na capital e no interior com níveis de adesão que ultrapassaram, inclusive, os da greve geral deflagrada em junho de 1973, para resistir ao golpe de estado. A paralisação de janeiro determinou a decisão do governo de ilegalizar o Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT), apesar do quê, seus dirigentes continuaram em atividade e não foram presos.

A enquete Gallup

A libertação do general Seregni e a mobilização popular tornam a colocar a discussão sobre a vigência da esquerda uruguaia como uma verdadeira opção política. Nas últimas eleições, realizadas em 1971, a esquerda participou agrupada na Frente Ampla, com o general Seregni como candidato à Presidência da República. Obteve na ocasião 18% dos votos e ficou em segundo lugar na capital, onde Seregni foi individualmente o candidato mais votado.

Durante a década de governo militar, a esquerda sofreu duros

golpes, não só por ter perdido a legalidade, mas porque pertencem a ela a maior parte dos exilados, presos, desaparecidos, assassinados e torturados. Inclusive agora, a sete meses das eleições, nenhum dos partidos que formaram a Frente Ampla reconquistou seu direito à atividade legal.

É muito difícil saber qual é a correlação de forças no Uruguai de hoje, mas a incipiente atividade política permite vislumbrar que a década de obscurantismo não mudou substancialmente o espectro político, mantendo a vigência dos dois grandes partidos tradicionais e da esquerda.

A mais recente enquete da Gallup, realizada em janeiro passado em Montevideu, reflete a insatisfação no desempenho dos partidos tradicionais (os únicos com atividade legal): 26% dos entrevistados manifestaram não simpatizar nem com os *blancos* nem com os *colorados* (sem contar os 6% que se negaram a responder). Contudo, eles dividem ainda as preferências do eleitorado com algumas diferenças, dependendo da idade dos entrevistados ou de sua classe social.

Divulgados os resultados da Gallup, alguns dirigentes políticos oposicionistas manifestaram em Montevideu que esses 26% dos descontentes com os partidos tradicionais podem ser um bom ponto de partida para a Frente Ampla quando a esquerda puder atuar legalmente. Alguns mais otimistas calculam que se poderá chegar a repetir no Uruguai o fenômeno do Peru, onde a Esquerda Unida (IU) conquistou a prefeitura de Lima nas últimas eleições. É claro que para se chegar até lá, ainda terão que se cumprir várias etapas: a legalização da Frente Ampla e a realização de eleições realmente livres.

O futuro imediato

Com a libertação do general Seregni, resta por definir no fu-

1984 - Abril - no. 65



A restituição dos direitos políticos a Wilson Ferreira (ao lado) está no centro da discussão. O povo exige eleições livres e anistia (abaixo)



turo imediato o caso do ex-senador Wilson Ferreira Aldunate, proclamado candidato à presidência da República, que apesar de não ter recebido nenhum sinal dos militares, declarou na Espanha que retornaria ao país antes de maio. Se o governo cometer uma violência com Ferreira, impedindo seu desembarque, prendendo-o, ou lhe permitindo voltar mas mantendo os seus direitos políticos suspensos, poderá criar uma crise que desestabilize os canais pelos quais avança o tímido processo de abertura, além de isolar ainda mais o regime no campo internacional.

É isso não se deve somente à grande popularidade do dirigente

blanco exilado, mas decorre do fato de que para grandes setores de opinião pública, a participação ou não de Wilson Ferreira nas eleições será um divisor de águas entre uma verdadeira eleição ou uma farsa eleitoral tendente a legitimar a continuidade do regime.

A indefinição e a tática de "ganhar tempo" pôde ser útil para os dirigentes do "processo" na etapa inicial da abertura, quando o povo não tinha conquistado ainda as ruas. Hoje, e daqui por diante, pode ser uma arma de dois gumes, que acabe por deixar os militares sem a saída que eles querem escamotear a seus conterrâneos. ●

Um quarto de século de desencontros

Depois de resistir às pressões de seis presidentes norte-americanos, Fidel Castro também não cede diante da prepotência de Ronald Reagan

Ash Narain Roy

Nenhum aspecto da política dos Estados Unidos para o hemisfério tem sido mais estático que sua postura diante da revolução cubana.

Conter a revolução de Fidel Castro, impedir sua repetição em outras partes do continente, isolá-la política e economicamente do hemisfério ocidental e enfraquecer seus laços com a URSS foram os objetivos de Washington nos últimos 25 anos. Segundo William M. Leogrande, da Universidade Americana de Washington, "os presidentes Eisenhower e Kennedy tentaram

derrubar o presidente Fidel Castro, os presidentes Johnson e Nixon trataram de cercá-lo através do embargo econômico e de ações clandestinas, e os presidentes Ford e Carter procuraram convencê-lo a abandonar sua política com a isca da normalização das relações. Todos eles fracassaram. Depois de ter resistido às pressões dos seis presidentes, o chefe de Estado cubano também não será dominado pelo atual presidente Reagan.

No início da década dos 70, os ideólogos da política externa norte-americana reexaminaram

sua posição a respeito de Cuba. Graças ao surgimento do processo de distensão entre as duas superpotências mundiais, a administração norte-americana foi obrigada a moderar sua posição, até então extremamente hostil com relação a Havana. Alguns parlamentares, grupos eclesiais e empresariais, assim como intelectuais destacados, começaram a questionar a insensatez governamental de manter uma linha dura com Cuba, enquanto eram normalizadas as relações com a União Soviética e com a República Popular da China.

O governo de Gerald Ford tomou algumas iniciativas nesse sentido, levantando a proibição de exportar para Cuba produtos de filiais de companhias norte-americanas e permitindo a países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) que atenuassem suas sanções contra Cuba. O governo cubano também correspondeu convidando alguns membros do Congresso norte-americano a visitar a ilha, libertando vários presos desse país e devolvendo dois milhões de dólares que a companhia aérea *Southern Airways* dos Estados Unidos havia pago a três sequestradores a título de resgate.

Por motivos eleitorais, Ford abandonou esse processo de aproximação com Cuba, questionando a solidariedade do governo de Castro com o povo portorriquenho, e solicitando a retirada das tropas cubanas de Angola.

Durante a administração Carter, foram criadas condições para a normalização de relações entre Havana e Washington. Carter suspendeu a restrição que impedia os norte-americanos de viajar a Cuba, assinou um acordo pesqueiro e marítimo com o governo revolucionário e suspendeu os vãos de reconhecimento sobre território cubano. Por sua vez, o governo de Cuba libertou quatro mil presos políticos, incluindo alguns cidadãos norte-americanos, iniciou o diálogo com repre-



Fidel disse à *Newsweek* que desde 1959 nunca rejeitou o diálogo com os EUA

sentantes da comunidade de exilados, apresentou planos para a reunificação da família cubana e facilitou algumas atividades esportivas e culturais com a participação norte-americana.

Como resultados dessas iniciativas, foram estabelecidas as "seções de interesse" em Havana e Washington, o que significou um passo concreto na normalização das relações diplomáticas cubano-norte-americanas.

Esse breve período de distensão foi interrompido pelas pressões direitistas sobre Carter, particularmente após o envio de soldados cubanos ao Chifre da África (Etiópia). No fim do governo Carter, voltou mais uma vez o clima de guerra fria entre ambos os países. Os Estados Unidos retomaram os vôos de espionagem sobre a ilha e autorizaram a criação da Força de Deslocamento Rápida, com base em Cayo Hueso, na Flórida.

A ofensiva reaganiana

A eleição do presidente Reagan para a Casa Branca e a inten-



Carter: normalizar as relações

Sven Simon

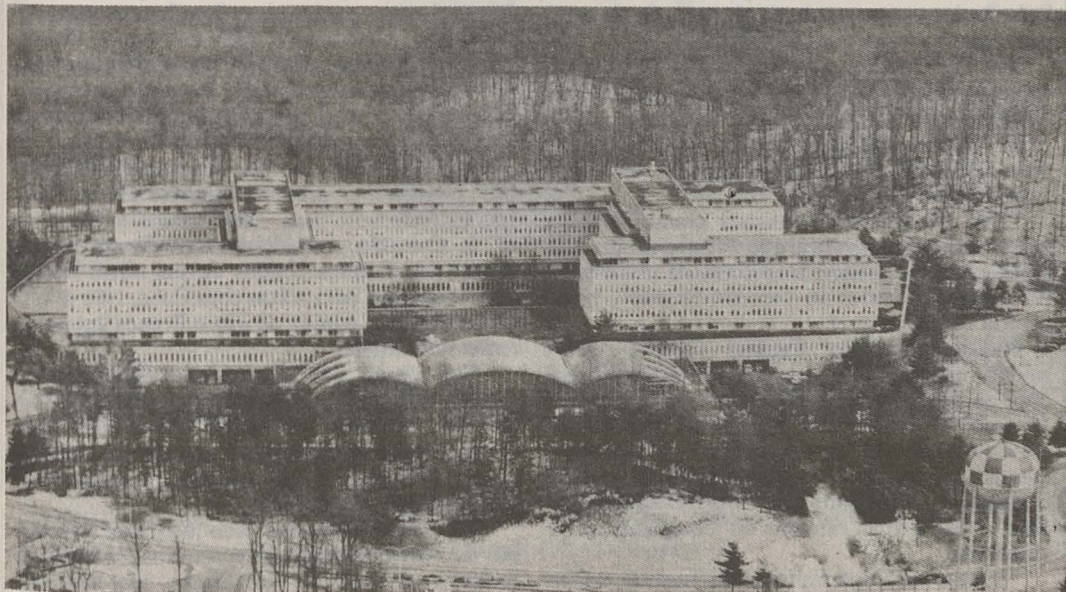


Reagan: voltar ao confronto

Avan Oweley/Camera Press

sificação da guerra civil em El Salvador, a qual, segundo os porta-vozes de Washington estaria sendo "apoiada pelos cubanos", deterioraram mais ainda as relações cubano-norte-americanas. No começo de sua administração, Ronald Reagan adotou uma linha dura em relação a Cuba, sustentando que a "subversão cubano-soviética" era a causa principal da agitação política na América Central, tendente a derubar governos moderados e conservadores e substituí-los por regimes "totalitários".

Baseada nessa tese da "subversão comunista", a administração Reagan passou à ofensiva militar, econômica, diplomática e política contra Cuba. O "Plano Haig", divulgado em abril de 1981, apresentou uma série de medidas contra a ilha. Entre as possíveis medidas, estavam o bloqueio naval e a invasão direta à ilha. Posteriormente, em dezembro de 1981, o Departamento de Estado norte-americano publicou o chamado mini-"Livro Branco", intitulado *Cuban Covert Activities in Latin America*, que acusou o governo de Havana de "proporcionar trei-



Sede da CIA em Washington: aí, há 25 anos, vêm sendo organizadas todas as manobras dos EUA contra Cuba

namento, asilo territorial, facilidades de comunicação e apoio financeiro aos movimentos guerrilheiros na América Latina". Atacou também o governo cubano por seu apoio militar aos "elementos marxistas-leninistas da Nicarágua" e por "desestabilizar" os governos centro-americanos com o fim de estender sua influência na América Latina e no Caribe".

Em termos econômicos, o governo Reagan anunciou o plano de reforçar o embargo econômico contra Cuba com o objetivo de deter o fluxo ilegal de produtos norte-americanos ao mercado cubano, através de terceiros

países. Em maio de 1981, o Departamento do Tesouro ordenou o bloqueio da distribuição de revistas e jornais cubanos a instituições, organizações e indivíduos norte-americanos. Entretanto, essa decisão foi anulada em virtude de uma ação legal. Mais tarde, em abril de 1982, os Estados Unidos impuseram novas restrições ao turismo com Cuba.

"Não permitiremos que Cuba obtenha as divisas estrangeiras provenientes dos turistas norte-americanos se Havana apoiar ativamente ao mesmo tempo a violência armada contra nossos amigos e aliados", afirmou John M.

Walker, secretário-adjunto do Tesouro.

Em suma, a política norte-americana com respeito a Cuba sob a administração Reagan visou à exclusão de qualquer processo de normalização, mesmo como uma possibilidade remota. Segundo tudo indica, os Estados Unidos nem sequer estão dispostos a falar com o governo de Havana até que Cuba retire suas tropas estacionadas na África e suspenda suas "atividades subversivas" na América Central. Portanto, não é de surpreender que Washington tenha recusado vistos de entrada aos funcionários cubanos, deixasse de convi-

CORRESPONDENTE CANADENSE PROIBIDO DE TRABALHAR NOS EUA

□ "De acordo com a seção 5ª da Lei de Comércio com o Inimigo, fica-lhe proibido funcionar como representante da *Prensa Latina Canada Limited* nos Estados Unidos". Assim dizia um comunicado enviado pelo Departamento do Tesouro norte-americano ao jornalista canadense Bob Rutka, correspondente da agência de notícias cubana, *Prensa Latina*.

Tão logo recebeu a notificação, a 23 de janeiro passado, Rutka, de 40 anos, suspendeu o que vinha fazendo há 24 meses em Washington: "Procurar refletir a realidade dos Estados Unidos para uma audiência do Terceiro Mundo, da forma mais honesta e exata que podia".

"Não me permitir continuar como jornalista em Washington significa que o governo de Reagan cortou, na prática, uma fonte de informação para muitos clientes no Terceiro Mundo", acrescentou com amargura.

Rutka, natural de Montreal (Canadá), esteve sujeito, segundo as leis norte-americanas, a acusações de delitos que poderiam ter significado até 10 anos de prisão e 50 mil dólares de multa. O correspondente de *Prensa Latina* trabalhava nos Estados Unidos desde junho de 1980 com visto e credenciais concedidos pelo Departamento de Estado e pelas duas câmaras do Congresso norte-americano.

"A nota do Departamento do Tesouro estabeleceu claramente que de acordo com a legislação

dos Estados Unidos, proíbe-se comerciar ou manter tratados com Cuba, considerada 'nação inimiga' por Washington, a menos que se tenha uma licença", declarou.

Um porta-voz do Departamento de Estado sugeriu que Rutka poderia obter a licença se fosse concedida a jornalistas norte-americanos "uma oportunidade semelhante para se obter notícias em Cuba". Havana, no entanto, per nite o estabelecimento de escritórios permanentes de organizações jornalísticas dos Estados Unidos.

Em Nova Iorque trabalham dois jornalistas da *Prensa Latina*, porém eles só podem escrever sobre temas relacionados com as Nações Unidas. Rutka fornecia notícias dos Estados Unidos através da *Prensa Latina Canada*, da qual é coproprietário junto com o jornalista argentino Alberto Rabilotta. A companhia foi criada em 1975.

O Canadá nunca rompeu relações diplomáticas com Havana e o primeiro-ministro Pierre Elliot Trudeau efetuou uma visita oficial a Cuba em 1976. Contudo, subsidiárias canadenses de empresas dos Estados Unidos devem obter licença de Washington para tratar com Cuba. Não se tem conhecimento, porém, de que a licença antes lhes tenha sido negada.

"Sou vítima das frias relações entre Estados Unidos e Cuba", afirmou Rutka. Ele considera que sua "expulsão" prova que "existe certa hipocrisia no governo de Reagan, que afirma acreditar em um livre fluxo da informação", e de fato limita a liberdade de imprensa.

O governo norte-americano justificou sua decisão de retirar-se da Unesco, acusando o órgão de limitar a obtenção de informação, especialmente no Terceiro Mundo. (*Antoine Char*)

dar o chefe da Seção de Interesse cubana em Washington a recepções diplomáticas e pretendesse proibir uma delegação de congressistas a participar da reunião interparlamentar realizada em Havana.

Resposta cubana

A resposta do governo cubano à política belicista de Reagan tem sido firme e intransigente, embora cautelosa.

Em 1981, o vice-presidente cubano, Carlos Rafael Rodríguez, reuniu-se no México com o secretário de Estado norte-americano Alexander Haig, que manifestou disposição de atuar como intermediário entre Washington e Havana. Apesar do encontro Rodríguez-Haig não ter produzido resultados concretos, nem conseguido modificar a maré crescente do confronto mútuo, evitou ao menos o agravamento das já deterioradas relações entre ambas as nações. Quatro meses

depois, Castro reuniu-se com o diplomata norte-americano Vernon Walters. Segundo Wayne Smith, ex-chefe da Seção de Interesse norte-americana em Havana, "Walters apresentou uma série de questões, perguntando se Cuba estaria disposta a discutilas. A resposta cubana foi afirmativa. Em outras palavras, não foi insensível. Apesar disso, os Estados Unidos divulgaram a imagem de que os cubanos se achavam rígidos em suas posições".

A partir daí, em diferentes ocasiões, os dirigentes cubanos expressaram sua disposição de iniciar negociações com os Estados Unidos com base no respeito à soberania dos dois países. Apoiaram também o Grupo de Contadora em sua tarefa em prol da paz para a convulsionada região centro-americana e o Caribe.

Nas vésperas do 25º aniversário da revolução cubana, o presidente Fidel Castro concedeu uma entrevista exclusiva ao se-

manário norte-americano *Newsweek*, onde comentou detalhadamente o atual estado das relações cubano-norte-americanas, qualificando-o de "irracional" e "absurdo". Mais adiante, afirmou: "Nunca recusamos o diálogo com a administração norte-americana. Mas enquanto Reagan continuar pensando que o que acontece na América Central é o resultado de uma rasteira manobra soviético-cubana(...), não há esperanças de diálogo".

Em virtude da intervenção norte-americana em Granada, as relações EUA-Cuba chegaram nos últimos meses ao nível mais baixo. E tudo indica que Reagan não vai modificar sua política atual em relação a Havana.

Contudo, a revolução cubana resistiu a 25 anos de hostilidades, bloqueios, chantagens e, inclusive, agressões norte-americanas, e se consolidou, mantendo seu caráter socialista.

Mesmo com o pesar do *establishment* norte-americano. ●

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 2.500,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 5.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

Os pontos críticos

Unidade e democratização do poder no Líbano, reconhecimento dos direitos palestinos e a posição síria. Como os encararia o novo governo de Israel?

Neiva Moreira

Nenhum observador bem informado no Oriente Médio está desatento ao que se passa em Israel. Quando recentemente estive na região, a crise do gabinete Shamir era evidente, e sua queda, logo verificada, parecia inevitável. Há muitos fatores que terão influenciado a deserção de um pequeno partido da coligação governamental, forçando a dissolução do parlamento israelense: a crise econômica, a inflação incontrolável (mais de 400% ao ano), o aguçamento das lutas religiosas, que está chegando ao ponto de desenterrarem cadáveres pela dúvida quanto à identidade judaica, os conflitos sociais entre os judeus oriundos dos Estados Unidos e da Europa e os demais, enfim, muitos problemas que corroem os alicerces ainda frágeis da unidade nacional.

Mais do que fatos episódicos, o futuro de Israel como Estado está, assim, no epicentro da grande discussão que apaixonou o seu povo.

Há uma crescente consciência do Estado judeu, sobretudo nas camadas mais jovens, de que é impossível manter indefinidamente o atual estado de guerra, base de uma política expansionista, que, hoje ou amanhã, levará o país a um desastre irremediável.

O que se passa nesse campo é muito expressivo. Manifestações de até 500 mil pessoas, numa população de pouco mais de três milhões, contestação aberta e fir-



O presidente Hafez Assad



O primeiro-ministro Shamir

me, mesmo entre os militares, ao belicismo dos governantes, crescente rebelião na universidade contra um modelo político artificial e irrealista, e contra uma estratégia internacional agressiva e intolerante, que levou o país à suspeita internacional e ao isolamento diplomático.

O que ocorre no Líbano com

o exército de ocupação preocupa seriamente os israelenses que aspiram a viver em paz com os árabes. Esse exército já perdeu em atentados mais homens e material do que nas operações militares. Seu custo financeiro é de quase dois milhões de dólares por dia e não há qualquer indício de que a população do sul do Líbano se dobre à ocupação ou renuncie à resistência.

Isso tudo explica a convocação de novas eleições. Se essa situação se projeta nos resultados eleitorais, não há dúvida de que o novo governo, mesmo comprometido historicamente com uma política condenada, será forçado a examinar, pelo menos com outra visão, as realidades, numa perspectiva de mudança de rumos.

Hoje, no Oriente Médio, há muito maior compreensão para a existência de um Estado de Israel dentro das fronteiras definidas pelas Nações Unidas do que antes. Esse é um fato que estimula, nesse país, as correntes pacifistas que estão cansadas de guerra e de agressão. Também existe dentro de Israel a consciência de que Telavive deve renunciar às "fronteiras bíblicas", um mito dos expansionistas e seus protetores do Pentágono. Sem isso, nem mesmo a existência de Israel como Estado estaria assegurada no futuro.

As eleições em Israel serão importantes na medida em que o governo que delas surgir tenha

uma nova compreensão do problema da região, totalmente diferente da "linha Begin" e se houver uma mudança fundamental sobre três problemas decisivos: a) a questão palestina; b) o futuro do Líbano; e c) a posição síria.

Seria impossível pensar em paz no Oriente Médio sem o reconhecimento de que os palestinos têm direito à sua autodeterminação e isso significa que devem assentar em suas terras históricas um Estado nacional palestino internacionalmente reconhecido. Fora disso, haverá guerra para este fim de século e o terceiro milênio, pois, apoiados no poder árabe, que será cada vez maior e mais organizado, os palestinos jamais renunciarão ao seu direito nacional.

Do mesmo modo, seria inaceitável para os árabes em geral e parte influente da comunidade internacional, um Líbano retalhado, dividido em feudos político-religiosos. Ora, as poderosas forças internas que estão vencendo a guerra contra a direita falangista e seus aliados americano-israelenses, já provaram sua formal oposição a esse projeto e revelaram, nesses quase dez anos de guerra civil, sua capacidade de bloquear a sua efetivação.

Os norte-americanos e seus aliados em Israel terão que partir dessa base se querem paz na região: um Estado palestino soberano e um Líbano unificado e democrático.

Os sírios

Mas há, ainda, um terceiro ponto a considerar, que é a posição síria. A Síria é um fator decisivo para uma solução política da crise do Oriente Médio. Nada mais estranho à realidade do que supor que os sírios possam ser marginalizados de um processo de paz na região, como é o objetivo dos Estados Unidos e Israel. Deixando à margem os fatores históricos, étnicos, culturais, ideológicos,



Tropas britânicas em Beirute:
fracassou o papel da força multinacional de paz

cos, geopolíticos — embora esses tenham grande peso — não se pode desconhecer o papel desempenhado pelos sírios na guerra contra Israel e seus aliados norte-americanos. A resistência a ambos se escudou principalmente nas forças armadas sírias e palestinas. O papel do exército sírio nessa luta tem sido determinante, sem naturalmente desconhecer-se a importância de todo o conjunto de forças árabes que, de Bagdá a Aden, mobilizou-se em maior ou menor grau para enfrentar o inimigo comum.

Hoje mesmo, se não fosse a consciência de que deveriam lutar muito, para dominar militarmente a região, os Estados Unidos já teriam determinado às suas forças que invadissem a Síria e dali ampliassem seu raio de ação ao Golfo. Só não o fazem porque sabem que o avanço pela estrada de Damasco não será um passeio turístico.

“Como ficar indiferentes à ameaça que cai sobre todos os árabes? Não temos, assim, porque nos desculpar de ajudar as forças progressistas libanesas a frustrar o plano de Reagan e de Telavive. Por isso mesmo, temos sido alvo permanente da agressão norte-americana. Mas não tememos os Estados Unidos e isso o demonstramos todos os dias. A

cada agressão respondemos com a mesma intensidade”, nos declarou o secretário-geral adjunto do Partido Baas, Abdala Al Ahmar, em Damasco, na nossa visita mês passado à região.

A recente reorganização do governo sírio contempla, sem dúvida, o crescente papel daquele país no intrincado xadrez do Oriente Médio. A ascensão do chanceler Abdel Halim Khaddam à vice-presidência da República é um indício dessa preocupação. Khaddam tem sido um negociador permanente em todo o conjunto da crise da região e o fato de estar muito próximo do presidente Hafez Assad pode estimular iniciativas de alto nível no caminho de um melhor entendimento interárabe.

Notícias divulgadas por alguns meios de comunicação davam conta de um encontro entre Arafat e Khaddam. Não vi, depois, confirmação nem desmentidos oficiais a respeito. Se a reunião se efetivou teria sido uma iniciativa positiva. A unidade árabe, fundamental à defesa dos direitos dos palestinos, passa, necessariamente, pela consolidação do bom entendimento entre o governo sírio e a OLP. “Isso é o mínimo que devemos esperar para o futuro das relações entre os sírios e a OLP, liderada por

DAMASCO: A INCHAÇÃO URBANA

□ O aeroporto de Damasco é moderno e confortável, com toques de estilo árabe tradicional, sobretudo nas suas salas especiais. Também moderna e bem arborizada é a autopista que liga o aeroporto ao centro da cidade.

Mas esses não são os únicos testemunhos de que a Síria se moderniza, apesar da guerra. O novo hotel turístico, construído no centro mais dinâmico da capital, o *Cham*, não tem estrelas na fachada mas não fica atrás dos seus similares mais estrelados das grandes capitais européias. Nas ruas e praças próximas, as lojas estão cheias dos inevitáveis eletrodomésticos, especialmente japoneses, e os engarrafamentos de tráfego dão um tom algo ocidental ao ambiente.

No fundo dos escritórios, uns modernos e outros contemporâneos dos ocupantes franceses, toda uma nova geração de políticos e de tecnocratas se entrega à tarefa de tirar do papel para as realizações práticas o quinto plano quinquenal de governo. "É o nosso desafio diário", nos declara o ministro da Economia, Salim Yassim.

Mas não é só isso: eles têm que administrar com eficácia, uma economia 90% estatal, em que a incidência maior da iniciativa privada se faz sentir sobre dois campos: o primeiro, a agricultura, em que o controle do Estado é em muitas áreas inferior a 10%, e, em segundo lugar, na poderosa indústria têxtil, orgulho dos artesãos sírios, totalmente em mãos de proprietários capitalistas. A agricultura participa com cerca de 20% no produto bruto, a indústria com 25% e os serviços com os restantes 55%.

"Somos todos sírios"

No mercado árabe de Damasco, o *Zuk*, uma infinidade de pequenas e grandes lojas exibem tudo o que se possa imaginar, apregoando em todos os idiomas do mundo e a preços que às vezes se reduzem, na "pechincha", a 10 e 20% do que foi pedido originariamente. Nele se tem uma idéia clara das marcas inapagáveis que os fenícios deixaram no estilo mercantil árabe.

Uma curiosidade à parte: assim como em Bagdá, grande parte das atraentes lojas de artigos de ouro e prata, que deslumbram os turistas, ainda pertence a judeus. "E a guerra?", perguntamos a um poliglota que atraía compradores fosse qual fosse o idioma que falasse: "Não chega aqui. Somos todos sírios".

A Síria já é um produtor médio de petróleo. Este ano, se aproximará dos 10 milhões de barris. Exporta para a Grécia, França, países socialistas,

Chipre e Itália. Começa a fabricar papel, a ampliar sua indústria de alimentos e está dando impulso à sua petroquímica, com grandes ambições na exportação de fertilizantes.

A cidade de Homs está hoje com um milhão de habitantes, uma mesquita famosa e se orgulha de ser ao mesmo tempo uma cidade de grande nível cultural e de estar se transformando na "São Paulo da Síria", como nos dizia o principal dirigente local do Partido Baas, Abdel Razzak Ayoub. Ali, foi recentemente inaugurada a fábrica de fertilizantes, que custou mais de um bilhão de dólares e nos permite uma visão da nova camada dirigente do país: sua juventude. O diretor, um dos 200 engenheiros que trabalham na usina, estudou na Alemanha Ocidental e nos países socialistas. Não tem mais de 25 anos e se mostra muito familiarizado com aqueles intrincados comandos que se movem por computadores.

As esperanças dos agricultores se centram na represa do rio Eufrates, que duplicará a área irrigada do país, de 600 mil a 1.200 mil hectares. Mas as águas desse rio bíblico não são apenas sírias. Os turcos estão reivindicando o uso de 75% das mesmas e os 25% restantes não chegam para as necessidades do Iraque e da Síria. E então? "Temos que resolver esse problema segundo as leis internacionais", nos disse um diplomata em Damasco.

O prefeito de Damasco, Adnan Koli, que enfrenta os problemas administrativos da cidade, se queixa do crescimento inesperado da capital, sobretudo pela afluência de refugiados: passou de 500 mil há 20 anos atrás para três milhões. O plano urbano previa serviços para uma população máxima, para hoje, de 1 milhão e 800 mil, o que explica a natureza dos problemas atuais.

A administração está planejando ou construindo, além de 85 hectares de parques no centro da cidade e várias garagens subterrâneas, três obras fundamentais: os terminais para os transportes urbanos internos e internacionais (Beirute está a algumas dezenas de quilômetros e Amã a pouco mais de 200), uma avenida marginal de sete quilômetros de extensão (que desviará o tráfego do interior da capital) e a reforma de toda a rede de esgotos, de maneira a produzir adubo e a realimentar com água limpa os rios próximos. Uma firma inglesa está incumbida dessa obra. "E por que não uma empresa do Terceiro Mundo?". "Lamentamos que assim seja mas nem todos os países dessa área procuram saber que estamos progredindo e realizando obras, apesar da guerra estar bem ali, a alguns quilômetros", nos respondeu. (N. M.)

Yasser Arafat. Nós, árabes, alimentamos frequentes desentendimentos internos, mas em favor da nossa unidade e sobrevivência, tivemos sempre capacidade de superar muitas dificuldades. Não aceitamos os atuais entendimentos entre Arafat e o rei Hussein, cuja ação no passado fez muitos danos à causa palestina, e que hoje recebe o líder da OLP com as honras reservadas a um chefe de estado? Por que não esperar uma distensão com Damasco?”, nos perguntava um diplomata árabe na Europa.

E, efetivamente, em fins de março, um destacado membro do Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina, Mahmud Abbas (Abu Mazen) declarava no Kuwait que “as relações entre o governo sírio e os palestinos estão melhorando” e que altos funcionários da OLP se encontravam na época em Damasco conversando sobre “os passos futuros”. Se dessas conversações resultasse um acordo, “uma delegação de alto nível da *Al Fatah* visitará a Síria em breve”, manifestou o dirigente palestino.

Sintomas de distensão

Nas últimas semanas, há alguns sintomas de uma certa distensão, mas, para uma paz duradoura na região, os Estados Unidos têm que renunciar à sua política tradicional para o Líbano, que se sintetiza em três pontos principais: a) destruir a presença palestina em território libanês; b) assestar repetidos golpes ao poder militar sírio de modo a impedir sua cooperação com a resistência democrática libanesa; c) assegurar o domínio da direita libanesa (Falange) sobre o conjunto do país, e se isso for impossível, impor o velho projeto dos mini-estados confessionais, privando o país de sua unidade e partes consideráveis do seu povo de sua identidade árabe. Esperar isso do governo de Reagan não



A guerra no Líbano pode acabar se os direitos de todos os cidadãos — em particular os dos muçulmanos — forem respeitados

parece realista.

É possível se chegar à “Paz Agora”, como reclamam amplos setores dentro de Israel? Não parece que as condições estejam colocadas, mas é um fato inegável que algo sugestivo se está gestando nessa conturbada e complexa região do mundo.

Sobre o panorama costumeiro e trágico da guerra, começam a se projetar sinais ainda débeis mas animadores de que, aqui e ali, se criam condições melhores e um esforço positivo em favor de uma paz justa, cujos alicerces são o reconhecimento dos direitos palestinos. ●

Kuneitra: a cidade dinamitada

Os montes Hermón ladeiam, à direita, a estrada que vai de Damasco a Kuneitra. É um panorama insólito: no meio de terras áridas, aquele maciço montanhoso, com os picos eternamente gelados. O amigo sírio que nos acompanha àquela fronteira quente vai fazendo a descrição como uma espécie de “guia turístico” em tempos de guerra.

“Ali estão eles. Naquele pico ao lado estamos nós”. Ou então: “Aquilo ali é a maior estação de radar dos israelenses em todo o Oriente Médio. Foi montada pelos norte-americanos e está li-

gada a um complicado sistema de radares, que tinha uma das suas bases na estação de Harrar, na Etiópia. Não sei para onde mandaram essa estação, depois que a revolução etíope expulsou a base daquela cidade. Essa estação é uma espécie de olho do Pentágono sobre toda a nossa região.”

É evidente que a instalação está ao alcance das metralhadoras do exército sírio, a pouco mais de cem metros, mas isso para os momentos de batalha. Um pouco adiante, de um pico mais alto, se vêem Damasco, Beirute e o Mediterrâneo. Estamos

Kuneitra arrasada: só ficou de pé o edifício onde atualmente funcionam o Partido Baas e o governo provincial



nas colinas do Golã.

O vale que se estende desde os arredores de Damasco foi um celeiro da Síria. Mesmo nas condições atuais, as granjas se multiplicam e florescem naquela espécie de micro-clima milenarmente fecundo.

Kuneitra já não existe. Só encontramos de pé o edifício onde está a sede do Baas e se instalam alguns serviços do governo provincial. Como era ali que funcionava o comando israelense, foi preservado.

O resto não existe. Na cidade, de 53 mil habitantes, com um dos maiores índices de receita do país, dado o desenvolvimento de sua agricultura, não se verificaram combates. As grandes batalhas do Golã foram travadas em torno de Kuneitra. Foram destruídas na guerra 153 aldeias. Treze já estão sendo reconstruídas e o perfil dos novos edifícios é visível no percurso da estrada. "As demais estão em áreas ocupadas e os israelenses não permitem que os aldeões voltem às suas terras. Consideram-nas território já incorporado a Israel", nos diz Adnam Mussein, dirigente da central de trabalhadores da região e membro do birô do partido Baas Árabe e Socialista.

66 - terceiro mundo

Ele próprio nos leva a uma volta pelas ruas, onde todas — rigorosamente todas — as casas, igrejas, escolas, lojas foram destruídas a dinamite. "Aqui vivia eu", nos diz com emoção, olhando para aquele monte de pedras e ferro retorcido. "E aqui ao lado era a escola onde estudavam meus filhos".

Quando se assinou o acordo de trégua e separação de tropas em 1973, Israel decretou a destruição da cidade. Suas tropas se retiraram a uma linha de até cem metros de distância do último posto militar sírio. E ali estão, com um imenso letreiro ao lado da bandeira israelense: "Welcome to Israel". Entre sírios e israelenses, uma força simbólica das Nações Unidas.

Cada habitante de Kuneitra é um revoltado com aquilo tudo. Um deles nos leva a ver o que foi o hospital e nos mostra a área do cemitério. No hospital, só o esqueleto. "Levaram tudo. As 400 camas, os aparelhos médicos, as instalações e até os pisos de mármore. E ali no cemitério profanaram as tumbas para retirar o ouro dos dentes dos cadáveres, os quais deixaram insepultos. Tivemos de reenterrá-los", nos diz.

Cruzamos à saída com dez ônibus de turismo, cheios de iranianos. "Mais ou menos cem mil islâmicos visitam o que restou de Kuneitra a cada ano. Isso não dá para esquecer".

Na sede do comando, no único edifício não destruído, nos convidam a uma discussão política sobre "fronteiras seguras" de Israel. Recordam que até hoje ficou sem resposta a pergunta do presidente Hafez Assad a Kissinger, a quem pedia que definisse essas "fronteiras seguras" israelenses para que o problema fosse estudado não à luz de reivindicações discursivas, mas de definições práticas.

De quando em quando aviões israelenses passavam à baixa altura rumo ao sul. "Estão fazendo algum bombardeio", nos explicava um tenente na guarnição de sua arma antiaérea.

"Só haverá fronteiras seguras com a paz. E a paz só será possível com a devolução das nossas terras ocupadas e o reconhecimento dos nossos direitos", concluiu um dos debatedores. "Veja o senhor: viu o que fizeram com as nossas casas e a nossa cidade. Pois bem, foi uma brutalidade inútil: só nos fez mais sírios e mais árabes." (N. M.)

88 ch - lhdA - 4881

Uma nova etapa de um velho drama

Pablo Piacentini

Constitui o Líbano uma entidade nacional viável? Haverá possibilidade de recompor o mosaico libanês e curar as suas múltiplas e profundas feridas? Ou, pelo contrário, a partilha do país entre os diferentes grupos que o integram é inevitável e constitui a única fórmula para pôr fim a esta guerra civil cruenta e interminável?

Nestes termos coloca-se o dilema que atormenta o país há alguns longos anos. Os sangrentos enfrentamentos, particularmente nos últimos meses, não têm feito senão agravar os ódios além de não haverem acrescentado elementos que facilitem a solução do dilema. No entanto, a guerra civil modificou substancialmente as relações internas de força, terminando com a hegemonia cristã que era, certamente, o fator de maior peso no conflito libanês.

Apesar de tratar-se de um país árabe, o Líbano é um caleidoscópio sob uma perspectiva religiosa. Um pouco menos da metade dos seus habitantes são cristãos: gregos católicos e ortodoxos; armênios ortodoxos, católicos e protestantes; maronitas e católicos do rito latino. Os maronitas — o credo cristão mais numeroso — têm exercido a sua hegemonia por meio do partido *Katayeb* (Falange), controlado pela família Gemayel.

Os xiitas constituem maioria dentro das comunidades islâmicas, sendo preciso ainda considerar os sunitas e os drusos,

que dominam uma área montanhosa do país.

Com semelhante quadro, a viabilidade de um estado nacional pode assumir uma das duas formas: a hegemonia de uma facção sobre as restantes ou uma representação que regule e harmonize os diferentes interesses. A primeira variante conduz ao privilégio dos interesses — econômicos, culturais e de toda ordem — da comunidade dominante sobre as outras, além de somarem-se à diferenciação religiosa as contradições de classe.



A guerra civil libanesa acabou com a hegemonia política cristã

Essa foi a explosiva combinação histórica que o colonialismo europeu introduziu no Líbano. Esse país havia sido incorporado ao âmbito árabe desde a Idade Média e logo integrou o império turco otomano. As potências europeias lutaram primeiro contra

os árabes e depois contra os turcos pelo controle da região, tendo sido o império francês o agente principal de tal desígnio pois, já em 1860, sob o pretexto de defender os críticos maronitas, interveio militarmente na área.

A 1ª guerra mundial significou o desmoronamento do império otomano e a partilha dos ricos territórios entre os vencedores: Inglaterra e França. O Líbano e a Síria caíram na órbita do imperialismo francês. Foi assim que, naquele pequeno país, prosperou uma classe cristã com fortes interesses comerciais e financeiros, ligada cultural e economicamente ao Ocidente, enquanto que a maioria da população era submetida ao duplo jogo da espoliação econômica e da penetração cultural, com as consequentes tensões e ressentimentos.

O domínio maronita

A 2ª guerra mundial permitiu a independência do país, cuja forma de governo se articulou

em torno do Pacto Nacional (1943) estabelecido entre maronitas e sunitas. Como consequência, aos maronitas, que, apesar das concessões formuladas, continuavam sendo o grupo mais influente, correspondeu-lhes a designação do presidente e, aos su-

terceiro mundo - 67



Mingham/Gamma-Liaison

Amin Gemayel: sem liderança



Pierre Gemayel: controla as *katayeb*



Camille Chamoun: aliado de Israel

nitais, a do primeiro-ministro.

Mais de 40 anos se passaram desde a instituição do Pacto, e aquela decisão que outorgou um peso desproporcional aos grupos maronitas dominantes em relação à população total, constituiu-se no fator determinante dos conflitos nacionais, desde os enfrentamentos entre as facções até a eclosão da guerra civil.

Mas, o poder militar que os maronitas conservaram até começos de 1984 não teria sido possível sem o apoio dos Estados Unidos e de Israel. E, assim como a potência judaica lançou, a partir do sul, violentos bombardeios e ocupou militarmente uma parte do país em cumplicidade com o presidente Amin Gemayel, os Estados Unidos converteram a chamada Força Multilateral de Paz — ou, pelo menos, o destacamento norte-americano — em um fator beligerante de apoio ao governo Gemayel.

No entanto, o próprio presidente Gemayel viu-se obrigado a mudar bruscamente a sua política, a denunciar o acordo que havia assinado em maio de 1983 com Israel e a buscar um entendimento com o seu até então adversário, o presidente sírio Hafez Assad.

São muitos os antecedentes a considerar nesta verdadeira mutação da situação libanesa.

— As potências ocidentais

propiciaram, como uma fórmula para implantar um governo capaz de controlar o país, a formação de um numeroso exército nacional libanês. Porém, Bashir Gemayel, irmão e antecessor do atual presidente, fez confluír as milícias falangistas e transformou, de fato, aquele exército em um instrumento de poder da sua facção. Isso levou ao retraimento das demais milícias que, substancialmente, conservariam as suas próprias forças militares à margem de um exército que não podia representá-las nem lhes dar garantias.

Quando Amin Gemayel assumiu o governo, depois do assassinato do seu irmão — setembro de 1982 —, os drusos e os xiitas não estavam na oposição. Porém, uma mistura de desacertos e rivalidades terminaria por dar lugar a uma frente opositora que levou o governo à impotência mais completa e que, inclusive, tirou-lhe o controle de Beirute Ocidental.

Uma derrota política

O acordo com Israel e a brutalidade com que aquela potência agrediu a população levaram naturalmente os drusos e os xiitas a uma oposição combativa. Os xiitas constituem o grupo islâmico mais numeroso e o mais desfavorecido economicamente, e a

entrada em ação da sua milícia foi o fator novo que inclinou o prato da balança militar em favor dos opositores e encurralou o exército às ordens de Gemayel.

A reação dos aliados externos do presidente libanês foi desajeitada, brutal e desesperada. Às represálias israelenses juntou-se a ação direta do destacamento norte-americano contra as posições drusas e xiitas, que sob bombardeios muito intensos sofreram numerosas baixas e enormes danos na sua população civil.

Tudo isso, entretanto, não impediu as derrotas sofridas pelo exército de Gemayel. A 6 de fevereiro último, a ocupação de Beirute Ocidental por parte da organização xiita Amal, foi a demonstração dos novos termos das relações militares.

O presidente norte-americano, Ronald Reagan, temia que as suas tropas tivessem mais baixas e que a opinião pública de seu país compreendesse que ele havia levado os Estados Unidos a uma aventura desastrosa, pois isso poderia custar-lhe a não reeleição em novembro próximo. Daí a sua repentina decisão de retirar o seu destacamento, sem sequer consultar os seus aliados da força multinacional (franceses, italianos e britânicos).

Abandonado, Gemayel não teve outro remédio senão compactuar com os seus adversários



Franjeh: não aos acordos



Walid Jumblatt: herdeiro do pai

Thomas Hartwell



Nabih Berri: líder dos xiitas

internos e especialmente com o novo árbitro da situação, o presidente sírio Assad. Verificava-se assim o quadro que Reagan e seus colaboradores haviam previamente descrito como justificativo da sua intervenção para que o Ocidente não sofresse uma catástrofe. Ou seja, que Assad e os seus aliados soviéticos chegassem a ser os fatores determinantes na região. Porém, depois da rápida retirada do Líbano, as mesmas motivações eleitorais inspiraram uma análise contrária à anterior e o triunfo sírio já não era apresentado como uma catástrofe. Entretanto, tornava-se evidente, como foi dito pelos próprios aliados dos Estados Unidos, que a aliança atlântica sofrera uma derrota política de grande porte e que havia falhado em todos os objetivos a que se propusera.

A situação do Líbano constituiu uma demonstração cabal da falsidade daquela afirmação, segundo a qual a presença palestina era o fator principal da guerra civil. No ano passado, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) retirou-se do país e a intensidade das lutas intestinas não cedeu nem um grau. Na realidade, os palestinos também não haviam tido nenhuma interferência nos enfrentamentos entre os maronitas e os xiitas, que tinham servido de pretexto para o desembarque dos infantes de mari-

nha dos Estados Unidos em 1958.

Por outro lado, Gemayel não conseguiu consolidar a sua liderança na área cristã além de haver-se enfraquecido neste âmbito. Um político tão importante como o ex-presidente Suleiman Franjeh opusera-se tenazmente ao pacto com Israel. E os setores cristãos mais reacionários, entre os quais se destaca o ex-presidente Camille Chamoun, partidários da aliança com a potência judaica, condenaram a sua viagem a Damasco para dialogar com Assad. Tais grupos buscam substituí-lo e contam com o apoio de Israel. Porém não se sabe como um núcleo do dividido e derrotado contingente cristão poderia a esta altura da situação recuperar a hegemonia perdida. Poderá sim constituir-se em uma forte corrente separatista frente a qualquer negociação que não contemple as aspirações daqueles ultrapassados nostálgicos da supremacia dos interesses cristãos.

Esta atual correlação de forças, mais de acordo com o peso real dos diferentes componentes do mosaico libanês é, portanto, o novo e importante fato que se apresenta no curso da guerra civil. Mas, ainda não se sabe se será possível um acordo que preserve a unidade nacional em um marco de convivência pacífica. A experiência parece indicar que qual-

Sven Simon



Presidente Assad: contendo os EUA

quer projeto de solução que se proponha despertará a hostilidade de alguns e a aprovação de outros. Somente uma grande dose de realismo e não pouca sabedoria dos líderes dos diferentes setores da sofrida sociedade libanesa poderiam deter a guerra fratricida, e ainda que tais virtudes não hajam predominado até agora, é desejável que ainda prevaleçam. Caso contrário, o mais provável será que, mais cedo ou mais tarde, a guerra civil desembocará em uma divisão do país cujos contornos internos são difíceis de imaginar-se.

E, certamente, manteria-se assim a tensão bipolar na região, com potencial suficiente para eclodir em ulteriores e maiores conflitos bélicos. ●

A guerra quase esquecida

Uma das mais antigas lutas pela independência na Australásia volta a ameaçar a ocupação estrangeira

Albert Evert Ermste

Ao hastearem a bandeira rebelde no edifício mais alto de Jayapura, a capital do Iriã Ocidental, os guerrilheiros levaram até o principal reduto da dominação colonial uma luta que já dura 50 anos e que teve como adversários, inicialmente, os holandeses e, agora, os indonésios. O ataque realizado em meados de fevereiro foi a mais importante ofensiva político-militar do Movimento Papua Ocidental Livre (OPM – *Organisasi Papua Merdeka*) desde a década de 70.

A ofensiva rebelde deflagrou uma violenta repressão por parte das tropas da Indonésia que, depois de prenderem mais de 50 adeptos da OPM em Jayapura, lançaram uma campanha de terror na zona rural do Iriã, provocando a fuga em massa de camponeses que cruzaram a fronteira com a República de Papua-Nova Guiné em busca de proteção. Todas as escolas e repartições públicas ficaram fechadas durante vários dias, ao mesmo tempo em que as estradas de acesso à capital foram bloqueadas pelo exército. O ministro da Defesa da Indonésia, general Ponoman, esteve em Jayapura para reuniões de emergência com seus subordinados, uma vez que os rebeldes prometeram continuar a ofensiva.

A intensificação das ações do Movimento Papua Livre ocorreu depois que as várias facções em que o movimento havia se dividi-

70 - terceiro mundo



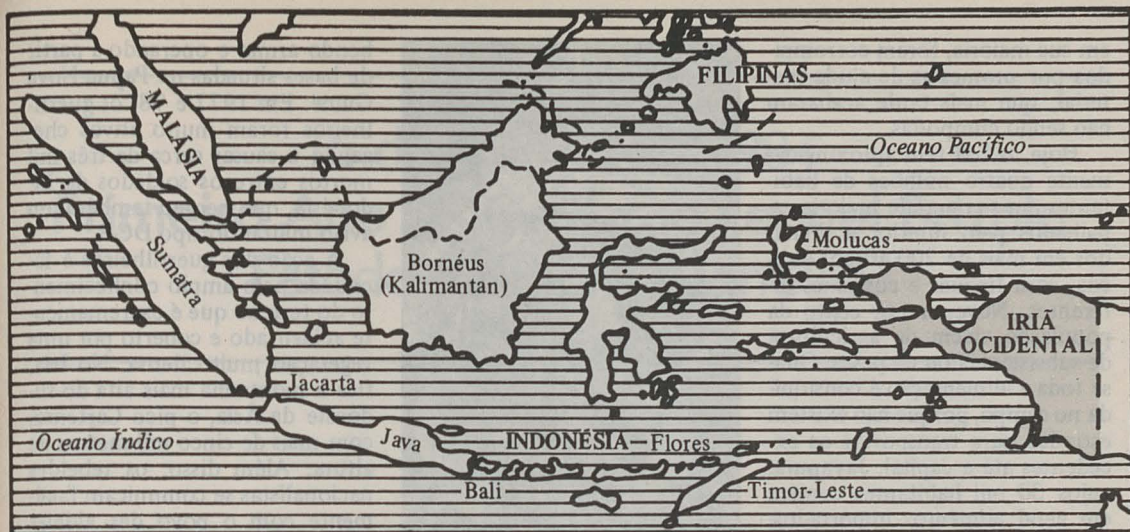
A natureza acidentada da ilha favorece a ação da guerrilha

do nos últimos cinco anos, resolveram novamente reunificar suas forças. Com isso, surgiu a possibilidade dos rebeldes passarem a ter uma estratégia única, e que está baseada na guerrilha nas montanhas, uma região de acesso muito difícil devido à natureza acidentada do terreno. As tropas da Indonésia até agora não conseguiram penetrar nos redutos da OPM porque conhecem pouco a

área e não se aventuram a atacar em larga escala devido ao temor de baixas em grande número.

O início da guerra

A OPM surgiu em 1963, mas as suas origens vêm desde o final da dominação holandesa na década de 30, quando surgiram, na parte ocidental da ilha de Nova



O descontentamento com a ocupação indonésia do Iriá Ocidental aumentou desde que o lado oriental da ilha se tornou independente da Austrália, constituindo hoje a Papua-Nova Guiné



Guiné, os primeiros atos de rebelião contra a presença estrangeira. Os primeiros europeus a se interessarem pela colonização do Iriá Ocidental foram os alemães, mas estes nem chegaram a se estabelecer porque, em 1848, a Holanda traçou uma linha imaginária na ilha de Nova Guiné assumindo o controle da parte ocidental, enquanto a Inglaterra ficava com a metade oriental. Durante quase 40 anos, nem os ingleses e nem os holandeses demonstraram o menor interesse em explorar a ilha porque estavam com suas atenções voltadas para outras colônias na Ásia. Mas, no final do século, como os alemães voltassem a tentar assumir o controle da região, a Inglaterra decidiu transformar a sua parte da ilha de Nova Guiné num protetorado e passou à Austrália a tarefa de administrar financeiramente a colônia.

No lado do Iriá, os holandeses se limitaram a explorar a região litorânea com raríssimas investidas no interior. Depois da 2ª guerra mundial, quando os nacionalistas indonésios começa-

ram a luta pela independência, a Holanda construiu no Iriá o famoso campo de concentração de Boeven Digoel onde foram internados os principais líderes anticolonialistas. Por essa razão, os rebeldes do Iriá, por volta de 1945, chegaram a admitir uma união com a Indonésia, apesar da diversidade de cultura e tradições políticas. O governo de Haia se opôs à unificação, por achar que a sua possessão na ilha de Nova Guiné, era rica em recursos minerais.

A ocupação

Mas depois de algumas tentativas frustradas de encontrar fer-

ro e petróleo, os holandeses se desinteressaram até que, em 1962, o Iriá Ocidental foi simplesmente entregue às Nações Unidas para que esta decidisse o futuro da região. Um ano depois, a ONU repassou o Iriá para a Indonésia com a condição de que o governo de Jacarta realizasse um plebiscito em 1969 para que o povo da parte ocider. ¹ da ilha decidisse o seu futuro. O plebiscito acabou sendo uma farsa organizada pelos militares anticomunistas que governavam a Indonésia depois do sangrento golpe contra o presidente Sukarno. A consulta ampla foi substituída por uma sondagem de opinião entre chefes tribais do Iriá que,

em sua maioria, foram corrompidos por promessas de ajuda material, que mais tarde acabaram não sendo cumpridas.

Hoje, o Iriã tem aproximadamente quatro milhões de habitantes em sua grande maioria espalhados pelo interior e divididos em mais de 200 grupos étnicos, com línguas e costumes diferentes. Noventa por cento da população vivem da agricultura de subsistência ou da pesca. Quase toda a alimentação é consumida no campo, porque não existem estradas para transportar os excedentes até a capital, Jayapura, cujos 30 mil habitantes comem em geral alimentos importados. Uma boa parte dos habitantes do interior do Iriã passou a ter contatos com a civilização européia somente depois de 1940. As relações com os colonizadores holandeses sempre foram muito tensas e caracterizadas por uma resistência intransigente à penetração de hábitos estrangeiros. Depois de várias experiências sem sucesso, os holandeses acabaram desistindo e se limitaram a controlar as regiões litorâneas, até a ocupação do país pela Indonésia.

Os dez mil indonésios que vivem hoje no Iriã tentaram ocidentalizar à força os grupos étnicos do interior mas também fracassaram totalmente. A tentativa de impor uma mudança forçada de hábitos apenas aumentou a resistência da população do interior do Iriã, que desde o início da colonização européia recusou qualquer tipo de tutela, não importando a procedência do colonizador. Os únicos estrangeiros que conseguiram alguma penetração foram os quase 200 religiosos que transformaram o Iriã numa das áreas de atividade missionária mais intensa em todo o mundo. Os pastores protestantes construíram hospitais e escolas, enquanto os padres católicos europeus dão assistência a projetos agrícolas. Mas os próprios missionários admitem que os natu-



A maioria dos 200 grupos étnicos do Iriã sempre mantiveram difíceis relações com o colonizador

rais do local simpatizam muito mais com os serviços que recebem do que com a mensagem religiosa.

Posição geopolítica

Os ressentimentos causados pelo fracasso do projeto de ocidentalização levaram a administração indonésia a desconfiar de todos os naturais, até mesmo daqueles que, antes de 1962, apoiaram uma união com o governo de Jacarta na tentativa de acabar com a dominação holandesa. O descontentamento aumentou depois de 1975, quando o lado oriental da ilha deixou de ser uma colônia australiana para se transformar no Estado independente de Papua-Nova Guiné. A exigência de autonomia se tornou mais forte diante da comparação com o novo status do país vizinho, que possui muitas afinidades étnicas e linguísticas com o povo do Iriã.

Essa situação fez com que o número de guerrilheiros da OPM crescesse para mais de mil, em meio a denúncias da Indonésia de que os rebeldes estavam rece-

bendo armas e operando a partir de bases situadas na Papua-Nova Guiné. Em 1977 e 78, os guerrilheiros foram muito ativos chegando a causar cerca de três mil mortos entre os soldados da Indonésia, que perdeu também um avião militar do tipo DC-3.

A ação dos guerrilheiros é facilitada pelo amplo conhecimento do terreno que é extremamente acidentado e coberto por uma vegetação muito densa. No Iriã, fica a montanha mais alta do sudoeste da Ásia, o pico Cartenz, com mais de cinco mil metros de altura. Além disso, os rebeldes nacionalistas se comunicam facilmente com o povo das aldeias mais afastadas porque falam a língua local, têm parentes e núcleos de apoio logístico.

Até agora, o governo indonésio tem rejeitado todas as pressões para dar a independência ao Iriã. A política dos militares de Jacarta em relação ao território é considerada racista pelo Comitê de Descolonização das Nações Unidas. No plano diplomático, a intensificação da guerrilha da OPM vem causando preocupações crescentes para o governo da Austrália que teme uma possível ampliação da atividade rebelde para a Papua-Nova Guiné, onde os australianos mantêm um controle político e econômico quase total, mesmo após a independência. A Austrália vem tomando uma atitude dúbia em relação ao Iriã, ora dando sinais de simpatia em relação aos rebeldes, ora se aproximando da Indonésia. Em Sidney, existem vários políticos influentes que defendem o fim da ocupação indonésia do Iriã e também do Timor-Leste com a formação de uma Federação da Melanésia. Segundo observadores, essa iniciativa visaria impedir que movimentos nacionalistas e anticolonialistas cheguem ao poder pela via insurrecional, abalando a estrutura neocolonial vigente em várias outras ex-colônias européias na região. ●

15 de Março de 1984

Primeiro Ano do Governo Leonel Brizola

Estado do Rio de Janeiro

MAIS 360.000 MATRÍCULAS

O Estado e o Município do Rio de Janeiro iniciam o ano escolar oferecendo 358.408 vagas. Mais as ampliações na Fundação Leão XXIII, na FEEM e na Secretaria de Desenvolvimento Social, o número de oportunidades de matrículas ultrapassa a 360 mil. Neste momento, cerca de 80% já preenchidas.

É importante registrar que nestes últimos 4 anos a matrícula efetiva no ensino público vinha decrescendo. Agora, de 1.462.842 alunos em 83, nas duas redes de ensino, haverá lugar para 1.821.250, isto é, mais 24% em 84. E isto foi possível racionalizando, remanejando, alugando, recuperando e construindo muitas salas de aula. Foi o esforço bem-sucedido das diretoras, professoras, pais, empresários, comunidades e autoridades públicas.

No Município do Rio de Janeiro o terceiro turno já foi abolido em 65% das escolas para a 1ª série do 1º grau e em 10% nas outras séries.

MAIS 15.608 PROFESSORES

O Estado e o Município do Rio de Janeiro estão convocando 9.133 professores concursados, além de 6.475 afastados da regência por motivos diversos e que voltam às aulas. Este ano, unificamos e elevamos a gratificação especial aos professores por regência de turma, atribuindo maior estímulo aos professores de alfabetização.

Vamos trabalhar firme, neste exercício, com o professorado, indo ao encontro de seus direitos e reivindicações. Dignificar o magistério é um dos pressupostos desta causa prioritária maior, que é a da educação.

MAIS 679 NOVAS SALAS DE AULA

210 na Passarela, 243 na rede estadual e 226 na rede municipal do Rio de Janeiro.

MAIS MERENDÃO PARA 1.700.000 CRIANÇAS

Transformamos as deficientes e onerosas merendas da Cocea, (enlatados, conservas, carne seca) em verdadeiras refeições, com cardápio balanceado, feito por nutricionistas (muita proteína, um alimento básico como arroz, feijão, macarrão ou polenta; legumes ou verduras e mais uma fruta de sobremesa). 1.700.000 crianças, aproximadamente, receberam merenda em 83.

Na rede municipal do Rio de Janeiro, estes números são expressivos: refeições no 1º semestre, 28 milhões; no 2º semestre foram servidas 67 milhões de refeições de outra qualidade e 50% mais baratas. Em matéria de alimentação às crianças, tudo mudou em qualidade e quantidade, agora com gêneros e produtos adquiridos pelas diretoras no comércio e de produtores locais.

O Instituto de Nutrição Annes Dias, em suas pesquisas, informa que, em 83, cerca de 25% dos alunos com deficiência de peso recuperaram-se, contra uma média anterior de apenas 5%.

MAIS LEITE NATURAL PARA 500.000 CRIANÇAS

Na rede municipal do Rio de Janeiro, até 82, apenas 1% das crianças tomava um copo de leite. Em 83, atingimos a 30%. E não atingimos um número maior por rejeição: as crianças não estavam acostumadas ao consumo desse alimento básico, particularmente nas zonas mais pobres.

Em 84, continuaremos estimulando e oferecendo mais leite. Na rede estadual, vamos começar oferecendo um copo de leite (1/4 de litro) para 252 mil crianças. E do tipo "B"! Fizemos um acordo com os produtores e suas cooperativas, em face do aumento de produção, e eles vão entregar o leite "B" diretamente nos colégios.

MAIS PASSAGENS GRATUITAS

Os decretos nºs 7.199 e 4.472 deste ano, respectivamente do Estado e do Município, estabelecem a gratuidade de transporte, em todas as linhas de ônibus, para as crianças uniformizadas irem e virem da escola, seja ela pública ou particular. Estamos avançando na construção de uma Nação civilizada. Em breve, as crianças terão a mesma gratuidade nas barcas e no metrô.

MAIS "MÃOS À OBRA NAS ESCOLAS"

Os edifícios públicos que encontramos mais abandonados foram as escolas. Cerca de 700 em situação de emergência, muitas delas interditadas. Criamos o Programa "Mãos à Obra nas Escolas" para enfrentar, com nossos precários recursos, essa realidade dolorosa, contando com a colaboração das diretoras, professoras, pais, empresários e comunidades. Trabalhamos de emergência em 3.692 escolas (reparos nos telhados, água, banheiros, instalações elétricas, vidraças, lixo acumulado, limpeza, capinagem etc). Passamos às reformas, totais ou parciais. Trabalhamos até aqui em 569 prédios escolares, cerca de 50% dessas obras já concluídas, recuperando-se para as crianças centenas de salas e instalações. Esse programa prossegue firme e tem ainda muito trabalho pela frente.

MAIS 46.743 CONJUNTOS (MOBILIÁRIO ESCOLAR)

Recuperados através do Programa "Mãos à Obra nas Escolas" e do trabalho de presidiários (Fundação Sta. Cabrini), 9.674 unidades. Adquiridos pelo Estado e Município 37.069 novos conjuntos para alunos e professores.

MAIS MATERIAL ESCOLAR E UNIFORME

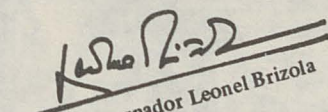
Para a classe de alfabetização, 157.190 conjuntos (36 lápis, 2 borrachas e 4 cadernos), 30.000 uniformes para alunos carentes, além de 90.000 livros para as bibliotecas escolares.

Hoje, estamos cumprindo um ano de nosso Governo. Desejei assinalar este dia oferecendo à população números e comentários sobre a nossa prioridade máxima: a educação e assistência às nossas crianças.

Dedico estes números a todas as pessoas de boa vontade, aos que nos ajudaram com a sua solidariedade e apoio, mas, também, aos nossos críticos e, muito particularmente, aos nossos cobradores de quase todos os dias. Mesmo estes não deixaram de nos ajudar, ainda que não fossem estas as suas intenções. Por exemplo, quando exploram impenitentemente a falta de móveis numa ou outra escola, ainda que já estejam comprados; quando exaltam falhas inevitáveis sobre a merenda, esquecendo o grande esforço de conjunto que realizamos, não deixam de estar contribuindo para que as nossas convicções mais se afirmem.

Estes números e dados, a rigor, revelam apenas um bom começo. Precisamos dispor, no mínimo, de mais 25.000 salas de aula, milhares de cozinhas modernas e refeitórios e, também, de milhares de áreas de recreação, esporte e lazer para os nossos colégios. Além de mais aparelhamento, nada menos que 40.000 novos professores e funcionários. A partir daí, sim, teremos um sistema de ensino compatível com os direitos fundamentais de nosso povo. Esta é a causa maior, a mais urgente e prioritária deste País.

Noutras publicações trataremos dos demais problemas que a população colocou sobre nossos ombros. Estamos trabalhando desde os primeiros dias com grandes limitações. Nosso País atravessa uma época de anormalidades e incertezas. As incompreensões e preconceitos têm sido acompanhantes inseparáveis, numa convivência difícil e complexa. Mas, este é o nosso trabalho. E a fonte de nossa fé é a confiança da população, que está julgando a todos nós. Seus critérios são sempre honestos e honrados. Por isso, vamos em frente. Quanto mais escura é a noite, mais clara e esplendorosa será a madrugada. Aproxima-se o momento em que o nosso povo vai recuperar o seu direito de decidir sobre o que realmente lhe convém. Pois quando uma Nação, num dado momento de sua história, constrói a sua unidade em torno de um objetivo claro e lúcido, como estamos assistindo agora com as eleições diretas, é a certeza de que transformações se aproximam, invariavelmente no sentido do progresso, da justiça social e da liberdade.


Governador Leonel Brizola

Carnaval do Rio Quem não gosta de samba...?

A inauguração da Passarela de Niemeyer e a vitória de uma escola de raízes populares deram um cunho político à tradicional festa carioca

Roberto Nascimento

*"Acabou a era do luxo.
A partir de agora, vai
prevalecer o ser humano —
o sambista".*

*(Governador
Leonel Brizola,
12 de março de 1984)*

A previsão do governador do Rio de Janeiro tem razão de ser. O desfile das escolas de samba, há meio século a maior atração do famoso carnaval carioca, foi este ano diferente de tudo o que já se viu antes. Brizola construiu a Passarela do Samba — um

local definitivo para os desfiles, com arquibancadas de concreto para cem mil pessoas, que servirá durante o ano como complexo educacional e cultural. Como num passe de mágica, o samba parece que renasceu. Depois de onze anos ofuscada pelo brilho de fantasias luxuosas e de carros alegóricos sofisticados, venceu a Mangueira, a escola mais tradicional, devolvendo o prazer do samba no pé, sem ostentação, mas emocionante.

No desfile de encerramento do carnaval, a Mangueira batizou a Passarela: homenageando Bra-

guinha, um compositor de sucessos carnavalescos do passado, atraiu à pista a multidão que se comprimia nas arquibancadas. A Passarela, construída em tempo recorde (quatro meses), resistiu às críticas "fatalistas e depressivas", como definiu o governador. E se tornou o ambiente propício não só para o samba, mas também para que os sambistas e os espectadores, juntos, gritassem em coro ou exibissem faixas exigindo eleições diretas à Presidência da República.

O desafio da obra

Ter um lugar próprio para os desfiles sempre foi uma aspiração das escolas de samba. Desde 1935, quando houve o primeiro desfile oficial, até 1983, as escolas tinham se exibido em oito locais diferentes. Nos últimos anos, os cariocas se acostumaram a ver o desfile de arquibancadas de madeira, montadas com estruturas metálicas. Cinco meses antes da festa, começava a montagem, sempre causando transtornos ao trânsito da cidade e onerando os cofres públicos. Este ano custaria sete bilhões de cruzeiros. Terminado o carnaval, as arquibancadas eram desmontadas e nada sobrava do alto investimento feito pela Prefeitura. Pior do que isso: os lucros com a montagem estimularam as em-

A grande festa da fantasia, cor, ritmo, da beleza da mulher, foi também este ano marcadamente política



presas do ramo a formarem um cartel, que vencia todo ano a concorrência pública para a execução do serviço.

Sem um lugar definitivo para se exibirem, os sambistas temiam que as constantes mudanças acabassem com a tradição e descharacterizassem as escolas. De uns anos para cá, as sugestões se sucederam. Houve quem propusesse transferir o desfile para locais tão inusitados como o autódromo ou o centro de convenções do Riocentro, ambos situados a 50 quilômetros do centro do Rio e inacessíveis ao grande público e aos próprios sambistas.

O impasse persistiu e chegou a hora de Leonel Brizola organizar pela primeira vez o carnaval. "Passei 15 anos no exílio analisando a vida brasileira e nunca me passou pela cabeça construir algo como a Passarela do Samba", confessa Brizola.

A idéia veio em setembro do ano passado — Jamil Hadad era, então, o prefeito do Rio —, quando os sambistas iniciavam os preparativos para a festa. Em sucessivas reuniões com seus assessores, o governador resolveu assumir a construção da pista para o samba. O local escolhido, a rua Marquês de Sapucaí, tinha uma localização estratégica: na antiga Praça Onze, tradicional palco do samba carioca. Dos morros próximos, particularmente os dos bairros do Estácio, Saúde e Gamboa, surgiram os primeiros blocos carnavalescos, que anos depois se transformariam em escolas de samba.

A concepção do projeto da Passarela do Samba foi entregue ao arquiteto Oscar Niemeyer, que planejara duas décadas atrás Brasília, a nova capital do país. De sua prancheta, saíram também as linhas da sede do Partido Comunista da França, em Paris, e do centro administrativo de Argel, capital da Argélia, entre inúmeras outras obras. Foi um desafio para Niemeyer: Brizola queria aproveitar as instalações



A Praça da Apoteose foi um dos alvos da campanha contra a Passarela do Samba. No fim, todos concordaram ter sido uma das grandes inovações deste carnaval

da Passarela para alojar, durante o ano, um centro educacional e cultural. "Não foi fácil ligar salas de aulas com arquibancadas. Era um tema pouco generoso para os devaneios da arquitetura", recorda o arquiteto.

O traço de Niemeyer superou-se — e ele mais uma vez conseguiu sonhar através da arquitetura, confirmando o verso de Ferreira Gullar sobre a sua obra: "Oscar nos ensina que a beleza é leve". Ao ser apresentado, o projeto causou impacto. Com nove blocos de arquibancadas de concreto, gerais e cadeiras de pista, poderia parecer, à primeira vista, um estádio do samba. Não era. A mágica de Niemeyer ludibriou a todos. Os camarotes se transformariam, após o carnaval, em mais de 200 salas de aulas, creches, salas de dança, balé e música, oficinas de artesanato, refeitórios e cozinhas. Enfim, um complexo educacional para atender a 15 mil crianças e adolescentes. E mais: na Passarela — precisamente na Praça da Apoteose, uma área de quase cinco mil metros quadrados onde desemboca a pista do desfile — poderão se realizar shows, espetáculos culturais e esportivos, além de atos políticos.

Para executar o projeto, o governo do Rio de Janeiro calculou um investimento de oito bilhões

de cruzeiros. Meses depois, o orçamento foi corrigido, em razão da incontrolável desvalorização da moeda nacional e do aumento dos custos de construção, superando os 17 bilhões. Como pagar a obra, se o Estado enfrenta dificuldades financeiras, em função da recessão econômica do país? "Trata-se de uma obra autofinanciável. Com a arrecadação de dois carnavais será paga", garantiu Brizola. E seria possível concluir a Passarela em quatro meses, a tempo de ser inaugurada às vésperas do carnaval? Os meios de comunicação logo se opuseram à idéia. Argumentavam que, além de cara, a obra não ficaria pronta no prazo. Mas um consórcio integrado por algumas das maiores empreiteiras do país aceitou o desafio. Fechados os contratos, um exército de quase cinco mil operários, técnicos e engenheiros foi recrutado para construir a Passarela. Um antecedente histórico: o ritmo de Brasília.

A obra, de fato, era polêmica. A concepção arrojada de Niemeyer e o investimento foram questionados desde o primeiro momento. Os jornais procuraram destacar possíveis falhas no projeto. As arquibancadas, diziam algumas matérias, eram muito distantes da pista e o som provocaria ecos. A iluminação era de

UM MURAL EM RITMO DE SAMBA

□ Escultora, muralista e vitralista, Marianne Peretti é autora do mural do Museu do Samba, o qual integra o conjunto da Passarela da avenida Marquês de Sapucaí, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Francesa, mas descendente por parte de pai de tradicional família pernambucana, Marianne Peretti tem a sua obra profundamente ligada ao Brasil. Responsável por painéis na Câmara dos Deputados, no Senado, no Palácio Jaburu, por vitrais, como o existente no memorial J. K. (todos em Brasília) — entre outros trabalhos —, Marianne Peretti retoma agora um tema que há muito não abordava: o carnaval.



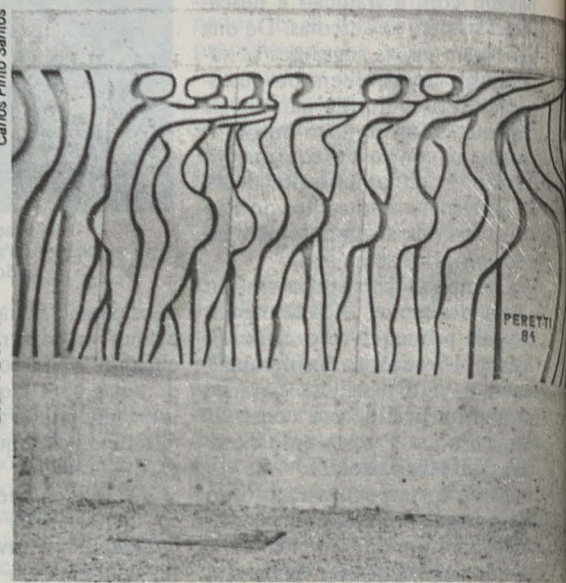
Marianne Peretti: "a emoção de fazer algo novo e bonito"

"O carnaval é algo vivo, que se movimenta, portanto o seu aspecto visual é muito dinâmico", afirma Marianne. "Eu procurei representar essa idéia de movimento no mural, criando uma parte abstrata, outra figurativa, e novamente abstrata. A princípio, as formas não estão definidas. Depois, a idéia de volume nos faz sentir a presença carnal das pessoas e, por último, a indefinição de seus contornos mostra como elas vão sumindo, ao ritmo do samba".

Realizado em um curto prazo de tempo — dois meses e meio, entre o início do projeto e a sua execução — o painel do Museu do Samba tem 40 metros de comprimento por 2,5 de altura, sendo constituído de 36 placas de concreto. Devido às suas dimensões, houve dificuldade em encontrar um espaço para construí-lo, até que a Funarj cedeu o seu galpão em Inhaúma.

"Foi um trabalho intenso — conta Marianne — onde tanto os chefes da construtora Mendes Jú-

nior quanto os operários foram magníficos. Estávamos todos contagiados pela emoção de estar fazendo algo novo e bonito. Acho realmente que tudo deveria ser feito nesse ritmo. Foi muito cansativo, mas quando terminamos, chegamos a ter saudade daqueles momentos".



"O volume nos faz sentir a presença carnal das pessoas"

Uma das preocupações básicas do projeto foi a de economizar tempo e dinheiro ("até os moldes foram feitos em isopor para baratear o custo", revela Marianne). Além da muralista, participaram também do projeto do Museu do Samba, Giselle Magalhães — responsável pela parte interna — e Athos Bulcão, autor do trabalho em azulejo das laterais externas. "Toda a improvisação e a liberdade de movimentos característicos do carnaval, festa profundamente brasileira e que retrata bem a 'loucura' e irreverência do nosso povo", foram colocados por Marianne no painel.

Apesar da obra da Passarela ter sofrido um forte questionamento por parte de alguns meios de comunicação, a muralista diz que em nenhum momento isso a influenciou: "O excesso de trabalho não nos permitia dar atenção aos 'disse-me-disse'."

"No final — conclui Marianne — toda a obra da Passarela do Samba foi um sucesso. Campanhas negativas são comuns quando surgem obras inovadoras. Em Brasília, por exemplo, diziam que não iam crescer árvores. Na verdade, só o tempo permite avaliar o valor de uma obra."

ficiente. Das arquibancadas da Praça da Apoteose — continuavam as críticas —, a platéia não veria o desfile em sua plenitude, dada a posição desfavorável do bloco de concreto, um pouco atrás dos demais. Os sambistas, entretanto, à medida que a Passarela ia saindo do desenho e ganhando forma, começaram a se entusiasmar com a obra. “Agora o samba vai ter o seu lugar”, manifestou-se Dona Zica, viúva de Cartola, fundador da Mangueira e grande compositor popular.

Beatriz Bisso



No Rio e em todo o Brasil, 84 foi o carnaval das “diretas”

Vence o carnaval

O ritmo das obras foi frenético, alucinante mesmo. Operários trabalharam dia e noite, revezando-se em turnos. “Todos deram o máximo para a Passarela ficar pronta dentro do prazo exíguo”, diz o engenheiro José Carlos Sussekind, da comissão coordenadora da obra. “O entusiasmo foi maior porque havia o orgulho de construir um monumento a uma das maiores paixões populares: o samba”.

Na passagem do ano, já se podia ter uma noção da beleza arquitetônica da Passarela. Com a aproximação do carnaval, as críticas se tornaram mais frequentes. A morte do jornalista alemão Karl Brugger, após um assalto em Ipanema, na orla marítima, serviu de pretexto para que se investisse novamente contra o governo do estado. “A insegurança no Rio afastará os turistas estrangeiros do carnaval”, previam alguns editoriais. Brizola reagiu e qualificou as críticas, dirigidas sobretudo ao vice-governador e secretário da Cultura Darcy Ribeiro, presidente da Comissão de Carnaval, de “facciosas e inconsequentes”. E apontou uma coincidência nessas colocações: “Elas partem exatamente dos veículos de divulgação que querem as eleições indiretas para a Presidência. Investindo contra o carnaval, pretendem enfraquecer politicamente o governo esta-

dual, que luta pelas diretas”.

Para os sambistas, a Passarela, em vez de preocupar, exercia um verdadeiro fascínio. É o que conta Dona Neuma, figura tradicional da Mangueira: “Muitos sambistas que há anos deixaram de sair na escola se animaram e prepararam as suas fantasias para desfilarem na inauguração da Passarela. É um momento histórico, né?”

Faltando uma semana para o carnaval, o som da Passarela foi testado — estava perfeito. Acesos os refletores, a Passarela era só luz. Quando os ingressos para o desfile foram postos à venda, surgiu outro problema: a TV Globo, principal rede de televisão, anuncia que não transmitirá a exibição das escolas de samba, o que ocorreria pela primeira vez em 15 anos. A emissora insurgiu-se contra a decisão do governo de desdobrar o desfile em dois dias (eram 14 escolas concorrentes). “A TV Globo procurou criar um clima para o carnaval fracassar”, retrucou o governador. A rede Manchete de televisão — de recente criação — assumiu a transmissão e Brizola fez uma profecia: “Tudo vai correr bem. E o galo vai ver que o sol nasce independente do seu canto”. A administração mobilizou-se para vender os ingressos. Até nisso foi um carnaval diferente: os ingressos foram vendidos a prazo, sem juros, nas agências do Banco do Estado, e os camarotes

leiloados. Acabou-se o tumulto que ocorria todo ano nessa época. E também os negócios escusos. Para assistir ao desfile, as pessoas tinham que dormir noites seguidas nos guchês do estádio do Maracanã. As entradas à venda eram poucas — a maioria era distribuída por políticos ou negociada a peso de ouro pelos cambistas. E ainda havia o risco de a polícia agir com violência para dissolver o tumulto.

A Passarela foi inaugurada no prazo previsto, exatamente como Niemeyer a idealizou. Os ingressos foram todos vendidos. O desfile em dois dias foi, na opinião dos próprios críticos da Passarela, emocionante, disputado palmo a palmo pelas escolas de samba. A agremiação mais pobre se estimulou a competir com as grandes. Afinal, era o carnaval da Passarela e o campeão ficaria consagrado na história dos desfiles.

A Mangueira, com o ritmo compassado do samba-enredo, sacudiu as arquibancadas. As raízes populares da festa voltaram a ter vez. O luxo das fantasias e das alegorias deixou de ser “um espetáculo para os olhos”. Tudo parecia interligado: foi o carnaval com o menor índice de violência e criminalidade dos últimos anos. E nunca pareceram tão verdadeiros os versos do samba: “Quem não gosta de samba é ruim da cabeça ou doente do pé”.

Carnaval de Angola

Em busca das raízes

A jornalista e pesquisadora brasileira Dulce Tupy fala sobre essa festa do povo angolano, proibida pelos portugueses, que agora volta com novas características

José Carlos Gondim *

Em 1981, Dulce Tupy, jornalista e pesquisadora paulista, esteve em Luanda a convite do secretário de cultura angolano, Antônio Jacinto, cobrindo os festejos do carnaval. Em entrevista a cadernos, a pesquisadora nos relata suas impressões daquela festa popular e faz uma rápida análise do "novo nacionalismo libertário" emergente nas estruturas sócio-políticas criadas depois da independência daquela ex-colônia portuguesa na África.

Como é que nasceu em você o interesse pelo carnaval angolano?

— Meu trabalho sobre o carnaval começou basicamente quando eu me mudei, no começo dos anos 70, do Rio para São Paulo. No Rio, eu morava na Tijuca, bairro rodeado de morros (Formiga, Boréu etc.), berço de muitas escolas de samba (como a Unidos da Tijuca, o Império da Tijuca, o Salgueiro e outras). Os desfiles do Salgueiro, por exemplo, além do oficial, também eram feitos para a população do bairro, para a comunidade, um hábito que depois se acabou com a mercantilização do samba.

Em São Paulo, senti tanta

falta, tanta saudade de tudo isso, que fugi para o Rio, para ver o carnaval na avenida. E fiquei fascinada. O carnaval na avenida tinha outra dimensão. Era a época do presidente Médici, e a repressão política era enorme.



Dulce Tupy: o fascínio do carnaval carioca levou uma paulista à descoberta do carnaval angolano

A partir daí, eu comecei a pesquisar, muito lentamente e sem nenhuma estrutura, essa festa popular. Na Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, onde estudei, fiz um trabalho de literatura sobre Manuel Bandeira, e escolhi justamente para a minha tese, o "Carnaval", que é um poema que fala muito do erotismo, do abuso, da irreverência do carnaval.

Em 1978, com a abertura de projetos de pesquisas da Funar-

te, eu concorri e ganhei uma bolsa de pesquisa na área das festas do tipo carnaval. E em 1980, eu tive a sorte de ser convidada para acompanhar uma caravana de artistas brasileiros a Angola, o Projeto Kalunga, junto com o Chico Buarque, Martinho da Vila, Clara Nunes, João do Vale e outros. Fui cobrindo a viagem como jornalista. Lá, então, tive a oportunidade de conhecer um filme sobre o carnaval angolano. Foi aí que eu vi esse carnaval, com aquela música tão parecida com a nossa, com o nosso maracatu — que parece muito com o *semba* angolano, "avô" do nosso "samba de umbigada", originário de Angola, meio jongo, meio lundu. Quando eu vi isso, através do filme do cineasta Antônio Ole, o "Carnaval da vitória" (um trabalho que ele fez em 1978 sobre o primeiro carnaval depois da libertação do país), fiquei muito

impressionada e comuniquei o fato ao secretário de Cultura.

Mostrei o meu interesse em voltar ao país para fazer um trabalho de documentação do carnaval de Angola. E o Antônio Jacinto se admirou muito que alguém, principalmente estrangeiro, se interessasse pelo "carnaval da vitória". E me abriu as portas, me convidou formalmente para ir no de 81. Eu já ia sabendo que essa festa tinha um sentido político, porque a partir

* Também participou da entrevista o nosso companheiro Carlos Pinto Santos

de 61, quando explodiu a guerra popular, o carnaval passou a ser proibido e reprimido pelo colonizador. Em 78, depois da independência, o próprio presidente Agostinho Neto, num discurso belíssimo, veio a público e mostrou a necessidade de se retomarem esses costumes tradicionais que tinham sido tolhidos à força, castrados, pelo colonizador português.

Veja bem, de 61 a 78, que é mais de uma década. Um tempo enorme para se recuperar o vigor de antigamente. Mas já está se fazendo um esforço muito grande no sentido dessa recuperação.

Angola ficou independente em 1975. Por que então que o "carnaval da vitória" foi só em 78?

— Bom, porque todo o esforço nacional, de 75 a 78, estava voltado para a reconstrução do país depois da guerra de libertação. O carnaval angolano correu o risco de desaparecer. Em Moçambique, por exemplo, não tem mais carnaval. Outros países da mesma origem cultural e histórica que tinham o seu carnaval, hoje não têm mais.

O carnaval em Angola tem uma função mobilizadora, política. Como é que você sentiu isso?

— Até 61, houve carnaval em Angola. E era uma manifestação muito forte, mas também muito influenciada pelo carnaval português, europeu, ibérico. Acontece que ele passou a ser reprimido, principalmente porque através dos cânticos se passavam palavras-de-ordem da frente de batalha. Mas justamente por ter sido reprimido é que ele passou a ser desejado pela população. Em 78, quando o carnaval retornou, foi uma grande euforia. Isso é muito bem retratado no filme do Antônio Ole. Nesse ano, foi uma loucura, esse carnaval de 78, porque pela primeira vez em muitos anos, o povo pôde se expandir,

se expressar, se manifestar publicamente com o aval do governo. Apesar de toda a miséria, das dificuldades por que Angola passava naquele momento de reconstrução nacional.

Agora, me parece que nos anos seguintes — 79, 80 e 81, quando eu estive lá —, o carnaval sofreu uma ligeira estagnação. A data foi transferida do calendário cristão, 40 dias antes da Quaresma, porque isso já não tinha sentido num país que fez a revolução que fez. Então, o carnaval passou a ser comemorado numa data política, a da expulsão dos sul-africanos do país, data em que se consolidou realmente a independência de Angola. É o dia 27 de março, que não tem nada a ver com a Quaresma. E não há mais aquele carnaval de três dias, passou a ser um desfile num determinado dia da semana, que é feriado nacional. Ou seja, um carnaval político, politizado, que tem a ver com a realidade que se vive hoje naquele país.

E como o povo angolano reagiu a essa mudança?

— Acontece que naquele primeiro momento, ele mobilizou todas as atenções, porque havia uma necessidade de extravasar por meio do carnaval. Porém não é fácil cortar da memória da população uma tradição de tantos séculos. Há o desejo de a cada ano se renovarem os figurinos, mas isso é impossível na situação atual de Angola. Não se pode botar a máquina do Estado a serviço do carnaval, quando as prioridades são outras.

Mas o que é evidente hoje em Angola — não só em relação ao carnaval como também em relação a todas as manifestações culturais — é a grande descoberta de si mesma, enquanto identidade, enquanto cultura de um povo. Isso que foi castrado durante anos, hoje é motivo de orgulho. Eles têm um orgulho enorme da sua própria música, da sua dança, das suas roupas, do seu pen-



Reprimido durante muitos anos, o carnaval da vitória "explodiu" em Angola em 1978

teado, da sua cor, da sua raça, da sua comida, da sua língua. Isso é muito bonito e é o dado mais importante que eu pude observar em Angola, hoje. Nesse contexto é que se tem que entender a recuperação do carnaval angolano, comemorado nas províncias, na capital (Luanda) e completamente diferente do carnaval de carros alegóricos que se fazia antes de 1961. Agora, é um carnaval de pé no chão.

Como é organizado o carnaval, em função das tarefas principais da política angolana, do partido, o MPLA?

— Um exemplo: aparecem no mesmo cortejo, grupos bem tradicionais daquelas senhoras de 70 anos ou mais, algumas que nem falam o português, os *sobas* (chefes de clãs), com espelhos nas roupas ou com tiras de panos, figuras muito parecidas com as do ritual do candomblé no Brasil. Paralelamente a isso, aparecem grupos como o das mulheres da OMA (Organização das Mulheres Angolanas), ou como o das crianças da OPA (Organização dos Pioneiros Angolanos), dos sindicatos, dos jovens, tudo misturado. Isso é de uma riqueza

incrível, porque uns vão aprendendo com os outros. De repente, essas crianças vêm dançando com aquela força, aquele vigor, que viram nos mais velhos. Porém, elas já vêm com uma outra concepção. Inclusive porque o carnaval de Angola sempre foi muito crítico, o que aliás é uma característica do próprio carnaval. Ele é a inversão dos valores sociais, é a irreverência. Em Roma, era o dia em que os escravos não trabalhavam e era proibida qualquer atividade produtiva, a não ser a arte culinária. E esse caráter permanece, independentemente do país onde aconteça o carnaval, seja em Angola, na Bolívia, no Brasil, no Uruguai etc.

Mas, em Angola, existe uma espécie de teatro burlesco, de jogos dramáticos, que se desenvolvem na frente de alguns blocos, com música, mímica, máscaras (uma delas representa o colonizador — uma cara de porco). Isso sempre existiu no carnaval angolano, mesmo durante o colonialismo. Por exemplo, máscaras muito brancas com barbicha, muito diferentes da carapinha do angolano. E isso agora está sendo acentuado, é claro.

E viu alguma crítica aos sul-africanos, nesse carnaval?

— Claro. Há soldados que desfilam no carnaval. Eu vi um quadro alegórico muito interessante: um combatente camuflado atirando num helicóptero de papelão. E aqui eu volto a lembrar que a escolha da data do carnaval tem exatamente aí a sua origem, o dia em que os sul-africanos foram expulsos de Angola.

Assim, todas as figuras que participam da vida nacional, política, cultural, estão representadas. Por exemplo, a caricatura do intelectual, ou do *camera-man*, o cara da televisão que não vive o carnaval, que vai lá e só filma. Na cena burlesca, ele aparece com uma câmara feita de caixote e vai “filmando”, e brin-

ca com a televisão que está, na realidade, filmando, documentando. Ele faz, na frente do cinegrafista, o espelho dessa máquina. No ano em que eu estava fazendo a reportagem, apareceu um rapaz vestido de jornalista. Tudo o que eu registrava, ele registrava também. Muito engraçado mesmo. É realmente um carnaval didático, popular, de um incrível vigor.

**“Angola é a nossa mãe preta,
a nossa avó. . .”**

Em termos da própria organização do carnaval, existe competição, grupos rivais?

— Claro, existe competição. São grupos de comunidades, sindicatos, clubes, escolas. Basicamente de regiões. E existem prêmios. Vêm grupos também da periferia de Luanda. Do interior, não, porque cada província tem o seu carnaval, no mesmo dia. E também, como já me referi, existem os grupos das organizações de massas (OMA, OPA etc.).

Há também os bailes fechados. É a *rebita*, a dança angolana de salão, de origem portuguesa. Mas não é exatamente o povão que frequenta a *rebita*. E também não há essa generalização que acontece aqui no Brasil. Não há carnaval nos bairros, porque é difícil o transporte em Luanda. Então o desfile é centralizado, só acontece no centro da cidade. Salvo nos ensaios, que são feitos nos bairros, uns vinte dias antes do carnaval. Aí sim, o carnaval se localiza nos bairros, na periferia.

O carnaval em Angola ainda é muito emergente. Se você observar todo esse período de silêncio (de 61 a 78), ele realmente está emergindo. As mudanças no país são muito rápidas, a gente percebe na própria evolução da cidade, no transporte, na alimentação, nas construções.

O carnaval que era feito anti-

gamente numa rua do centro da capital, em 81 foi realizado pela primeira vez na avenida que margeia a baía de Luanda. Existia a expectativa — como aqui no Brasil em relação à Passarela do Samba —, de como ocupar a avenida que é muito grande. Eles se perguntavam: “Será que vamos saber ocupar a avenida? Será que vamos conseguir andar aquilo tudo?” Existia, de fato, essa preocupação nos grupos, e até mesmo na imprensa. E, no entanto, foi um sucesso. Muito mais gente pôde assistir; ao longo de toda aquela imensa avenida, estava tudo lotado, inclusive as arquibancadas.

E os ingressos, são caros?

— Não há ingressos. É absolutamente grátis, popular, para ser visto e curtido. É em Angola acontece o que antes acontecia aqui no Brasil, o “arrastão”. O povão vai atrás do bloco se divertindo junto. Aliás, este ano, aqui, a Mangueira resgatou o “arrastão”, levando o povo para sambar na avenida junto com a escola. Assim é lá, também.

**“É um carnaval didático,
popular”**

E qual a participação dos cooperantes estrangeiros?

— Os cooperantes participam, mas muito mais como assistentes. Eu não vi nenhum bloco organizado de cooperantes. A tendência talvez seja a de aparecer algum no futuro. Como eu disse, o carnaval em Angola é emergente, apesar de muito antigo nas suas raízes.

E em relação a nós, brasileiros, como você vê o angolano?

— Certas características dos brasileiros, a gente sente perfeitamente ali, em Angola. Por exemplo, essa coisa do aconchego. Angola, afinal de contas, é a nossa avó, a nossa mãe-preta. En-



Irreverente, crítico, bem-humorado, o carnaval angolano é também expressão de um nacionalismo libertário

tão, não é possível que essa distância (criada, forçada, por uma situação histórica) permaneça, na medida em que se altere justamente essa situação histórica. Os laços Brasil-Angola são muito sólidos e apontam para um futuro cada vez mais sólido. Por isso, eu acho muito possível que o carnaval angolano sofra influência do carnaval brasileiro, e vice-versa.

Você coloca uma pureza muito grande no carnaval angolano. O Brasil está voltando à África. Você acredita que a deturpação do carnaval brasileiro, industrializado, chegue a tirar um pouco dessa pureza do angolano?

— Olha, isso já aconteceu. Não só em relação ao carnaval como na música angolana. Há um texto do Luandino Vieira sobre a influência da música brasileira sobre a angolana, provocando um fenômeno “ao contrário”. Porque, de repente, em vez de ser benéfica essa influência, passa a ser uma imposição de mercado. A estrutura com que a música brasileira chega ao mercado angolano, na vida cultural de Angola, é tão forte que ela aplastra praticamente aquela coisa pura e espontânea que existe na música angolana, e que foi de onde surgiu a música brasileira.

Há um lado positivo e um ne-

gativo nessa troca. Agora, vamos ter que ter muito cuidado, uma dosagem muito comedida porque se corre esse risco, sim. Quando uma passista angolana, com seus panos tingidos à mão, belíssimos, simples, olha uma fotografia de uma brasileira com pérolas, lantejoulas, purpurinas, maquiagens incríveis etc., às quais ela não tem acesso, se ela não tiver uma estrutura ideológica sólida, ela pode invejar esse fausto. Da mesma forma como um cineasta brasileiro vê um filme de Hollywood ou do Primeiro Mundo, da grande indústria cinematográfica, esse cineasta brasileiro pode ficar fascinado para ter aqueles mecanismos de expressão. Mas o cineasta consciente sabe superar esse impacto cultural. Assim, eu acho que o angolano consciente, organizado, pode ter a consciência de que o que faz a beleza do carnaval angolano não é o mesmo que faz a beleza do carnaval brasileiro. Cada carnaval tem a sua especificidade, cada povo tem a sua maneira de se expressar e tem o seu padrão de beleza muito particular.

E sobre o seu trabalho, a exposição e o livro?

— Eu fiquei tão impressionada com esse carnaval que quando eu voltei, escrevi um artigo que

se transformou no último capítulo do meu livro “Carnavais de guerra”, jamais editado no Brasil. Esse meu livro trata do rebatimento do nacionalismo, da ideologia nacional do Estado Novo dos anos 30/40, no samba-enredo. A tese era essa, à qual o carnaval angolano escapa um pouco.

Acontece que eu observei no carnaval angolano a emergência de um novo nacionalismo, de um nacionalismo libertário e por isso o incluí no livro. Bom, recentemente eu, já angustiada com a situação do livro que não consegue edição (também não acho que seja função do escritor ficar batendo em porta de editora), eu acabei queimando em praça pública, na Cinelândia, a cópia do livro, como um protesto contra essa situação. Eu passei três anos pesquisando. Era uma abordagem inédita no Brasil. Talvez se eu tivesse um outro temperamento, eu pudesse vender bem essa minha idéia. Tudo bem, mas a minha especialidade é escrever, é pesquisar. Então, como o livro passou a ser mercadoria, aliás, toda a cultura numa sociedade estruturada em cima de mercado, é uma mercadoria, fica difícil editar. Foi por isso que eu queimei o livro, protestando contra a situação da cultura brasileira, entre a estagnação e o retrocesso. ●

El Salvador: jornalistas em perigo, mesmo em época de eleições

A morte do jornalista norte-americano, John Hoagland, em 16 de março último, confirmou o fato de os jornalistas correrem um risco permanente em El Salvador, o mesmo a que está sujeita a população em geral.

Pelo menos três coincidências se deram na morte de Hoagland, fotógrafo da revista norte-americana *Newsweek*, o 14º membro da imprensa que cai, vítima da violência política salvadorenha. Hoagland, de 35 anos, foi atingido por uma bala de metralhadora no meio de um combate entre a guerrilha e o exército — confrontados numa luta que dura quatro anos — na conflitiva região de Suchitoto, a uns 40 quilômetros ao norte de San Salvador. Hoagland cobria há cinco anos o conflito salvadorenho, com breves ausências para deslocar-se a outras regiões do mundo, a última delas ao Líbano.

Ele morreu a apenas sete quilômetros do lugar onde seu colega Ian Mates, com quem trabalhava continuamente, faleceu em janeiro de 1981, quando uma mina detonou embaixo de seu automóvel. Na mesma zona foi assassinada, há um ano atrás, Marianella García, presidente da Comissão de Direitos Humanos de El Salvador.

Hoagland morreu um dia antes do aniversário da morte de quatro jornalistas holandeses (Jacobus Andrews Koster, Thohanmes Wilsen, Hans Ter Laag e Jan Kuiper), emboscados pelo exército no departamento de Chalatenango, ao norte do país, em 17 de março de 1982. A 30 de outubro de 1980, o jornalista mexicano Ignacio Rodríguez, correspondente do jornal *Unomásuno* e outras publicações, foi morto por um franco-atirador nas proximidades da capital. Em 6 de janeiro de 1981, o jornalista norte-americano independente, John Sullivan, desapareceu do hotel Sheraton de San Salvador e nunca mais se soube do seu paradeiro, até que em 1983 seu corpo foi identificado numa vala na periferia da capital. A 9 de fevereiro de 1981, durante um tiroteio no centro da cidade de San Francisco Gotera, no departamento de Morazán, a oeste, morreu Oliver Rebott, fotógrafo de publicações norte-americanas.

A 28 de março, dia das eleições para as constituintes, morreu o *cameraman* chileno Carlos Rus, no meio de um combate na periferia de San Salvador. A 28 de abril daquele mesmo ano, outro jornalista, Tomás Antonio Leyva, do jornal

Journalist Working, morreu baleado. Somam-se a esses jornalistas estrangeiros dois salvadorenhos assassinados a 10 de julho de 1980: Jaime Suárez e César Najarro, respectivamente, repórter e fotógrafo de *La Crónica*. Posteriormente, foi morto Antonio Rodríguez, da emissora YSKT, assassinado a 6 de setembro de 1980. Eldo Marroquín, um estudante de jornalismo, desapareceu naquele mesmo ano. (Luis Albarrán)

Quênia: governo prometeu apoiar a Agência Panafricana de Notícias

A Agência Panafricana de Notícias (Pana), inaugurou um escritório em Nairóbi que contará com o apoio do governo do Quênia, segundo declarou o ministro de Informação e Difusão daquele país, Róber Matano.

“A instalação de uma agência de notícias panafricana constitui um acontecimento positivo no terreno da informação”, acrescentou Matano, ao dar as boas-vindas a Nairóbi ao diretor-geral de Pana, Cherck Ousmane Diallo, no mês de março passado.

A informação dos países integrantes de Pana poderá chegar a ser distribuída no resto do mundo sem depender dos meios informativos internacionais, que tendem a distorcer as notícias para satisfazer seus próprios objetivos, afirmou o ministro queniano. “Os países africanos careciam até agora de um meio de comunicação entre si e com o resto do mundo”, acrescentou. A Pana, que começou a funcionar em março do ano passado, era um dos objetivos da OUA quando esta organização interafricana foi criada em 1963. Ela está integrada por 37 países e outras nações têm manifestado interesse em ingressar na agência.

Jornalista moçambicano assassinado

O jornalista moçambicano Pedro Tivane, sub-chefe de redação do jornal “Notícias” de Maputo foi assassinado com a mulher e um filho de vinte meses, segundo foi divulgado no mês de março, na capital moçambicana. Pedro Tivane viajava de carro na região de Manhiça quando um grupo armado, ao que tudo indica da auto-denominada Resistência Moçambicana, o interceptou. Segundo testemunhas, o jornalista (32 anos) foi assassinado a golpes de machado, após o que o bando colocou o cadáver dentro do carro onde se encontrava a mulher Rita Muravele e o filho, tendo posteriormente lançado fogo ao veículo, originando a morte de Rita e do filho, carbonizados.

OEA oferece curso para jornalistas

A Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Centro Internacional de Estudos Superiores da Comunicação (Ciespal), anunciaram a realização de um curso para jornalistas sobre novas técnicas de diagramação e avanços tecnológicos do *lay-out*.

O curso se realizará na sede do Ciespal, em Quito (Equador), no período de 23 a 27 do próximo mês de julho.

O Departamento de Informação Pública da OEA concederá 20 bolsas de estudos, devendo os interessados formalizar sua inscrição por intermédio dos escritórios nacionais da OEA. Os participantes do curso estudarão sistematizações teóricas e operacionais, assim como critérios para enfrentar modificações e resolver problemas gráficos. Da mesma forma, identificar e adotar critérios de concepção gráfica dos jornais diários.

Os candidatos devem ter cinco anos de experiência nesse trabalho, trabalhar atualmente em um jornal ou revista e levarem à sede do curso um número suficiente de edições para uma análise das mesmas. As bolsas da OEA compreendem passagens aéreas de ida e volta, ajuda de custo e gastos adicionais. Os interessados devem ser cidadãos ou residentes dos Estados membros da organização. O prazo de inscrição expira no dia 8 de junho próximo. Os interessados, no Brasil, devem dirigir-se à OEA, C. P. 13-2027, CEP 70.000, Brasília, DF.

Cuba: a imprensa e a crítica

O responsável pelo trabalho ideológico do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba (PCC), Antonio Pérez Herrero, fez um apelo a que "se intensificassem ainda mais as críticas" na imprensa da ilha.

Pérez Herrero, membro do Birô Político do PCC, enfatizou a necessidade de "aprofundar a crítica a tudo que for mal feito", como meio de se encontrar soluções a "problemas de importância que afetem toda a população".

As declarações emitidas pelo alto dirigente reiteram anteriores colocações de outros importantes dirigentes políticos, formuladas principalmente durante o congresso da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), em fevereiro passado.

Em outros encontros nacionais de envergadura, tanto na esfera da Saúde Pública como em Educação, Artes e Cultura, os dirigentes cubanos

estão de acordo em que "a crítica é imprescindível e devem ser aplicadas, na prática diária, as diretrizes do Partido a esse respeito".

"A crítica à falta de crítica" tem sido colocada com muita frequência nos últimos tempos, basicamente durante o período pré-eleitoral que se iniciou com as assembleias de apresentação dos candidatos para as eleições municipais e provinciais, realizadas neste mês de abril.

O secretário-geral da central sindical cubana, Roberto Veiga, ressaltou com insistência o papel da crítica por parte das organizações operárias, para "defender os direitos dos trabalhadores".

Uruguai: um ano de fundação da agência Pressur

Há um ano atrás materializava-se o sonho de alguns exilados uruguaios: a criação de uma agência de notícias, com o propósito de recolher a opinião de todos os setores políticos contrários ao governo militar daquele país sul-americano e daqueles que advogam pelo seu retorno às origens democráticas.

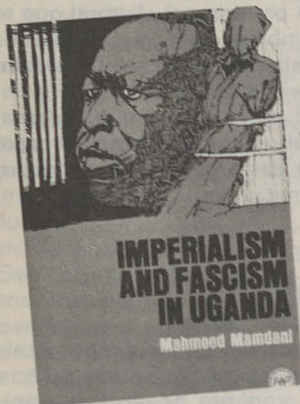
Num editorial, por ocasião do seu primeiro aniversário, a agência expressava: "A Pressur nasceu no quadro dos esforços para se criar e desenvolver o *pool* de agências dos países não-alinhados, e das iniciativas da Unesco e de outras entidades internacionais que criaram o clima de um debate que não mais aceita o mecanismo de uma concentração em algumas poucas agências transnacionais de todo o sistema de informação mundial."

TV solar na África

A apresentação de um sistema de televisão baseado na energia solar e adequado às condições africanas foi um dos destaques da Assembleia-Geral da União das Organizações Nacionais de Rádio e Televisão da África (Uonrta), realizada em fevereiro passado em Dacar, Senegal. Cerca de 200 delegados dos países membros da mais antiga entidade panafricana debateram durante dois dias a aplicação de fontes alternativas de energia no setor de comunicações e elegeram o representante do Congo como secretário-geral da organização. Os prêmios para os melhores programas de rádio e televisão foram conferidos a produções do Senegal.

**IMPERIALISM AND
FASCISM IN UGANDA**

Mahmood Mamdani, *Africa
World Press, New Jersey,
EUA, 1984, 115 p.*



Este é um dos poucos livros publicados no Ocidente em que é feita uma análise não sensacionalista da política e da economia de Uganda no regime de Idi Amin. O autor dá especial importância à estrutura criada pelo colonialismo inglês e mantida no país após a independência. Essa estrutura de dominação surgiu a partir da manipulação de chefes tribais e ganhou conteúdo com a implantação das culturas do café e do algodão destinados à exportação. O surgimento da ditadura de Idi Amin recebeu apoio total da Inglaterra porque o responsável pelo golpe militar de janeiro de 1971 garantia a permanência dos investimentos europeus e norte-americanos em Uganda. As potências ocidentais só se afastaram de Amin quando o ditador se proclamou presidente vitalício. Mas, mesmo assim, a posição inglesa continuou dúbia.

Mahmood Mamdani faz uma análise marxista da realidade de seu país, onde ele é no momento catedrático de

Ciência Política na Universidade Makerere, em Kampala. Ele também lecionou na Universidade de Dar-es-Salaam (Tanzânia), entre 1973 e 79.

**NO FIST IS BIG ENOUGH
TO HIDE THE SKY**

*(Nenhum punho é tão grande,
para esconder o céu)*

Basil Davidson, *ZED Press,
Londres, Inglaterra, 1984,
208 p.*

Esta é uma nova edição revista e ampliada do famoso trabalho de Davidson sobre a luta de libertação do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Quatro novos capítulos foram acrescentados ao texto original, abordando a situação nessas ex-colônias portuguesas depois de 1968. O autor adicionou também documentos inéditos sobre a participação de agentes do fascismo português no assassinato do líder guineense Amílcar Cabral. Basil Davidson é o mais conhecido especialista britânico em assuntos africanos. Ele já escreveu mais de dez livros sobre o continente negro. Nesta sua última obra, o prefácio é de Aristides Pereira, presidente da República de Cabo Verde.

**REPORTAJE URGENTE A
NICARAGUA**

Jaime Marín, *Editorial Anteo,
Buenos Aires, Argentina,
1983, 30 p.*

“País de amálgamas, de novas experiências... país de contrastes, onde uma nova sociedade surge de dentro do velho”. Assim o folheto descreve a Nicarágua, na visão de Jaime Marín.

Por que “urgente”? Segundo explica o autor, é uma reportagem “urgente pela necessária solidariedade dos po-

vos para com a Nova Nicarágua agredida”. O objetivo do folheto de 30 páginas é difundir as conquistas da Revolução Sandinista assim como a amplitude das ameaças que enfrenta.

Em 11 capítulos concisos, Marín apresenta os principais avanços em educação, saúde e benefícios sociais, entre outros. Também discute um pouco a participação da mulher e da juventude, assim como a história do país, a ditadura e seu papel como *gendarme* da política norte-americana na América Central.

De acordo com a natureza da publicação, cada tema é tratado de forma breve. O interessante é que junto a cada um, há fotografias em branco-e-preto de cenas cotidianas: a inauguração de uma escola em Masaya, um ato de entrega de terras no norte, assim como Brenda Rocha, a heróina de 15 anos de idade, falando numa manifestação.

Para compilar a informação, Marín entrevistou operários, camponeses, dirigentes políticos e sindicais, estudantes, militares... enfim, o povo.

Esta reportagem pode ser muito útil para dar uma orientação do que é a Revolução Popular Sandinista, entender melhor a importância da comunidade internacional na defesa daquilo que ele qualifica de “a capital do humanismo... a nova esperança da América Latina”.

Jaime Marín é correspondente do semanário argentino *Qué Pasa*. Sua primeira visita à Nicarágua foi em novembro de 1979 e a partir daí publicou outros folhetos sobre a juventude, a infância e a Campanha de Alfabetização no país.

O futuro da guerra

O presidente da Frente Democrática Revolucionária revela as causas e perspectivas da crise no seu país

Guillermo Ungo

O novo presidente de El Salvador não terá condições de acabar com a guerra civil de quatro anos no país, se não aceitar algum tipo de negociação com os guerrilheiros. Esta é a opinião predominante nos meios diplomáticos de vários países centro-americanos que acompanham a situação político-militar no país e, nesse contexto, as eleições de 25 de março. A votação, precedida de denúncias de fraude e de muito discutível representatividade pelas condições em que se desenvolveu todo o processo eleitoral, foi mais uma disputa pessoal entre candidatos.

A nova tentativa eleitoral, patrocinada pelos Estados Unidos, não deve portanto conseguir avanços significativos na pacificação do país já que a Frente Democrática Revolucionária (FDR) e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) foram excluídas do pleito, embora tenham hoje o controle de mais de um terço do território nacional.

Já são muitos os políticos latino-americanos, europeus, do Terceiro Mundo em geral e até norte-americanos que estão convencidos que El Salvador não tem futuro sem uma participação política da FDR-FMLN. Com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão do que está em jogo no menor país centro-americano, reproduzimos a seguir um texto de Guillermo Ungo, dirigente máximo da FDR, explicando as origens da guerra civil em El Salvador e o documento com a proposta oficial da FDR-FMLN de se criar um governo provisório, que tire o país da presente crise.

A luta em El Salvador tem uma longa história, com uma causalidade fundamentalmente interna e um permanente agente externo: o governo dos Estados Unidos, que progressivamente penetrou em nossa realidade nacional e em seus centros de poder. Governos oligárquico-militares sustentaram estruturas injustas que excluem as maiorias populares da participação real nas decisões que afetam a vida social, econômica e política. A democracia não é apenas um cruel e doloroso engano; ela também é considerada subversiva e perigosa. Toda proposta a favor da mudança social, é, em consequência, objeto de perseguição. A doutrina social da igreja católica e de outras igrejas, o exercício dos direitos sindicais e da liberdade de pensamento, a crítica ao governo, servem ao "comunismo internacional". Os resultados dessa concepção são patentes: igrejas perseguidas, sindicatos destruídos, jornais e rádios de oposição dinamitados e mais de 40 mil salvadorenos assassinados desde 1980: um arcebispo, mais de uma dezena de sacerdotes, jornalistas, professores, estudantes, profissionais, dirigentes políticos e, sobretudo, operários e camponeses.



Por isso, em El Salvador, a democracia se escreve com sangue, exatamente como afirmava em 1981 um jornal conservador colombiano de Medellín. Os governos de minorias e para minorias, zombando do conceito lincolniano de democracia, tiveram que apoiar-se na violência institucionalizada, no fechamento dos canais de participação democrática, na violação maciça e crescente dos direitos humanos. As maiorias espoliadas e os dirigentes políticos, sociais e religiosos encontraram-se em um dilema: calar e submeter-se ou lutar. A vida, os direitos humanos básicos, as liberdades políticas são ilusão ou risco temerário em El Salvador. O dilema é: combater com risco de morrer ou não combater com risco de morrer devido à fome, à miséria, à repressão política. Aí está a causa da guerra atual.

O "anticomunismo" da oligarquia e do exército oligarquizado assassinou 30 mil camponeses em 1932 e agora fecha seu ciclo com uma matança maior. Esse anticomunismo sempre foi consentido e apoiado pelos diversos governos dos Estados Unidos. Os oficiais do exército foram treinados por várias décadas em estabelecimentos militares dos Estados Unidos e do canal do Panamá para combater o "inimigo interno" sob o argumento da nefasta teoria da "segurança nacional". Visão e solução essencialmente militaristas. Assim, a América Latina perdeu centenas de milhares de homens, mulheres, crianças e anciãos em nome do anticomunismo, da lei e da ordem. Os Somoza, os Stroessner, os Pinochet somente trouxeram morte, desordem, insegurança e instabilidade ao nosso subcontinente. Os governos dos Estados Unidos seguiram a mesma dialética de amigo-inimigo de nossos ditadores: essa dialética que o papa João Paulo 2º refutou energicamente há pouco tempo em San Salvador e que, além disso, confunde amizade com submissão. O epíteto de subversivo ou comunista é imediatamente aplicado a quem não se submete. Há muitos anos conhecemos essa experiência, ainda que nossas credenciais democráticas sejam amplamente conhecidas.

Dos ditadores anticomunistas, entretanto, não se exige pluralismo, nem eleições, nem lhes são aplicadas sanções, nem lhes negam créditos, nem lhes são imputadas ações encobertas. São amigos.

A guerra salvadorenha, apesar da desigualdade de condições entre ambas as partes, não está sendo ganha pelo governo de El Salvador, nem pela administração Reagan. Afirma-se que a ajuda enviada ao governo salvadorenho pela administração norte-americana é modesta e insuficiente. Já chega a quase um bilhão de dólares em três anos! Em um pequeno país cuja população tem uma renda per capita abaixo de 250 dólares ao ano e onde o governo destinou, em 1979, nove dólares por pessoa em saúde e 22 dólares em educação, cada soldado

salvadorenho custa ao contribuinte norte-americano 10 mil dólares e, com as somas adicionais requeridas ao Congresso para este e o próximo ano, teríamos que acrescentar outros 10 mil dólares. Essa mesma lógica também demonstra que combater grupos guerrilheiros que, de acordo com as estimativas do Pentágono, não são superiores a sete mil combatentes, tem um custo de mais de 135 mil dólares por guerrilheiro.

Esse exército popular, em um pequeno território que não tem condições geográficas favoráveis para a luta guerrilheira, sem grandes montanhas, de fácil acesso a todas as regiões, que não possui aviões, helicópteros, caminhões, tanques, artilharia pesada, conseguiu apesar disso resistir, desenvolver-se e avançar, combatendo um exército poderoso e com grande capacidade de deslocamento, que agora dispõe de mais de 30 mil homens, aviões, helicópteros, tanques e abundante equipamento, além de treinamento e comando militar norte-americanos.

"Esse exército popular conseguiu resistir, desenvolver-se e avançar"

A explicação "ideológica" daqueles que fazem política só com idéias anticomunistas e sem querer conhecer as realidades, consiste em atribuir o êxito das guerrilhas a um fator externo e não interno, quer dizer, o apoio de Cuba, Nicarágua, União Soviética etc. Essa explicação pretende ignorar muitas realidades internas e externas. El Salvador não tem acesso direto a Cuba, Nicarágua, nem à União Soviética; suas fronteiras são com a Guatemala e Honduras, que possuem governos militares inimigos das guerrilhas e submissos ao governo dos Estados Unidos. Desde 1980, o governo norte-americano está empenhado em controlar o fluxo de armas, utilizando em Honduras, El Salvador e Nicarágua helicópteros, aviões de reconhecimento — inclusive A37 — radar, espionagem, operações camufladas, lanchas modernas e um destróier no golfo de Fonseca. Até agora nenhuma evidência significativa desse apoio externo foi apresentada. Tudo isso demonstra que essa magnitude de recursos tecnológicos e humanos conseguiu evitar o fluxo de armas ou que este fluxo não existe ou é ínfimo.

Wayne Smith, ex-funcionário do Departamento de Estado norte-americano, há algum tempo, expressou corretamente que se forem certas as afirmações sobre o cabedal logístico externo da guerrilha, esta contaria com centenas de milhares de homens armados.



"El Salvador"/FMLN

A guerrilha já capturou 2.500 armas automáticas, munições e até peças de artilharia pesada

Os ideólogos conservadores acreditam que para ganhar uma guerra bastam os dólares e as armas. Aumentam sua ajuda em dólares e armas e o exército do governo salvadorenho continua fracassando e sofrendo maiores golpes e uma degradação militar e política crescente. A guerrilha recuperou desse exército mais de 2.500 fuzis automáticos, assim como munições, apetrechos e armas de apoio em grandes quantidades. Mais de mil soldados entregaram-se como prisioneiros à FMLN e foram postos em liberdade por intermédio da Cruz Vermelha Internacional. Em compensação, o exército não faz prisioneiros.

Mais importante ainda, essa explicação "ideológica" pretende ignorar duas realidades humanas, não-tecnológicas. Primeira, o grande apoio popular internacional dado à nossa causa, em todas as partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos, onde setores importantes do povo norte-americano entenderam melhor do que seu governo a situação de nosso povo e as razões de sua luta política e armada. São os povos e não os governos que nos dão ativamente sua solidariedade, inclusive material, como dinheiro, remédios, roupas etc.

A outra realidade consiste em que essa guerra popular, em condições de inferioridade, só pode se sustentar e avançar com apoio da população. Não devemos nos enganar. Temos mais de 10% da população refugiada e deslocada, devido principalmente às matanças e repressões do exército. O desemprego é terrível, a inflação aumenta e o povo vive sob o terror ou o medo, com a vida social e política militarizada. A grande maioria vive sob suspeita, repudiando o governo.

Isso significa que este povo não pode se expressar publicamente, abertamente, nas ruas, fábricas e praças, sob risco de genocídio. Já conhecemos os resultados sangrentos que implica exercitar o direito de reunião, até nos funerais do arcebispo Rome-

ro. Porém, esse povo sustenta e alimenta a luta nas mais diversas formas, ou espera o seu momento. Isso explica porque, apesar das dezenas de assassinatos diários, aparecendo mês após mês cadáveres mutilados com sinais de torturas, não existe a paz dos cemitérios. Isso quer dizer que a base social não está inativa.

"Apesar das dezenas de assassinatos diários, não existe a paz dos cemitérios"

A guerra popular pela qual nós lutamos não é simplesmente uma guerra de exércitos em confronto; compreende a incorporação dos mais amplos setores da população nos diversos aspectos da luta política e militar.

Aconteceu no Zimbábue, em 1979: o povo desse país teve que votar (80%) a favor do bispo Muzorewa. Apenas 10 meses depois, dissipou-se a ilusão ótica do triunfo eleitoral de Muzorewa que só obteve 8% dos votos.

A melhor prova para o enfoque ideológico é responder à seguinte pergunta: o que aconteceria ao governo salvadorenho se os Estados Unidos suspendessem o envio de ajuda militar? O próprio governo salvadorenho e a administração Reagan deram a resposta. Eles não podem permitir isso. A pergunta contrária sobre a suposta ajuda cubana, soviética ou nicaraguense à guerrilha, já a respondemos. Não existe e não é necessária. Basta a solidariedade de grupos e forças sociais e políticas de muitas partes do mundo. Como há dúvidas, por isso propomos uma solução negociada, com a per-

sença de governos ou outro tipo de testemunhas ou mediadores internacionais de reconhecida idoneidade e amigos dos Estados Unidos.

Na negociação pode-se discutir e definir garantias de que só nós, salvadorenhos, sem ingerências externas, resolveremos nosso conflito. A própria Assembléia-Geral das Nações Unidas, por dois anos consecutivos, aprovou resoluções pedindo a suspensão da ajuda militar às partes beligerantes. Não concordar com isso é prolongar, aprofundar e regionalizar a guerra, na qual nós, os salvadorenhos, fornecemos os mortos. É inegável a responsabilidade do governo do presidente Reagan no prolongamento, aprofundamento e regionalização da guerra. Essa posição contrasta com a do Grupo de Contadora, que tem apoio majoritário latino-americano, refutando a estratégia de pacificação por meio de uma guerra de extermínio, com enfeites eleitorais.

*"É urgente construir
um consenso nacional
por meio do diálogo"*

Nos círculos do poder político dos Estados Unidos, afirma-se que se for suspensa a ajuda militar ao governo salvadorenho, este desmorona e El Salvador cai nas mãos do comunismo. Por conseguinte, como somos o "quintal" ou o "jardim" dos Estados Unidos, é preciso incrementar a guerra e a matança para "nos salvar". Mentalidade própria da Inquisição, quando se queimavam os herejes e os suspeitos de sê-lo. Esse juízo, além disso, é um reconhecimento implícito de que o governo salvadorenho está perdendo a guerra, apesar do fato de que a ajuda norte-americana aumenta em proporção geométrica. Porém, principalmente, esse juízo constrói uma perspectiva política para El Salvador totalmente ideologizada, sem base na realidade.

Essa realidade se refere às possibilidades do pluralismo político em El Salvador. Esse pluralismo não existe agora, nem existiu antes na minha pátria. Estar contra o governo ou a oligarquia custa a vida, a prisão, o exílio ou o silêncio. A verdade é que o pluralismo tem uma dimensão ideológica, outra política e outra sociológica, ligadas entre si. A primeira se refere a uma parte inerente à concepção democrática, a segunda a uma realidade democrática e a terceira a uma possibilidade democrática.

Em El Salvador existe como dado real, sociológico, uma pluralidade de organizações políticas de diferentes tendências, dentro do governo e na FDR-FMLN. São forças políticas e sociais reais, organizadas, com base social diversificada, que se de-

90 - terceiro mundo



O exército e os esquadrões da morte mataram 40 mil salvadorenhos

envolveram apesar da repressão que muitas delas sofreram. Isso quer dizer que há possibilidades de construir o pluralismo político em El Salvador por meio de uma negociação. Uma vitória militar de qualquer dos grupos em combate limita e reduz essas possibilidades.

A realidade também nos ensina que são vários os fatores do poder político, não é só o poder das armas. A legitimidade de um regime, o consenso nacional e o apoio popular são os principais fatores de poder. O poder das armas, quando é ilegítimo, não serve à segurança nacional, nem à segurança hemisférica, nem assegura estabilidade e paz. A crise salvadorenha, em todo o seu agravamento, tem mais de dez anos e o poder armado do exército só fez agravá-la.

Na FDR e FMLN temos mais de três anos de aliança, que significaram um exemplo concreto e prático de pluralismo, de prática de democracia interna entre nós, de discussões e acordos. De modo que a pergunta sobre quem controla quem, não é pertinente.

A realidade ensina que se avançou em entendimentos e em coordenação, não unicamente no campo militar mas no terreno de programas, posições e iniciativas políticas, particularmente referentes aos aspectos do diálogo e da negociação.

Tampouco é possível ter uma concepção autárquica do poder político, desligado do contexto internacional. Não somos Europa Oriental, mas parte do hemisfério americano. Nosso grande vizinho não é a União Soviética, mas a outra superpotência, os Estados Unidos. Desejamos e necessitamos ter e manter relações dignas e de colaboração com nosso grande vizinho por razões de sobrevivência.

Sabemos muito bem o que significa conquistar e desenvolver um projeto nacional contrário à oligarquia; será loucura acrescentar um impedimento total, em confronto com a primeira superpotência mundial.

Finalmente, sobre esse aspecto é preciso subli-



Qualquer protesto de rua ou reunião política pode deflagrar uma onda de assassinatos

nhar que nossa luta tem recebido a mais profunda e ampla solidariedade internacional, plural e diversa. Do mundo capitalista e do mundo socialista; de Cuba, Nicarágua, México, França, Suécia, Grécia e muitos outros países europeus, latino-americanos e do Terceiro Mundo. Não se trata de um projeto social-democrata porque a Internacional Socialista nos apóia, nem de um projeto comunista porque Cuba nos apóia. Essa solidariedade pluralista é garantia de nossa posição nacionalista e de não-alinhamento.

Compreendemos muito bem que para reconstruir nosso país vamos necessitar da ajuda mais diferente e pluralista, principalmente do mundo ocidental. Nosso não-alinhamento é, conseqüentemente, uma posição de princípios, de necessidade e de conveniência política.

Desejamos ter amigos, não inimigos ou amos.

O presidente Reagan coloca que os Estados Unidos têm que cuidar de sua segurança nacional. Estamos de acordo, porém discordamos de sua maneira de considerar os interesses que afetam a segurança nacional, e sobretudo da forma como executam sua política a esse respeito. Os Estados Unidos estão, na verdade, pondo em perigo a segurança hemisférica e, em conseqüência, a segurança de sua própria nação.

Por essas razões sempre tivemos disposição de dialogar com o governo norte-americano, para discutir e chegar a um acordo sobre pontos concretos que envolvam nossa segurança nacional mútua. Não se trata de um debate ideológico, mas de um acordo político, demonstrando nossa posição neutra e independente em aspectos como: não-instalação de bases e facilidades militares de outros governos, fontes e níveis apropriados de equipamento militar de um futuro governo, segurança para rotas

marítimas de trânsito, não-alianças militares. Desde já asseguramos que não pretendemos ser um fator de guerra fria e de confrontação, pois não queremos contribuir para a bipolaridade do mundo.

Estamos seguros de que todos esses pontos podem ser resolvidos em um plano de dignidade e respeito, mediante o diálogo com a administração do presidente Reagan. Essa é uma maneira prática e eficaz de nos pormos mutuamente à prova ante a comunidade internacional.

Contrariamente à concepção da administração Reagan, a grande maioria dos governos latino-americanos, europeus e do resto do mundo opina que deve cessar a ingerência militar externa em El Salvador e que é urgente abrir as portas para um diálogo que conduza a uma solução negociada do conflito.

A ajuda militar norte-americana fortalece os setores beligerantes que se opõem ao diálogo e que desejam "democratizar" o país, exterminando a oposição. O projeto norte-americano tem uma contradição insolúvel: é o projeto do populismo impossível, de um governo "centrista" e "reformista" onde os sócios maiores são da direita militar, política e econômica, em síntese, os altos comandos militares e a oligarquia. O engenheiro Napoleón Duarte declarou diversas vezes que existe um vazio de poder no atual regime. Isso não é exato, trata-se antes de uma crise de poder; contudo implica um reconhecimento de que os partidos no governo, o setor político civil, quase não conta.

Dentro do governo existem setores políticos e militares debilitados mas importantes que se inclinam ao diálogo e à negociação como a única alternativa viável. Não se atrevem a cruzar a ponte porque estão sob o temor e a coação dos dois fatores que se opõem a isso, a extrema direita e a adminis-

tração Reagan. Nós acreditamos que é possível e urgente construir um consenso nacional por meio do diálogo. Desde princípios da década de 70, há uma consciência nacional para conquistar a democracia mediante mudanças na estrutura oligárquica do país. Não é gratuito afirmar que esse consenso nacional anti-oligárquico e democrático tem possibilidades de efetivação com a FDR e a FMLN e setores do governo e outras forças sociais e econômicas que não optaram entre as partes em conflito.

Insiste-se no pluralismo e fecham-se as portas para a negociação que é o melhor instrumento para garanti-lo. Reiteradamente se utilizou o argumento de que a FDR e a FMLN não têm direito a negociar ou "compartilhar o poder" porque pretendem obter por meio das balas o que não podem alcançar através dos votos. Essas argumentações são falsas e farisaicas.

*"Nós salvadorenhos,
sem ingerências externas,
resolveremos o nosso
conflito"*

Em primeiro lugar, porque há antecedentes em compartilhar o poder. Em outubro de 1979, os comunistas, os democrata-cristãos e os social-democratas ingressaram no governo, com a aceitação formal do governo dos Estados Unidos. Em princípios de 1980, os democrata-cristãos justificaram publicamente seu pacto com o exército sob o argumento de iniciar um diálogo amplo com todas as organizações políticas de esquerda para chegar a construir um governo de ampla participação.

Em segundo lugar, quem não quer compartilhar o poder também não está disposto a promover eleições livres e democráticas e menos ainda a aceitar seus resultados. É óbvio também que nossas frentes têm uma ampla base popular; pode-se discutir sua maior ou menor representatividade, mas não negar que expressam uma parte importante do poder que emana do povo.

Em terceiro lugar, parte-se da premissa de que existe um governo democrático em El Salvador, resultado de eleições livres. Isso é falso. O próprio povo jamais elegeu o presidente Alvaro Magaña, o qual acabou escolhido por manobras palacianas entre o alto comando militar e o embaixador dos Estados Unidos. Foram eleições sem participação nossa, em virtude de que a própria força armada, supostamente neutra e obrigada a garantir a imparcialidade e limpeza eleitoral, publicamente declarou-nos subversivos, terroristas e sujeitos a perseguição. Um governo que viola maciçamente os direitos humanos, em escala de genocídio, não pode

se chamar democrático. Somoza também realizava eventos eleitorais e nossa experiência histórica é enorme nesse tipo de eleições. Não esqueçamos que o voto é compulsório em El Salvador e que o regime lançou toda a sua propaganda acusando de subversivos os que não votaram.

A verdade é que nós e nosso povo queremos, sim, eleições livres. Mas, para isso, não basta garantir a segurança dos dirigentes políticos ou dos militantes, mas de todo o povo, para que participe sem temor de uma campanha eleitoral. Para isso, é necessário que desapareçam os esquadrões da morte, que haja paz, que se respeitem os direitos humanos e que se possam exercer os direitos políticos e sindicais. Enfim, tudo isso significa uma solução política negociada que modifique a atual estrutura repressiva do poder.

Em janeiro de 1982, o então presidente do México, José López Portillo, em uma mensagem dirigida de Managua, deixou bem claro o problema ao rechaçar o falso dilema de negociação sem eleições ou eleições sem negociação.

Para se chegar a um processo negociador, é imprescindível começar por um diálogo sem condições prévias. Estabelecer condições é um mero recurso para não se sentar a uma mesa de diálogo. Nossa posição não é a de dialogar por dialogar, unicamente para ganhar tempo. Não é necessário, pois a administração Reagan está nos concedendo esse tempo ao rechaçar as negociações. Consideramos que em um processo negociador existem seis pontos fundamentais que precisam ser resolvidos: acordos sobre reformas profundas que conduzam a um progresso econômico e social; posição internacional de não-alinhamento; cessar-fogo; composição de governo provisório; reestruturação do exército; e eleições. Todos esses seis pontos estão estreitamente vinculados. Negociar condições de participação eleitoral, nos leva forçosamente ao problema da estrutura repressiva do poder, aos corpos de segurança e esquadrões da morte, às violações dos direitos humanos, ao acesso aos meios de comunicação, à liberdade de reunião. Eu fui um membro da Primeira Junta Cívico Militar, de outubro de 1979 a janeiro de 1980; isso significa que eu era formalmente um chefe do exército. Eu não posso me enganar a mim mesmo sobre essa experiência, que me ensinou que a palavra final era dita pelos militares.

Nem a primeira superpotência do mundo pôde obter o castigo dos assassinos das freiras e dos assessores agrícolas norte-americanos, apesar do bilhão de dólares entregue ao governo salvadorenho. O que podemos pensar sobre a impunidade dos que assassinaram o arcebispo Oscar Arnulfo Romero, os dirigentes da FDR, inclusive seu presidente anterior, Enrique Alvarez, e mais de 40 mil salvadorenhos? Só uma resposta se impõe: eles estão no governo, eles estão no poder.

Proposta de integração e plataforma do Governo Provisório de Ampla Participação

1. Introdução

Há vários anos, a FDR-FMLN vem lutando para conquistar a libertação definitiva de nosso povo. Convencidos de que o esforço para conseguir a paz com justiça deve ser compartilhado pelo maior número possível de salvadorenhos, propusemos diversas alternativas de solução para a presente crise, já que só um esforço poderoso e amplo poderá erguer nosso país das ruínas em que o mergulharam o regime oligárquico e a intervenção do governo dos Estados Unidos.

Estamos diante de uma situação nacional e internacional complexa. A velha sociedade oligárquica e o Estado que viveu a seu serviço banharam em sangue a sua própria decadência e, incapazes de dar resposta às reivindicações de milhares de salvadorenhos, institucionalizaram um aparelho repressivo e de exploração e executam manobras políticas dirigidas para encobrir sua obstinação na via militar. Por outro lado, a escalada intervencionista da administração Reagan prolongou a guerra e ameaça regionalizar o conflito.

Sustentamos que a construção da paz em nosso país requer um processo que envolva a maior quantidade de forças políticas e sociais, que tornem viável uma solução baseada na eliminação dos fatores anteriormente assinalados e que são a causa do conflito.

Por isso, a FMLN-FDR propõe a formação de um Governo Provisório de Ampla Participação que sustente uma plataforma programática, abrangendo as tarefas indispensáveis que devemos assumir para superar a atual situação de crise e que permita ao nosso povo continuar o seu processo de transformações sociais, políticas e econômicas visando uma sociedade verdadeiramente justa.

2. O Governo Provisório de Ampla Participação

A proposta de formação do Governo Provisório de Ampla Participação é o resultado do desenvolvimento das forças democrático-revolucionárias do povo salvadorenho nos campos político e militar.

O Governo Provisório de Ampla Participação será um governo onde não predominará uma só força mas a própria expressão da ampla participação das forças políticas

e sociais dispostas a eliminar o regime oligárquico e resgatar a soberania e independência nacional, e onde a existência da propriedade privada e investimentos estrangeiros não se oponham ao interesse social.

Trata-se de um Governo Provisório de Ampla Participação cuja duração será determinada pelo cumprimento de seus objetivos básicos, de acordo com o estabelecido entre as partes e o pressuposto de que não será um Governo de longa duração.



Ch. Poveda

Meio milhão de pessoas vivem como refugiados

Os objetivos básicos do Governo Provisório de Ampla Participação são:

- Resgatar a independência e soberania nacional.
- Destruir o aparelho de repressão e assentar as bases de uma verdadeira democracia onde se cumpram plenamente os direitos humanos e liberdades políticas e onde se concretize a ampla participação do povo para alcançar a paz definitiva.
- Atender às necessidades mais urgentes e imediatas das maiorias populares e adotar medidas econômicas e sociais básicas para a transformação dessas estruturas.
- Estabelecer as condições práticas suficientes para resolver o atual estado de guerra.
- Preparar e realizar eleições gerais.

O Governo Provisório de Ampla Participação terá uma estrutura simplificada a seu mais alto nível. Contará com as seguintes instâncias: Junta de Governo; Gabinete Ministerial; Conselho Consultivo de Estado; Corte Suprema de Justiça.

Integrarão o Governo Provisório de Ampla Participação representantes do movimento operário, camponês, professores, empregados, entidades profissionais, universidades, partidos políticos, setores empresariais, representantes da FMLN-FDR e do Exército Nacional já depurado.

Nos Organismos do Governo se expressará esta ampla

representação, excluindo-se a oligarquia e os setores e indivíduos que sejam contrários aos objetivos do Governo Provisório de Ampla Participação, ou que postulem a manutenção da ditadura.

3. Plataforma de Governo

Esta plataforma estabelece as linhas básicas e as medidas indispensáveis que irão nortear a ação do Governo Provisório de Ampla Participação; com a contribuição e discussão de diversas organizações, setores e cidadãos, se converterá em um programa de governo que aprofunde as soluções que deveremos dar aos mais urgentes problemas que o desenvolvimento de nosso país exige.

Propomos, em primeiro lugar, um conjunto de medidas de aplicação imediata e, em segundo lugar, medidas e diretrizes que orientarão a ação do Governo Provisório de Ampla Participação durante seu exercício.

Medidas Imediatas:

a. Revogação da Constituição Política de 1983 e sua substituição por um Estatuto Constitucional que regule a ação do Governo Provisório de Ampla Participação.

b. Revogação do Estado de Sítio e de todos os decretos promulgados desde 1980, que restrinjam as liberdades individuais e sociais.

c. Liberdade para todos os presos políticos e desaparecidos, assim como anulação de todas as sentenças dadas com base nos decretos repressivos e de exceção.

d. Plena garantia do exercício dos direitos e liberdades democráticas coletivas e individuais. Será emitido um estatuto provisório que regule o direito à sindicalização dos trabalhadores agropecuários e estatais. Os sindicatos serão indenizados pelos danos causados aos seus bens pela repressão, desde 1979. A organização do Poder Popular surgida durante a guerra em diferentes zonas do país será legitimada.

e. Dissolução dos corpos de segurança, esquadrões da morte e de seu braço político, o Partido Arena. Será criado um corpo de Polícia Civil dependente do Ministério do Interior.

f. Retirada dos assessores norte-americanos, fim da intervenção da ajuda militar, assim como a proveniente de outros países e suspensão de todo fornecimento de armas.

g. Depuração da força armada governamental e, uma vez realizada esta, incorporação de sua representação às estruturas do Governo Provisório de Ampla Participação.

h. Investigação e julgamento dos responsáveis civis e militares de genocídio, crimes políticos, torturas, desaparecimentos e privações ilegais da liberdade individual. As mortes causadas a combatentes da FMLN e a soldados, suboficiais e oficiais durante combates, não constituem delito.

i. A Corte Suprema de Justiça se ocupará da investigação e julgamento imediato dos delitos contra os direitos humanos. Ao mesmo tempo, deverá realizar uma depuração e reorganização do Poder Judicial. Será solicitada, às organizações de direitos humanos não-governamentais que defenderam o povo durante a ditadura, sua colaboração nessas tarefas.

j. Retorno dos exilados e refugiados e implementação de um programa de emergência para assimilar e atender às mais urgentes necessidades dos refugiados que retornem, dos exilados e mutilados de guerra, dos elementos des-

mobilizados da força armada e das famílias ou indivíduos que tenham ficado em desamparo como consequência da guerra em um ou outro grupo. O Governo Provisório de Ampla Participação solicitará a colaboração de agências internacionais e organismos não-governamentais para esta tarefa.

l. Execução de um programa de emergência para a reconstrução da infra-estrutura econômica, educativa e sanitária destruída ou danificada pela guerra.

m. Decreto de moratória para as dívidas de pequenos e médios empresários. Será implementado um programa de financiamento ágil e oportuno para esses setores, tanto no setor industrial como no agropecuário, estimulando a reativação econômica.

n. Fixação e controle de preços dos produtos básicos de consumo popular, procurando dessa maneira melhorar o salário real. Reordenamento e controle do sistema de comercialização, distribuição de produtos básicos de consumo popular.

o. Renegociação da dívida externa com base no reconhecimento dos compromissos financeiros contraídos pelos governos anteriores.

p. Restabelecimento da autonomia da Universidade de El Salvador e liberação dos recursos necessários para sua reorganização e funcionamento. De imediato, serão entregues as instalações da Cidade Universitária a suas legítimas autoridades.

q. Realização de uma campanha maciça de alfabetização e de um programa democrático de capacitação de adultos nas áreas de saúde, educação, produção agropecuária e organizações comunais.

r. Desenvolvimento de um plano de emprego maciço através do incentivo ao investimento estatal e privado nos setores de maior absorção de emprego. Será implementado um programa de emergência para a aquisição de matérias-primas e insumos indispensáveis para a reativação econômica e serão garantidos canais e margens de comercialização adequados para os produtores.

s. Fomentação e desenvolvimento de um programa de organização popular através da ampliação e consolidação da atividade dos municípios, comunidades e organizações locais. Participação dessas estruturas no planejamento, execução e avaliação dos projetos de benefício da comunidade.

t. Desenvolvimento de um programa de comunicação maciça implementando a criação de instrumentos de comunicação popular maciços de interesse local.

u. Constituição de um organismo eleitoral que, através de acordo das partes, prepare a realização de eleições gerais livres. Será organizado um registro eleitoral confiável.

Reformas econômicas e sociais

a. Estabelecer as bases para a realização plena da reforma agrária, assegurando a participação livre dos trabalhadores do campo em sua execução. Desenvolvimento de um programa de organização cooperativa com os pequenos proprietários individuais.

b. Estabelecer as bases para a realização plena da nacionalização do sistema bancário e financeiro do país, com o objetivo de colocar a estrutura financeira e o crédito a serviço dos interesses das maiorias nacionais.

c. Estabelecer as bases para a realização plena da reforma do comércio exterior incluindo o controle sobre as ex-

portações dos principais produtos: café, algodão, cana, produtos do mar e carne. Incluir o controle sobre as importações de matérias-primas, insumos, peças de reposição, tecnologia, ferramentas para a produção nacional.

d. Estabelecer as bases para a solução adequada do que se relaciona às condições de moradia ou habitação dos setores de baixa renda, assim como para a ampliação progressiva dos Serviços de Segurança Social; e reorientar o investimento estrangeiro para que contribua efetivamente para a satisfação das necessidades sociais.

Política Externa

O Governo Provisório de Ampla Participação desenvolverá sua política exterior com base nos seguintes critérios:

a. Fomentará uma política de relações mundiais orientada para a preservação da paz, contrária à corrida armamentista e o armamentismo nuclear. Defenderá os princípios de coexistência pacífica, autodeterminação e não-intervenção, assim:

— Se filiará ao Movimento dos Países Não-Alinhados e, por conseguinte, reforçará a luta contra o colonialismo, o neocolonialismo, o sionismo, a discriminação racial e o *apartheid*.

— O estabelecimento de relações diplomáticas com outros países se fará independentemente de seu regime social e com base na conveniência nacional.

— Cumprirá os compromissos contraídos nos organismos mundiais e buscará a participação ativa nos foros internacionais, para a discussão e solução dos problemas derivados das relações econômicas entre os países.

— Reafirma sua vocação bolivariana e, em consequência, se esforçará na promoção e na participação nos foros regionais que reforcem a posição dos países latino-americanos frente aos problemas regionais na ordem política, diplomática, econômico-financeira e social.

b. Em suas relações com os Estados Unidos:

Propõe a realização de acordos que garantam a segurança nacional de ambos os países e, assim:

— O Governo Provisório de Ampla Participação se compromete a não permitir a instalação de bases militares estrangeiras e/ou mísseis em seu território e, por seu lado, o governo dos Estados Unidos deverá comprometer-se a não realizar, promover ou fomentar ações de agressão e desestabilização contra o Governo Provisório de Ampla Participação e o governo que surja desse processo.

— O governo salvadoreño não comprometerá o território nacional em atividades de desestabilização dos governos de países vizinhos, nem permitirá o trânsito de armas e tropas estrangeiras pelo seu território.

— Promoverá a assinatura de acordos de não-agressão e não-intervenção nos assuntos internos dos países da área.

As relações do governo de El Salvador com os Estados Unidos e América Central se orientarão com base no respeito incondicional ao direito de autodeterminação, independência e soberania nacional, assim como de mútua cooperação e interdependência e, assim:

— Se esforçará por tornar realidade o ideal de Morazán¹ da união da América Central e para que nossa região esteja livre de forças militares estrangeiras; não participará de bloqueios militares, e em consequência, se retirará do Condeca (Conselho de Defesa Centro-Americano).

— Participará ativamente na promoção e desenvolvimento dos organismos regionais que garantam a solução política das controvérsias internacionais e assinará convênios que promovam a integração econômica, social e política.

4. Procedimento

Para levar à prática esta proposição é necessário iniciar um processo de Diálogo-Negociação que considere os seguintes aspectos:

Dos participantes:

a. As partes em conflito:

1. Delegação FMLN-FDR.

2. Delegação do governo e das forças armadas de El Salvador e o embaixador especial dos Estados Unidos para a América Central ou outro representante do governo dos Estados Unidos.

b. Mediadores sem faculdades de árbitros, nomeados com a aceitação das partes.

c. Testemunhas internacionais tais como representantes do Grupo de Contadora e outros governos democráticos.

Fases

a. Diálogo direto e sem pré-condições, organizado por um ou vários mediadores, seja por iniciativa própria ou por encargo das partes, que resulte na realização de negociações substantivas, sua agenda, testemunhas e procedimentos.

b. Negociações diretas entre as partes em conflito com os mediadores atuando em caráter de moderadores dos encontros e com a participação ainda dos embaixadores designados pelos governos escolhidos como testemunhas.

Compromissos

Uma vez iniciado o processo do Diálogo-Negociação e quando este se encontre a um nível avançado, a FMLN-FDR manifesta sua disposição de negociar o cessar-fogo.

Uma vez concluídos os acordos, as partes em conflito, as testemunhas e seu caráter de abonadores e os mediadores firmarão os documentos.

Imediatamente, se dará início à aplicação dos acordos nas datas, prazos e ordem estabelecidos.

Este processo culminará com a organização de um Exército Nacional único, formado pelas forças da FMLN e as forças armadas governamentais já depuradas. A té então, ambos os exércitos manterão em seu poder suas respectivas armas.

Comando-Geral da FMLN

Comitê Executivo da FDR

El Salvador, 31 de Janeiro de 1984.

¹Francisco Morazán, político liberal hondurenho, presidiu as Províncias Unidas da América Central entre 1829 e 1840. Derrotado pelos conservadores contrários à federação, foi fuzilado em 1842.

HUMOR: ROGER



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.